

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Primavera Árabe na Palestina: a escolha pela união nacional a partir das privações
relativas

RAFAEL DIÓGENES MARQUES

Brasília
2018

RAFAEL DIÓGENES MARQUES

A Primavera Árabe na Palestina: a escolha pela união nacional a partir das privações relativas

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Professora Doutora Vânia Carvalho Pinto

Brasília
2018

Nome: MARQUES, Rafael Diógenes

Título: A Primavera Árabe na Palestina: a escolha pela união nacional a partir das
privações relativas

Dissertação apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Universidade
de Brasília, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Relações
Internacionais.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof/a. Dr/a. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof/a. Dr/a. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof/a. Dr/a. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Santo Expedito, a quem incessantemente solicitei auxílio nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Este trabalho só pôde ser finalizado com a contribuição inestimável de diversos amigos e familiares. Sob pena de ser injusto, ousou nomear alguns.

Meus pais, Sânzia e Emmanuel, pelo apoio, incentivo e confiança que sempre foram e serão meu porto seguro.

Meus avós, Berta e José, por sempre fazerem me sentir amado, clarearem minhas ideias e apoiarem minhas escolhas.

Minha avó Oda, pelos conselhos e vivências, e meu avô Antônio, que lá de cima continua me ajudando.

Minha tia Patrícia, pelo carinho, preocupação e suporte, sem os quais não teria finalizado esse trabalho.

Minha irmã, Carolina, que já na reta final dava aquele empurrão necessário que só ela sabe dar.

Magdiel Silva, Diel, a quem devo agradecer pela paciência, apoio, suporte e auxílio incondicionais. Seu incentivo me fez acreditar quando eu não acreditava mais.

Camila Sant'Anna, a coisinha da minha vida, quem também entende os percalços da vida acadêmica e que sempre apoiou o meu trabalho e as minhas escolhas.

Ivi, Meghan, Meg, Jade, Katsiaryna, Elena, Elisa, Hannah, Hanan e todo o staff da Front Line Defenders, agradeço o suporte emocional e os incentivos constantes enquanto estive na Irlanda.

Louie, pelo apoio na Irlanda, pelas conversas e por manter a lareira acesa para um brasileiro nordestino friorento.

Amigos e amigas de mestrado, por esses dois anos e por essas incontáveis experiências.

Todos os amigos e amigas que estão na Palestina e colegas do EAPPI, agradeço pela incrível lição de vida e de persistência. Meu coração e meus esforços estarão sempre com vocês, rumo à justiça, paz e liberdade.

RESUMO

MARQUES, Rafael Diógenes. **A Primavera Árabe na Palestina: a escolha pela união nacional a partir das privações relativas**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

A Primavera Árabe gerou demonstrações de violência política em diversos países do Oriente Médio e Norte da África. Em relação à Palestina, apesar das expectativas de ocorrência de uma Terceira Intifada, os protestos ocorridos no início de 2011 não foram de grande magnitude. O principal pleito da população foi a união política nacional, em razão da divisão política entre os principais partidos nacionais, Hamas e Fatah, desde 2006. A pesquisa parte dessas constatações para avaliar o processo que levou à ocorrência desses protestos no âmbito da Primavera Árabe, na Palestina. Sugere-se que a população acumulou maiores frustrações em razão da união nacional e que a Primavera Árabe atuou como catalisador dos protestos. O marco teórico adotado é a teoria das privações relativas de Ted Gurr. As percepções dos indivíduos relativamente a suas condições, compreendidas através dos conceitos de valores, valores-capacidade e valores-expectativa, tem o intuito de explicar processos de frustração. São utilizadas pesquisas de opinião realizadas por institutos de pesquisa para avaliar as percepções da população palestina. Identificaram-se quatro valores principais para os palestinos: redução da pobreza e desemprego, unificação política nacional, redução da corrupção e fim da ocupação militar israelense. Esses valores são os que mais impactam o processo de frustração da população. Analisou-se a evolução do processo de frustração desses quatro valores entre o período de 2006 a 2010. Identificou-se maior intensidade nas frustrações para união nacional, como previsto, porém diferenciação inesperada entre as frustrações de Gaza e da Cisjordânia, o que gerou maior mobilização da primeira. Ao se analisar 2011 a 2013, verificou-se que a reação dos governos do Hamas e do Fatah e os insucessos da Primavera Árabe em outros países afetaram o processo de frustração da população palestina e contribuíram para a curta duração dos protestos no país.

Palavras-chave: Primavera Árabe. Privações relativas. Palestina. União Nacional.

ABSTRACT

MARQUES, Rafael Diógenes. **The Arab Spring in Palestine: the choice for national union based on relative deprivation.** 2018. Master Thesis – International Relations Institute, University of Brasília, Brasília, 2018.

The Arab Spring caused demonstrations of political violence in several countries in the Middle East and North Africa. Regarding Palestine, despite the expectations of a Third Intifada, protests in early 2011 were not of great magnitude. The main pledge of the population was the national political union, due to the political division between the main national parties, Hamas and Fatah, since 2006. The research starts from these findings to evaluate the process that led to the occurrence of these protests in the context of the Arab Spring, in Palestine. It is suggested that the population accumulated greater frustrations due to the national union and that the Arab Spring acted as a catalyst for the protests. The theoretical framework adopted is Ted Gurr's relative deprivation theory. The perceptions of individuals regarding their conditions, understood through the concepts of values, value-capacities and value-expectations, is intended to explain frustration processes. This research uses opinion polls conducted by research institutes to assess the perceptions of the Palestinian population regarding their value-capacities and value-expectations. Based on the research, four main values were identified for Palestinians: poverty and unemployment reduction, national political unification, reduction of corruption and end of Israeli military occupation. These values are what most impact the process of frustration of the people. The research analyzed the evolution of the frustration process of these four figures between the period of 2006 to 2010. A greater intensity of frustrations related to the national unity was identified, as expected, as well as an unexpected differentiation between the frustrations of Gaza and the West Bank, which generated greater mobilization of the former. When analyzing 2011-2013, it was found that the reactions of Hamas and Fatah governments and the Arab Spring failures in other countries affected the frustration of the Palestinian population and contributed to the short duration of the protests in the country.

Keywords: Arab Spring. Relative Deprivation. Palestine. National Union.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Modelos de privações relativas.....	26
Gráfico 2 – Principal problema segundo a percepção da população palestina (2006-2013).....	34
Gráfico 3 – Opinião da população palestina sobre a duração da separação entre os governos de Gaza e da Cisjordânia (2009-2011).....	50
Gráfico 4 – Percepção da população palestina em relação à corrupção na ANP (2006 – 2007).....	53
Gráfico 5 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Fatah (2007 – 2010).....	54
Gráfico 6 – Reconhecimento de Israel como Estado do povo judeu no contexto de uma solução de dois Estados.....	70
Gráfico 7 – Expectativa da população palestina em relação ao desenvolvimento do conflito israelo-palestino (2006 – 2010).....	71
Gráfico 8 – Construção de habitações em assentamentos (1986-2011).....	76
Gráfico 9 – Opinião sobre a duração da separação entre os governos (2012 – 2013).....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelos de privações relativas.....	26
Tabela 2 – Principal problema segundo a percepção da população palestina (2006-2013).....	33
Tabela 3 – Percepção da população palestina em relação à corrupção na ANP (2006 – 2007).....	52
Tabela 4 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Fatah (2007 - 2010).....	53
Tabela 5 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Hamas (2007 - 2010).....	54
Tabela 6 – Preocupação de ser atacado ou ter um membro da família atacado, ter sua terra confiscada ou casa demolida por Israel.....	75
Tabela 7 – Frustrações da população palestina entre 2006 e 2010.....	88
Tabela 8 – Opinião sobre o sucesso do acordo de unificação entre Hamas e Fatah (2011 – 2012).....	95
Tabela 9 – Impacto dos protestos do mundo árabe para a causa palestina (2011 – 2013).....	99

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Estruturação das privações relativas.....	21
Diagrama 2 – Teoria das privações relativas segundo Ted Robert Gurr.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP	Autoridade Nacional Palestina
AWRAD	Arab World for Research and Development
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CLP	Conselho Legislativo Palestino
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
FAFO	Fafo Research Foundation
JMCC	Jerusalem Media & Communications Centre
UE	União Europeia
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PCPSR	Palestinian Center for Policy and Survey Research
PRC	Privações Relativas Coletivas
PRI	Privações Relativas Individuais
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	MARCO TEÓRICO: VIOLÊNCIA POLÍTICA NA PALESTINA À LUZ DAS PRIVAÇÕES RELATIVAS.....	16
2.1	AS PRIVAÇÕES RELATIVAS.....	16
2.2	A TEORIA DAS PRIVAÇÕES RELATIVAS SEGUNDO TED ROBERT GURR.....	22
2.3	PARÂMETROS DA ANÁLISE PROPOSTA.....	30
3	UNIÃO NACIONAL E CORRUPÇÃO: FRUSTRAÇÕES CRESCENTES EM RELAÇÃO À AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA?.....	37
3.1	ANTECEDENTES.....	37
3.2	UNIÃO NACIONAL: FRUSTRAÇÕES CRESCENTES.....	42
3.2.1	Conflitos internos crescentes: 2006 e 2007.....	42
3.2.2	Separação e frustração: 2007 a 2010.....	47
3.3	CORRUPÇÃO: AUSÊNCIA DE FRUSTRAÇÃO?.....	52
4	POBREZA E DESEMPREGO E A OCUPAÇÃO: ANP E ISRAEL COMO ALVO.....	59
4.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: A OCUPAÇÃO MILITAR ISRAELENSE.....	60
4.2	O FIM DA OCUPAÇÃO: EXPECTATIVAS E CAPACIDADES.....	68
4.3	POBREZA E DESEMPREGO: O ASPECTO ECONÔMICO.....	77
4.3.1	Eleição do Hamas e instabilidade: 2006 e 2007.....	78
4.3.2	Duas trajetórias: Gaza e Cisjordânia entre 2007 e 2010.....	80
5	OS PROTESTOS NA PALESTINA EM 2011: BALANÇO DAS FRUSTRAÇÕES E O INCENTIVO DA PRIMAVERA ÁRABE.....	84
5.1	OS PROTESTOS NA PALESTINA EM 2011.....	84
5.2	AS FRUSTRAÇÕES NA PALESTINA ENTRE 2006 E 2010 E A CONVERSÃO EM VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	87
5.2.1	Justificação e utilidade da violência.....	91

5.3	CESSAÇÃO DOS PROTESTOS EM PROL DA UNIÃO NACIONAL NA PALESTINA.....	95
6	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua na Tunísia, ateou fogo a si próprio depois de sua mercadoria ter sido confiscada por policiais. A ação unificou diversos movimentos sociais no país e, alguns dias depois, uma série de atos antigoverno se sucedeu, levando ao fim do regime de mais de 23 anos do presidente Zine El Abidine Ali, o qual teve que fugir da Tunísia. O ímpeto e eficácia inicial das ações se espalharam pela região e incentivaram movimentos de protesto por parte da sociedade civil em diversos países, o que ficou conhecido como Primavera Árabe (MCKAY, 2011).

Na Palestina, ainda em dezembro de 2010, foram organizados protestos em solidariedade às populações dos países árabes que se insurgiam, principalmente Egito e Tunísia. Na Cisjordânia, controlada pelo Fatah, inicialmente o governo reprimiu essas demonstrações (BURTON, 2017, p. 6) (HRW, 2011). Já em Gaza, o governo liderado pelo Hamas comemorava as mudanças dos regimes, já que as via como favoráveis a sua política islâmica (EZBIDI, 2014, p. 100). À medida que o movimento ia crescendo nos demais países, a mobilização palestina identificou na questão da união nacional entre Fatah e Hamas a principal pauta de reivindicações locais e logo se iniciaram protestos com essa demanda (ALSAAFIN, 2012). Os dois principais partidos nacionais haviam rompido relações em 2007, após a tomada do poder em Gaza pelo Hamas. Desde que este partido ganhou a maioria dos assentos nas eleições para o parlamento em 2006, uma crise interna se instalou e levou à separação das administrações da Cisjordânia e de Gaza (USHER, 2006, p. 20).

Com o slogan *al-sha'b yurid inha al-inqisam* (“o povo quer que a divisão [entre Hamas e Fatah] termine”), inspirado no slogan *ash-shab yurid isqat an-nizam* (“o povo quer a queda do regime”) da Primavera Árabe (HØIGILT, 2013, p. 343), vários protestos se sucederam, com confrontações, principalmente em Gaza (CHRISTOPHERSEN; HØIGILT; TILTNES, 2012, p. 15). O ápice dos protestos se deu com uma grande marcha organizada no dia 15 de março de 2011, que somou mais de 100.000 participantes, em Jaffa, Haifa, Gaza, Ramala e Jerusalém

(BURTON, 2017, p. 6). Após esse evento, alguns outros atos menores chegaram a ocorrer, mas sem o ímpeto inicial (ALSAAFIN, 2012).

A reação da população palestina contrariou as expectativas de analistas e de boa parte da academia de que os protestos atingiriam maiores proporções no país (DESSI, 2012, p. 8) (HØIGILT, 2013, p. 343), principalmente em razão da suposta fragilidade da Autoridade Nacional Palestina (ANP) (BROM, 2011, pp. 1-4). Esperava-se que a ANP e Israel fossem os principais alvos, mas a escolha pela união nacional, ao invés da queda dos regimes, também foi fator que diferenciou a resposta palestina da dos demais países árabes (ASSEBURG, 2012, p. 87).

Diante disso, a presente pesquisa busca entender o porquê de os protestos na Palestina ocorridos no início de 2011, no contexto da Primavera Árabe, não terem se voltado contra Israel ou a ANP, como era previsto, mas focaram sim na unidade nacional entre Hamas e Fatah. O intuito é compreender a dinâmica de privações relativas que levou aos protestos. Sugere-se que a opção da população palestina em clamar pela união deriva das frustrações crescentes após as eleições de 2006, de forma que ela identificou na falta de união política o problema a ser combatido, em vez da renovação por completo do sistema. Ao final também são realizadas ponderações sobre o papel da Primavera Árabe como catalisadora dos protestos ocorridos na Palestina.

As pesquisas realizadas sobre os protestos em 2011 na Palestina tendem a enfocar na estrutura organizacional dos movimentos e em seu grau de mobilização, identificando os obstáculos que os impediram de progredir (BROWN, 2011) (BURTON, 2017) (HØIGILT, 2013) (LEECH, 2015). Essa abordagem traz importantes contribuições, mas não identifica o processo que levou à escolha da união nacional como principal reivindicação. Ademais, ao analisar a Primavera Árabe e seu impacto na Palestina, a abordagem dos principais estudos foca nos efeitos dos eventos para o processo de paz israelo-palestino, identificando as mudanças geopolíticas e as consequências para as partes e atores internacionais envolvidos (DESSI, 2012) (PRATT, 2013) (EILAND, 2011) (STEVENSON, 2014). Acredita-se que a pesquisa ora realizada pode se somar a todos esses estudos, propondo

análise sob uma ótica diversa, centrada nos anseios e percepções da população, que visa lançar luz aos protestos ocorridos na Palestina no início de 2011.

Para entender o processo de frustração, o recorte teórico adotado parte das proposições de Ted Gurr (1970) e sua incorporação da teoria das privações relativas (*relative deprivation*). Segundo o autor, para compreender a ocorrência de violência política, como protestos, é preciso atentar para as vontades e anseios das pessoas. Dessa forma, analisam-se aproximadamente 100 pesquisas de opinião realizadas entre 2006 e 2013 para elucidar a percepção da população palestina referente a aspectos políticos, econômicos e sociais, e avaliar a diferença entre suas expectativas e capacidades. Esta pesquisa se baseia, portanto, em dados estatísticos coletados por institutos que atuam na região – como será aclarado no capítulo 1 – e abarca dois períodos. No primeiro, de 2006 a 2010, será analisado o processo de frustração da população palestina e no segundo, de 2011 a 2013, passa-se a analisar os protestos em si, as reações dos governos e o impacto da Primavera Árabe.

2 MARCO TEÓRICO: VIOLÊNCIA POLÍTICA NA PALESTINA À LUZ DAS PRIVAÇÕES RELATIVAS

O presente capítulo apresenta a proposta teórica para uma análise pormenorizada dos eventos ocorridos na Palestina durante os protestos de 2011, os quais emergiram durante o desenrolar da Primavera Árabe na região. Faz-se um panorama histórico das privações relativas e expõe-se a proposta de análise.

2.1 AS PRIVAÇÕES RELATIVAS

A introdução do termo “privações relativas” nas análises sociais é recente, datada de meados do século XX. A primeira utilização apontada pela literatura foi feita no estudo “O soldado Americano” (STOUFFER et al., 1949). A pesquisa analisou promoções de patente no exército norte-americano e evidenciou que nas unidades onde havia maior número de promoções, a frustração dos soldados era elevada. Já nas unidades onde as promoções eram esporádicas, o nível de descontentamento era baixo. Isso ocorria por que, nas unidades com muitas promoções, os soldados não promovidos se sentiam altamente frustrados, pois se comparavam a seus colegas em posição privilegiada. Já nas unidades sem muitas promoções, os soldados não promovidos possuíam menores expectativas e, portanto, menor frustração. Os autores do estudo, então, propuseram que esse efeito – o qual contradizia o senso comum de que mais promoções trariam mais satisfação, do ponto de vista das privações absolutas – seria oriundo de privações originadas de comparações entre os soldados e seus companheiros (PETTIGREW, 2002, p. 351).

A ideia subjacente ao conceito, qual seja, a de que comparações sociais geram alterações de comportamento, precede o estudo supracitado. Em sua análise sobre a Revolução Francesa, Alexis de Tocqueville (1856, p. 214) observou que, mesmo

nações tendo sofrido opressão e escassez por longos períodos, revoltas ocorriam quando havia a mais leve melhora, de modo que a perspectiva de retorno à situação anterior se tornava intolerável. Também Karl Marx e Frederick Engels propuseram que o crescimento capitalista trazia melhora social e material para capitalistas e proletários, de maneira desproporcional. Estes últimos, apesar de estarem em situação melhor, ficavam progressivamente insatisfeitos em razão da desproporção comparativa, o que gerava revoltas (DAVIES, 1962, p. 5).

As duas análises supracitadas, apesar de não discorrerem especificamente, já tratavam intuitivamente do conceito de privações relativas. Este pressupõe que se comparações – realizadas em face de outras pessoas, grupos, ou em face de si mesmo em diferentes pontos no tempo – levarem indivíduos à conclusão de que não possuem o que merecem, eles ficarão frustrados e ressentidos (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 203).

Apesar de terem lançado as bases para o conceito, Stouffer et al. (1949) não mediram ou definiram precisamente as privações relativas. O conceito foi inferido como hipótese para explicar o comportamento observado dos soldados, ao final do estudo. A partir disso, viu-se o surgimento de uma abundância de pesquisas, em diversas áreas, que passaram a trazer análises que incluíam aspectos de privações relativas, por vezes com outras nomenclaturas (PETTIGREW, 2002, p. 352). Esses estudos aplicaram o conceito para analisar sua causalidade em uma variedade de efeitos, como má saúde física (ADLER et al., 2000), participação em protestos coletivos (GEARY; NEWTON; MANN, 1980), suscetibilidade de recrutamento terrorista (MOGHADDAM, 2005) e comportamento do consumidor (DUESENBERY, 1949) (DYBVIG, 1995). O que conecta esses estudos é justamente a ideia de que as reações dos indivíduos a circunstâncias objetivas dependem de suas comparações subjetivas (SMITH; WALKER, 2002, p. 1).

Após Stouffer et al. (1949), um importante avanço realizado no entendimento das privações relativas adveio da diferenciação proposta por Walter Garrison Runciman (1966) entre privações relativas egoísticas (individuais) – de agora em diante referidas como PRI – e fraternais (coletivas) – referidas como PRC. Para o autor, as PRC ocorreriam quando o indivíduo generaliza as experiências de privação

que sofreu ao fato de pertencer a um grupo específico, de modo que outras pessoas também vivenciariam as mesmas experiências que ele. Dessa forma, por exemplo, demonstrou-se que desigualdades percebidas entre funcionárias de uma empresa em relação a seus colegas homens foram associadas à situação geral de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho (BEATON; TOUGAS, 1997). Runciman (1966) também propôs que as PRC estariam associadas a comportamentos que visavam a melhoria da situação do grupo como um todo, ao passo que PRI não se relacionavam com comportamentos coletivos.

Essa hipótese foi repetidamente testada para comprovar que as PRC são capazes de prever a aptidão de um indivíduo para se engajar em comportamentos coletivos (DUBÉ; GUIMOND, 1986) (MARTIN; MURRAY, 1984) (MEEN; OLSON; ROBERTSON; ROESE, 1995), como protestos políticos (PETTIGREW, 1967) (CHRIST et al., 2008) (MANN; WALKER, 1987) (GURR, 1970) e atitudes nacionalistas (DUBÉ-SIMARD; GUIMOND, 1983).

As PRI, por sua vez, são aptas a prever comportamentos individuais – por exemplo, uso de drogas, delinquência, depressão, adesão a dupla jornada de trabalho – em resposta às frustrações (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 205). Alguns autores sugerem que as PRI podem indicar comportamento coletivo de maneira indireta, na medida em que elas reforcem sentimentos de pertencimento do indivíduo a um grupo específico, o que levaria à ocorrência de PRC (BEATON; TOUGLAS, 2002).

Desde sua proposição, as privações relativas têm sido analisadas e testadas principalmente nas áreas das Ciências Sociais, da Psicologia e da Ciência Política. A partir disso, foram formadas duas correntes principais nos estudos do conceito (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 207). As correntes se distinguem no que diz respeito ao alvo da comparação.

A primeira, constituída majoritariamente de estudos na área de Psicologia e Ciência Sociais, utiliza a comparação social, de modo a avaliar comparações efetuadas entre indivíduos, sejam eles do mesmo grupo ou de grupos distintos (DE LA SABLONNIÈRE et al., 2009, p. 326). No estudo supracitado sobre a frustração de funcionárias mulheres em relação a seus colegas homens (BEATON; TOUGAS,

1997), há um exemplo de comparação social, na qual os pesquisadores compararam a percepção das funcionárias, enquanto mulheres, e dos funcionários, enquanto homens, para avaliar o nível de PRC e sua propensão a ações coletivas. Essa corrente utiliza preceitos da teoria da comparação social (FESTINGER, 1954).

A segunda corrente, derivada principalmente de estudos na área de Ciência Política e ainda pouco explorada, consiste na avaliação de comparações temporais. Dessa forma, o pesquisador avalia a comparação do indivíduo de sua situação atual ou a de seu grupo em um ponto no passado ou no futuro, ou ainda a um ideal abstrato (BEATON; TOUGAS, 2002, p. 123). Um exemplo dessa vertente é encontrado na análise realizada por James Davies (1962, p. 6), na qual ele propôs que revoluções são mais prováveis de ocorrer quando períodos prolongados de prosperidade econômica e social são seguidos por um repentino revés. A perspectiva de se perder o que se conquistou leva a população a se revoltar. Davies (1962) realizou comparações temporais em três casos – a Rebelião de Dorr, nos Estados Unidos, a Revolução Russa e a Revolução Egípcia de 1952 – para comprovar sua proposição.

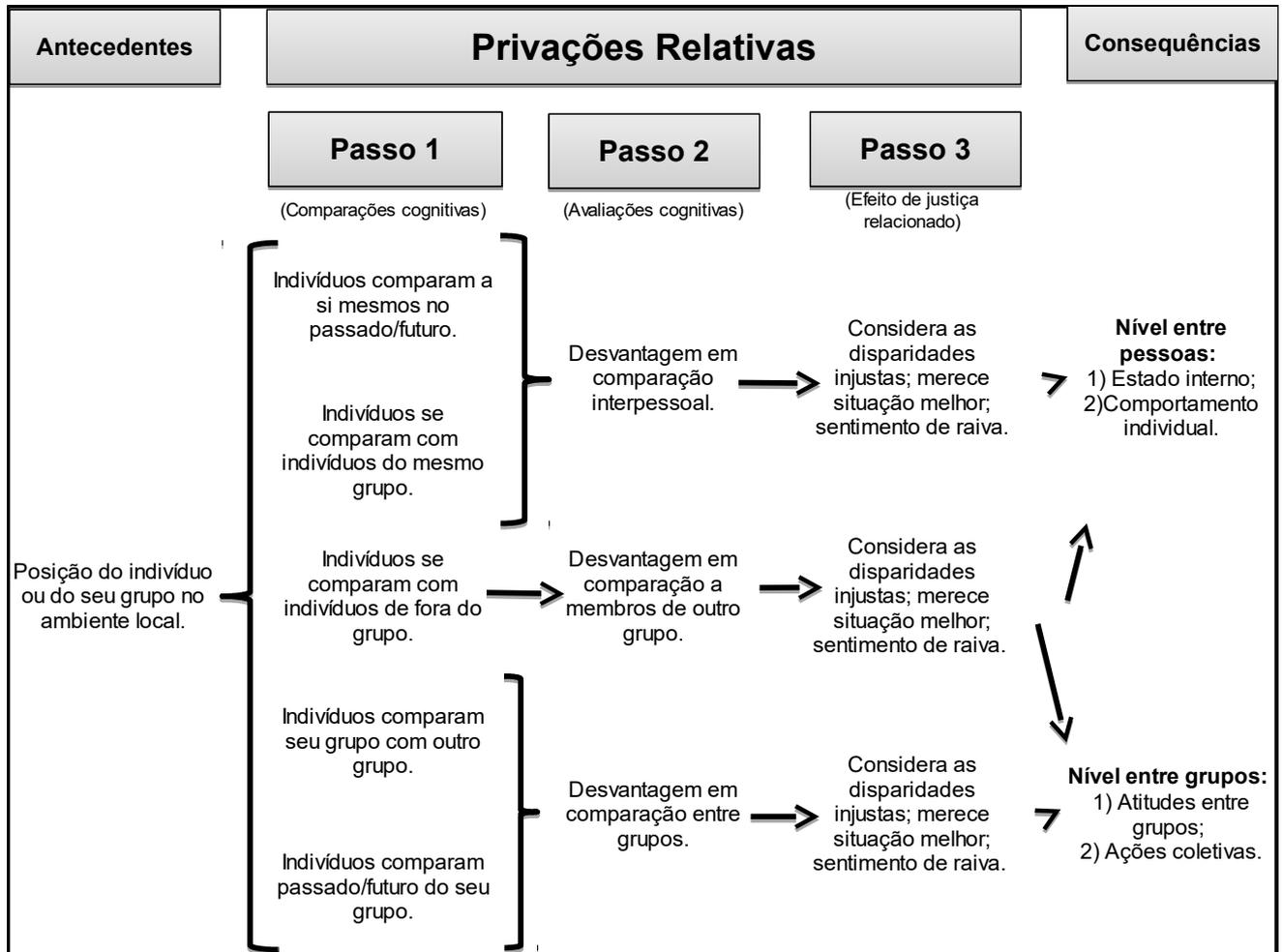
Os estudos de privações relativas realizados por meio de comparações temporais ainda se distinguem em relação ao modo de medição das privações. A análise pode partir da percepção dos indivíduos em relação a um ponto específico no futuro ou no passado; ou ainda pode ser realizada através do acúmulo de percepções dos indivíduos ao longo do tempo, de modo a formar um padrão de privações referente a um determinado período (DE LA SABLONNIÈRE et al., 2009, p. 328). Em Davies (1962), por exemplo, a reação da população ocorre quando se verifica um certo padrão de privações relativas ao longo do tempo – do qual ele derivou sua proposição da “curva-J”.

Uma série de pesquisadores passou a questionar a efetividade da aplicação do conceito para prever ou explicar a ocorrência de comportamentos, principalmente coletivos, em razão da falta de rigor metodológico e conceitual necessário (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 204). As principais críticas às privações relativas se centram em dois aspectos: sua falta de definição e suas consequências.

Em relação ao primeiro, a crítica destaca que a falta de precisão conceitual e a grande variedade de definições encontradas na literatura tornam as privações relativas muito abrangentes e de difícil comprovação empírica (SMITH; WALKER, 2002, p. 2). O segundo e mais severo aspecto alvo de críticas trata das consequências ou resultados das privações relativas, já que, para parte da literatura, há pouco suporte empírico que comprove a relação causal entre se sentir relativamente privado e engajar-se em comportamento coletivo (GASKELL; SMITH, 1984) (THOMPSON, 1989). Isso seria particularmente relevante em estudos que se utilizam de comparação social, uma vez que a maioria não atenta para a necessidade de esclarecer a anterioridade das privações em relação a seus efeitos. Por medirem as frustrações em um único momento no tempo, os comportamentos atribuídos como efeitos poderiam ser, na verdade, causas contribuintes para a frustração (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 218-219). Um dos principais críticos, Clark McPhail (1971), encontrou uma correspondência de menos de 1% entre sentir-se privado e participar nos protestos, após revisar pesquisas sobre protestos urbanos e desobediência civil nos Estados Unidos, ao final da década de 1960.

As décadas de 1990 e 2000 vislumbraram um ressurgimento na utilização do conceito (SMITH; WALKER, 2002, p. 2). Dois estudos se destacam na tentativa de trazer maior clareza e coesão à aplicação das privações relativas. No primeiro, Heather Smith e Daniel Ortiz (2002, p. 95) revisaram, por meio de integração meta-analítica, mais de 350 estudos com esse conceito realizados entre 1967 e 1995. Os autores demonstraram que as PRC são capazes de prever comportamento coletivo e que as ponderações de McPhail (1971) haviam encontrado pouca correspondência por terem incluído dados de PRI em sua análise.

Diagrama 1 – Estruturação das privações relativas



Fonte: Bialosiewicz et al. (2012, p. 205), tradução livre.

No segundo estudo, mais robusto em seu escopo, Silvana Bialosiewicz et al. (2012) realizaram uma revisão mais abrangente das privações relativas. Os autores analisaram 860 estudos elaborados entre 1949 e 2010, por meio de uma revisão teórica e meta-analítica. Os intuítos foram elaborar uma estrutura básica para as privações relativas, avaliar o grau de correspondência entre o conceito e suas consequências e propor novos caminhos de pesquisa. O Diagrama 1 engloba as variadas abordagens identificadas pelos autores.

Dessa forma, portanto, pode-se depreender que há três requisitos para que se possa analisar as privações relativas (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 204).

Primeiramente, como demonstra o “Passo 1”, deve haver um elemento de comparação realizado por indivíduos. Dados absolutos (índices como IDH, PIB per capita, taxa de desemprego etc.) podem ser utilizados como complementação, mas eles não indicam a percepção direta das pessoas. Em segundo lugar – “Passo 2” –, da comparação deve resultar uma situação desvantajosa para o indivíduo ou seu grupo. Por último, no “Passo 3”, essa desvantagem deve ser vista como injusta, de modo que o indivíduo deseja melhorar para si ou seu grupo.

Ao se seguir essas orientações, os autores verificaram aumento na correlação entre as privações relativas e seus efeitos (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 217). Há também indicação de que é importante acrescentar, nas análises futuras, qual seria o possível alvo da frustração dos indivíduos, de modo a prever qual tipo de reação coletiva seria mais provável (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 220).

Diante do apresentado até o momento, evidencia-se que, para entendimento dos protestos ocorridos em 2011 na Palestina, os quais foram uma expressão eminentemente coletiva, é preciso analisar o processo de PRC. A literatura aponta a alta relação entre PRC e reações coletivas que visem a melhoria da situação do grupo. Dessa forma, a próxima seção tratará da abordagem específica de privações relativas que será adotada nesta análise, seguida de outra seção que estabelece o desenho de pesquisa utilizado.

2.2 A TEORIA DAS PRIVAÇÕES RELATIVAS SEGUNDO TED ROBERT GURR

A proposta teórica a ser adotada deve ser aquela que demonstre maior capacidade explicativa dentro da relação entre as PRC e ações coletivas, de modo a analisar os protestos de 2011 na Palestina. Não se descarta aqui a possibilidade de que tenha havido PRC resultando em atitudes intergrupos, dentro da própria sociedade palestina, ou também PRI, mas esses ângulos de análise dos protestos não estão dentro do escopo desta pesquisa.

Deve-se considerar também a disponibilidade de dados. Uma vez que a análise feita é retroativa, referente a um evento ocorrido há sete anos, não seria verossímil propor hipóteses baseando-se em comparações sociais, dado que a coleta das percepções deveria ter sido realizada no momento dos protestos. Como será salientado adiante, os dados utilizados advêm da coleta da opinião pública palestina ao longo dos anos. Dessa forma, a abordagem a ser adotada deve utilizar comparação temporal com base em medições das privações relativas ao longo do tempo.

Como ressaltado por Albert (1977, p. 500), precursor da teoria de comparação temporal, esse tipo de comparação é mais saliente em tempos de mudanças e ajustes sociais, uma vez que os indivíduos buscam estabelecer a continuidade abalada entre passado, presente e expectativas futuras. A natureza desestabilizadora das mudanças reduz a probabilidade de comparações sociais, uma vez que o referente de comparação se torna mais incerto. Desse modo, comparações temporais se mostram uma alternativa mais sólida de análise subjetiva para os indivíduos (DE LA SABLONNIÈRE et al., 2009, p. 326-327). Na análise aqui proposta, o cenário de mudanças está presente na Palestina, onde se somam diversos eventos que alteraram a sociedade, como o fim da Segunda Intifada, a eleição do Hamas em 2006 e a consequente divisão do governo – esses pontos serão analisados no capítulo seguinte.

Além disso, como já ressaltado anteriormente, comparações temporais são melhor aptas a estabelecer a posterioridade das consequências em relação à ocorrência de privações relativas, elemento que gera críticas nas análises de comparação social (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 218-219).

Em face desses elementos, a melhor abordagem que se adequa às propostas da pesquisa é a da teoria das privações relativas, proposta por Ted Robert Gurr (1970). O autor lança sua teoria no âmbito da corrente de estudos mais comum na Ciência Política, utilizando-se da comparação temporal. Gurr é comumente desconsiderado pelas análises que tratam de privações relativas no âmbito das Ciências Sociais e da Psicologia. Isso se dá, principalmente, pelo fato de o autor ter utilizado como fonte indireta da percepção de privação dados que não se originam

diretamente dos indivíduos, como aumento do custo de vida, crescimento do PIB e taxa de desemprego (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 206). Outro ponto é que a análise de Gurr se baseia em comparações temporais ao longo do tempo, um modelo pouco usado, uma vez que requer maior esforço e custos de coleta de dados (PETTIGREW, 2002, pp. 355, 365).

Segundo Gurr (1970, p. 13), as privações relativas são “a discrepância entre os valores-expectativa dos homens e seus valores-capacidade” (tradução livre). Os valores (*values*) referem-se a toda sorte de objetos, condições, eventos, bens, aos quais os indivíduos da coletividade aspiram (GURR, 1970, p. 25). As expectativas representam os bens e condições de vida aos quais os indivíduos acreditam justificadamente terem direito.

No âmbito da análise de Bialosiewicz et al. (2012, pp. 205, 207), há clara correspondência entre a ideia do efeito de justiça associado à comparação – vide “Passo 3” do Diagrama 1 – e a perspectiva de não alcance dos valores-expectativa evidenciada por Gurr. Ambos os conceitos inserem à análise o elemento perceptivo de que as disparidades são injustas e que se deseja uma situação melhor.

As capacidades, para Gurr (1970, p. 27), são os bens e condições que se podem alcançar ou manter, dadas as condições sociais disponíveis. O indivíduo assalariado, por exemplo, possui a capacidade de receber mensalmente um valor referente a seu trabalho. Não se confunde com expectativa, que nesse caso seria, por exemplo, o desejo justificado de receber uma promoção ou aumento.

O núcleo da teoria das privações relativas de Gurr (1970) é, portanto, a discrepância julgada pelos indivíduos entre suas expectativas e capacidades, a qual gera frustração¹. A avaliação da percepção em relação a expectativas e capacidades parte da análise relativa dos indivíduos em face de sua própria posição social, econômica ou política comparada a outro momento no tempo (KRETZSCHMAR; WALKER; WONG, 2002, p. 288). A comparação pode ainda ser em relação a um ideal abstrato, a promessas realizadas por líderes ou a qualquer outro elemento ou valor que possa ensejar expectativa legítima nos indivíduos (ABERLE, 1962, p. 209).

1 Os termos frustração e descontentamento serão utilizados com o mesmo sentido nesta análise.

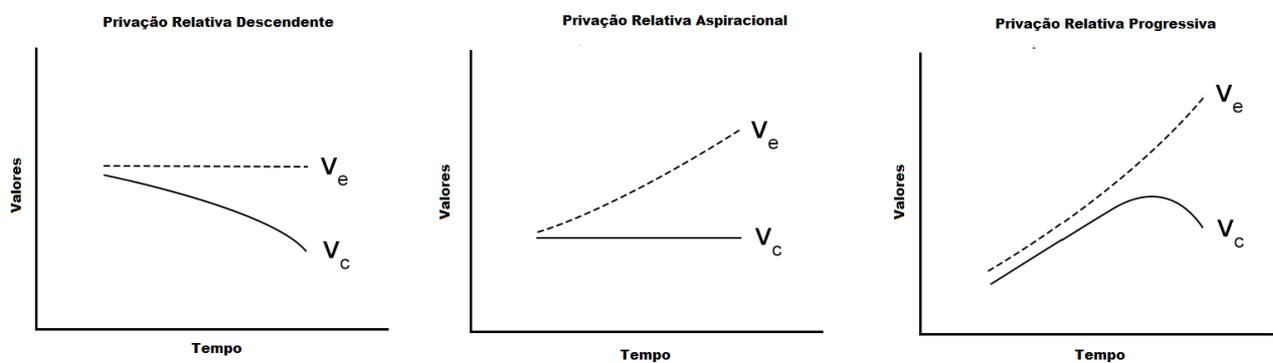
Uma vez mais, a proposição de Gurr se coaduna com as conclusões alcançadas por Bialosiewicz et al. (2012) acerca do melhor desenho de pesquisa possível para que a análise das privações relativas possa prever reações de indivíduos ou grupos. A comparação entre capacidades e expectativas está correlacionada ao “Passo 1” – vide Diagrama 1 – e a percepção de desvantagem, ou a diferença entre expectativas e capacidades, é esclarecida no “Passo 2”.

O intuito de Gurr (1970, pp. 3-7), com sua proposta teórica, é analisar o padrão de privações relativas e de frustrações de uma sociedade, ao longo do tempo, para prever momentos em que seja mais provável a ocorrência de violência política. Para o autor (GURR, 1970, p. 4), a violência política é caracterizada por todo tipo de manifestação coletiva violenta – ou com ameaça de uso de violência – de uma comunidade contra o regime político estabelecido, assim como contra seus atores, representantes ou políticas específicas. Engloba fenômenos como revoluções, revoltas, guerras de guerrilhas, golpes de Estado, rebeliões e manifestações em geral, as quais, necessariamente, devem envolver o uso da força ou a ameaça de seu uso por parte de instituições ou partes que buscam objetivos específicos em relação à ordem política. Diante dessa conceituação, a violência política é um tipo específico de ação coletiva, dentro do panorama evidenciado por Bialosiewicz (et al., 2012), no âmbito das privações relativas.

Na análise dos padrões de crescimento da frustração ao longo do tempo, Gurr propõe três modelos que evidenciam a maior probabilidade de ocorrência de violência política. As privações descendentes são caracterizadas quando os valores-expectativa dos indivíduos se mantêm constantes ao longo do tempo, ao passo que os valores-capacidade constatarem declínio. Nessa hipótese, a frustração cresce à medida que as pessoas comparam sua situação atual com o momento passado, quando possuíam melhores condições (GURR, 1970, p. 46). O segundo padrão de privações (GURR, 1970, p. 50-51), as aspiracionais, se caracteriza pela manutenção constante dos valores-capacidade e um aumento nas expectativas da coletividade. Nesse caso, as pessoas se frustram não por que perderam o que possuíam, mas sim pelo fato de não conseguirem alcançar as suas expectativas justificadas. O terceiro e último modelo expressado na análise de Ted Gurr (1970, p. 52-53) são as

privações relativas progressivas. Ele deriva de estudo de Davies (1962, p. 6) sobre a ocorrência de revoluções, no qual ele propõe a hipótese da “curva-J”, já mencionada. Nesse caso, os valores-expectativa apresentam aumento, enquanto os valores-capacidade decrescem. É preciso destacar que uma mesma sociedade pode vivenciar diferentes modelos de privações relativas para diferentes aspectos analisados (GURR, 1970, p. 56).

Gráfico 1 – Modelos de privações relativas



Fonte: Bischof (2012, p. 17), com adaptações

Tabela 1 – Modelos de privações relativas

VALORES-CAPACIDADE	VALORES-EXPECTATIVA	MODELO	DESCRIÇÃO
Decrescentes	Constantes	Privações relativas descendentes	Os indivíduos se sentem frustrados comparando sua situação atual e no passado, percebendo desvantagem.
Constantes	Crescentes	Privações relativas aspiracionais	Os indivíduos se sentem frustrados comparando sua situação atual com as expectativas justificadas da situação em que poderiam estar.
Decrescentes	Crescentes	Privações relativas progressivas	Os indivíduos se sentem frustrados pela combinação da comparação desvantajosa da situação atual em relação à passada e da comparação da situação atual com expectativas justificadas da situação que poderiam estar.

Fonte: Autor, com base em Gurr (1970, pp. 46-56)

Outra consideração relevante, apontada por Ted Gurr (1970, p. 46), é que a longo prazo a tendência é que as pessoas ajustem suas expectativas a suas capacidades. Como a situação de frustração é de desconforto, a reação esperada é que haja uma normalização entre anseios e realizações. A própria evidenciação de violência política é nada mais que uma tentativa de reajustar essa discrepância entre expectativas e capacidades, através da violência direcionada ao alvo político identificado. Em razão disso, a constatação de padrão crescente de descontentamento – por meio dos modelos propostos – é característica de momentos antecedentes a atos de violência política, de forma que essas não são as únicas formas de interação entre expectativas e capacidades em determinada sociedade. Em comunidades com baixa ocorrência de violência política, por exemplo, a tendência é que os valores-expectativa e os valores-capacidade sejam muito próximos ou iguais.

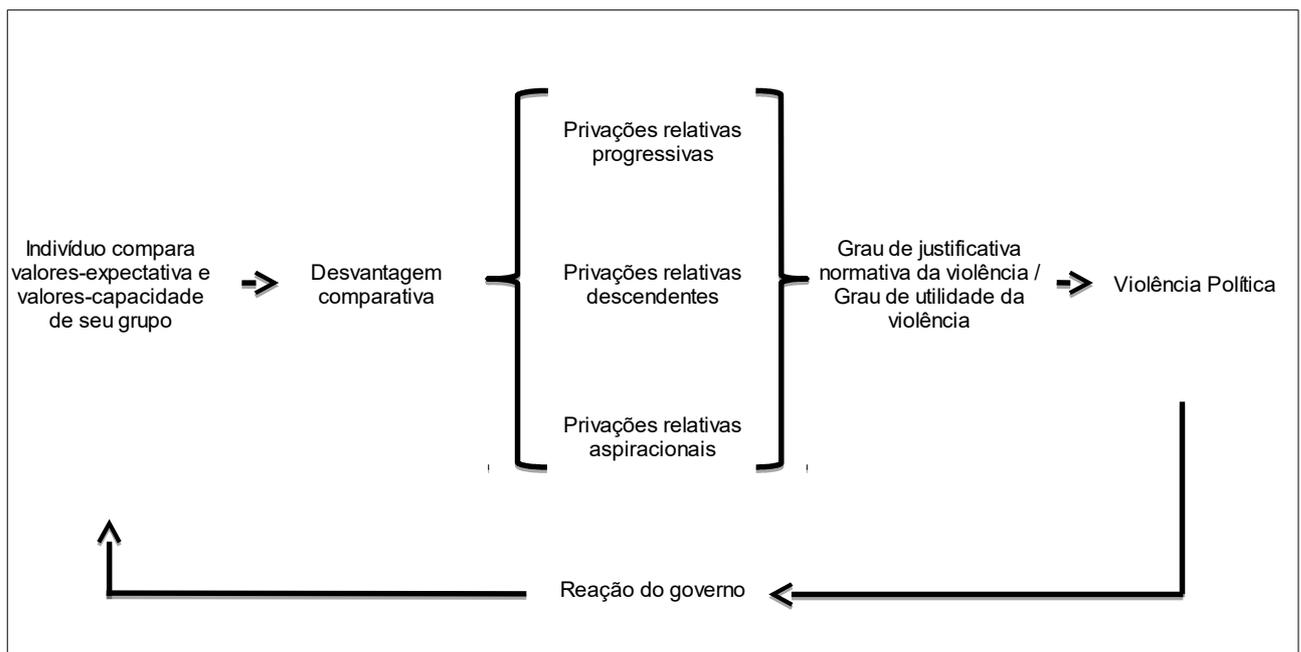
Na análise de um fenômeno tão complexo quanto a ocorrência de violência política, é de se esperar que as proposições teóricas não abarquem todo o espectro de variáveis possíveis que influenciam o fenômeno. Dessa forma, a proposta de Gurr não é determinística, no sentido de que, uma vez reunidas as condições citadas, haverá, com certeza, este tipo de ação coletiva. O autor elenca uma análise probabilística: quanto maior a intensidade das privações relativas, mais provável a ocorrência da violência política (GEARY; NEWTON; MANN, 1980, p. 385).

Além disso, Gurr também ressaltou que outras duas variáveis cognitivas influenciam a transformação de frustração em violência política: o grau de justificação normativa da violência e o grau de crença na utilidade da violência como meio de aplacar a frustração. A primeira está relacionada ao modo como a violência é interpretada pela sociedade, a maneira como as tradições, os costumes e a cultura em geral lidam com expressões violentas. Inclui também em que situações a violência é aceitável e sob que circunstâncias. Já a segunda, diz respeito à percepção de que a violência é um meio útil para sanar aquela frustração que se vivencia (INTAL, 1991, pp. 30-31). Dessa forma, sociedades que possuem alta incidência desses elementos passam mais rapidamente do estágio de frustração para a ação coletiva.

Outro elemento que Gurr (1970, pp. 12-13) pondera em sua análise é o potencial alvo da violência política. Como demonstra o autor, a resposta agressiva tende a ocorrer quando os indivíduos associam a fonte da frustração a um elemento externo a si. Em outras palavras, o indivíduo acredita não ser o responsável por sua própria frustração, mas atribui a sua fonte a um elemento externo. Somado a isso há o fato que é improvável que os indivíduos frustrados direcionem sua agressão a qualquer alvo aleatoriamente, mas sim àquele que é identificado como fonte da frustração (FESHBACH, 1964, pp. 260-265).

Após a ocorrência da violência política, Gurr (1970, pp. 232-235) esclarece que a forma como o governo ou o grupo político dominante reage tem o condão de alterar os valores percebidos pela população. Caso o governo interfira na fonte da frustração e melhore as condições dos valores-capacidade e valores-expectativa, provavelmente haverá uma diminuição da violência política. De outra forma, ações governamentais podem intensificar a frustração e aumentar a intensidade das ações coletivas. Diante do exposto até o momento, o Diagrama 2 traz um sumário da teoria das privações relativas de Gurr.

Diagrama 2 – Teoria das privações relativas segundo Ted Robert Gurr



Fonte: Autor, com base em Gurr (1970).

Mesmo tendo sido proposta em 1970, a teoria de Gurr leva em consideração os elementos necessários, conforme estabelecidos por Bialosiewicz et al. (2012), para a obtenção de resultados relevantes em análises envolvendo privações relativas – vide diagramas 1 e 2. A maior discussão, que também é o principal alvo de críticas em Gurr, é o fato de ele ter utilizado, além da percepção direta de indivíduos, dados agregados como fonte principal para a avaliação das privações relativas (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 206). Apesar disso, sua teoria foi testada a partir da coleta de dados referentes a 114 países ou territórios com população acima de um milhão de habitantes, entre 1961 e 1965. Um total de 1100 eventos de violência política foram analisados e a correlação com seu modelo ficou evidente (GURR, 1970). Mesmo sua teoria tendo sido testada com resultados significantes (INTAL, 1991) (GEARY; NEWTON; MANN, 1980), adere-se aqui à perspectiva de Bialosiewicz et al. (2012) de que dados agregados devem ser uma fonte auxiliar na análise das privações relativas.

Outra ponderação que deve ser feita é o fato de, na consideração dos valores-capacidade e dos valores-expectativa, Gurr (1970) não efetiva a necessária separação entre elementos de PRC e elementos de PRI. Como já salientado aqui, somente as privações relativas identificadas dentro do panorama de pertencimento a um grupo possuem correspondência causal comprovada com ações coletivas. Nesse sentido, incorpora-se esse aspecto, de forma a aprimorar a abordagem.

Não obstante as críticas, autores fora do espectro da Ciência Política já vêm reconhecendo, em um esforço de integração, a necessidade de dar maior relevância às comparações temporais e, mais especificamente, às contribuições de Gurr. Ann Beaton e Francine Tougas (2002, pp. 127-128) consideram relevante incorporar a análise dos valores-expectativa aos estudos de privações relativas, uma vez que o “futuro antecipado” pode influenciar mais nas frustrações que comparações com o passado. Bialosiewicz et al. (2012, p. 220) consideram também importante aproveitar as contribuições de Gurr no que diz respeito à avaliação do alvo das frustrações, de modo a prever para onde seriam direcionadas as ações dos indivíduos.

Diante disso, acredita-se que a abordagem de Gurr (1970) é a mais apropriada para analisar a ocorrência de PRC e sua conseqüente violência política na Palestina em 2011, no contexto dos protestos da Primavera Árabe. Cabe ressaltar que análises recentes também tem aplicado a teoria das privações relativas para explicar os eventos ocorridos durante a Primavera Árabe. Sadaf, Saiqa e Manzoor (2017), por exemplo, analisam o período anterior às revoltas no Egito, Tunísia, Líbia, Iêmen e Síria para inferir que todos esses países vivenciaram processos de privações relativas econômicas. Daniel Bischof (2012) procurou aplicar o modelo de Gurr com acréscimos trazidos pelos estudos de cultura e das teorias de contenção de poder. O autor analisou ações antigoverno em seis países árabes no período de 1990 a 2011. Apesar de utilizar em sua maioria dados absolutos, o autor reconheceu a importância de testar seu modelo com dados derivados da percepção direta dos indivíduos.

2.3 PARÂMETROS DA ANÁLISE PROPOSTA

O período de análise abrange os anos de 2006 a 2013. O marco inicial foi escolhido com base no evento político de grande relevância – as eleições parlamentares –, que alterou significativamente o cenário político interno palestino e sua relação com Israel e outros parceiros internacionais. O marco final da análise aponta para o momento em que se considera que cessou o exemplo positivo de sucesso dos protestos em outros países da região, dando lugar à repressão dos governos.

Como salientado anteriormente, a aplicação da teoria de Gurr (1970) será realizada a partir da utilização de dados que refletem diretamente a percepção dos indivíduos. Essa escolha corresponde às diretrizes de pesquisa testadas como mais eficazes para identificação de correlação entre privações relativas e seus efeitos (BIALOSIEWICZ et al., 2012, p. 204) (SMITH; ORTIZ, 2002, p. 94-95).

Na primeira etapa da pesquisa, foram analisadas mais de 100 pesquisas de opinião realizadas entre 2006 e 2013 por parte de quatro institutos de pesquisa que atuam na região: *Jerusalem Media and Communications Center* (JMCC), *Palestinian Center for Policy and Survey Research* (PCPSR), *Fafo Research Foundation* (FAFO) e *Arab World for Research and Development* (AWRAD). A principal razão para escolha dessas instituições foi o fato de elas realizarem pesquisas de opinião com periodicidade – em geral, de três a seis meses, como será demonstrado nos capítulos que seguem – e constância, de modo que se pode efetivar uma análise das privações relativas ao longo do tempo.

O JMCC foi fundado em 1988 por um grupo de pesquisadores e jornalistas palestinos, com escritórios em Jerusalém e Ramala, e foi o primeiro instituto a desenvolver pesquisas de opinião pública com periodicidade, o que provê uma boa base de dados sobre a percepção da população². O instituto ganhou renome principalmente após a Primeira Intifada, na década de 1990, ao fornecer dados importantes a pesquisadores e analistas ao redor do mundo sobre os eventos que se passavam na Palestina (BEININ, 1993, p. 41-42). O PCPSR, por sua vez, é uma organização de pesquisa e *think tank* independente e sem fins lucrativos, com sede em Ramala, que também realiza pesquisas de opinião e análises de políticas desde meados dos anos 1990³. A organização fornece dados sobre a realidade palestina ao *Arab Barometer*, um importante projeto de pesquisa conduzido em países do Oriente Médio e Norte da África para coleta de dados sobre diversos indicadores (LYNCH, 2012). A FAFO é uma fundação de pesquisa independente norueguesa, com escritórios em Oslo e Pequim, que desempenhou papel crucial sediando as negociações dos Acordos de Oslo entre Israel e Palestina, na década de 1990⁴. A fundação também realiza pesquisas periódicas e conta com apoio financeiro do governo da Noruega (LIU; PEDERSEN; SØNSTERUDBRÅTEN; TILTNES, 2011, p. 4). Por fim, o AWRAD, fundado em 2007 e com sede na Palestina, é uma empresa de pesquisa, consultoria e desenvolvimento que analisa soluções técnicas para

2 Para informações sobre o instituto e sumário das pesquisas de opinião, cf.:

<http://www.jmcc.org/etemplate.aspx?id=27>

3 Cf.: <http://www.pcpsr.org/en/about-psr-page>

4 Cf.: <http://www.fafo.no/index.php/en/about-fafo/fafos-historie>

políticas públicas baseada em dados coletados em pesquisas de opinião. A instituição possui uma longa lista de parceiros e clientes, incluindo diversas agências da ONU, a Comissão Europeia e a Agência de Desenvolvimento Internacional Canadense⁵.

Apesar do esforço de busca, não foi encontrada fonte relevante de dados, para esta pesquisa, sobre a opinião pública palestina por outra instituição que não fosse de origem palestina. Não obstante, crê-se que o rigor metodológico e a credibilidade atestada dos institutos isentam os dados de quaisquer possíveis vieses. Ademais, pode-se argumentar que, uma vez que se está analisando a opinião pública palestina, a coleta dos dados por organizações nacionais reforça a pertinência dos questionamentos realizados, os quais buscam refletir a percepção da população sobre os principais eventos que influenciam a sociedade.

Todas as pesquisas possuem relevância estatística e seguem os padrões metodológicos de amostragem estatística para colher dados que sejam representativos da população palestina, incluindo Cisjordânia e Gaza. As metodologias adotadas pelos institutos são públicas e podem ser acessadas em suas publicações⁶.

A partir da análise das pesquisas de opinião, selecionou-se um conjunto de perguntas e respostas que seriam relevantes para a análise proposta. Os critérios para seleção foram: relevância para identificação de valores-capacidade ou valores-expectativa no âmbito da abordagem de privações relativas adotada; elementos que apontassem a ideia de pertencimento a um grupo maior – no caso, o grupo de palestinos –, para enquadramento nas PRC; a recorrência da mesma pergunta ao longo dos anos, de modo a avaliar o padrão de privações relativas; e identificação dos principais valores que afetam a frustração dos palestinos.

A fim de reforçar a validade dos dados, buscou-se, quando possível, comparar os valores atribuídos a determinado quesito com as pesquisas realizadas por mais de um dos institutos. Essa medida reforça a qualidade dos dados e sua capacidade representativa da população palestina. Após a seleção inicial das perguntas e respostas relevantes, descartaram-se os dados atribuídos pelo AWRAD. Por ser

5 Cf.: <http://www.awrad.org/en/article/10467/Partners--Clients-2015>

6 Cf.: seção de referências ao final deste trabalho e notas de rodapé 2 a 5.

uma instituição recente, a maior parte das pesquisas não possui padrão de repetição de perguntas ao longo dos anos, o que dificulta a comparação entre os indicadores para elaboração da análise das privações relativas ao longo do tempo.

Com a análise inicial dos dados, foi possível identificar os principais valores que impactam na frustração dos palestinos. O PCPSR inclui em seu questionário um quesito de resposta livre indagando qual é o principal problema do povo palestino para os respondentes. Entre 2006 e 2013, quatro se destacam: pobreza e desemprego, ocupação militar israelense, corrupção interna governamental e ausência de união nacional (anarquia interna)⁷ – ver Tabela 2 e Gráfico 2.

Tabela 2 – Principal problema segundo a percepção da população palestina (2006-2013)

Período	Pobreza e desemprego	Ocupação	Corrupção	Falta de união nacional / Anarquia Interna
Março / 2006	44%	25%	24%	7%
Junho / 2006	33%	26%	22%	17%
Setembro / 2006	41%	25%	22%	11%
Março / 2007	32%	24%	23%	20%
Junho / 2007	21%	12%	--	56%
Junho / 2010	24%	28%	11%	33%
Setembro / 2010	28%	31%	11%	26%
Dezembro / 2010	28%	34%	10%	26%
Março / 2011	28%	30%	11%	28%
Junho / 2011	36%	41%	18%	2%
Setembro / 2011	25%	31%	13%	25%
Dezembro / 2011	32%	37%	18%	--
Março / 2012	28%	34%	14%	23%
Junho / 2012	26%	35%	15%	24%
Setembro / 2012	32%	32%	15%	19%
Dezembro / 2012	27%	31%	15%	25%
Março / 2013	28%	29%	15%	26%
Junho / 2013	29%	29%	18%	23%
Setembro / 2013	28%	33%	16%	19%
Dezembro / 2013	27%	35%	15%	22%

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2013.

7 Até a divisão efetiva dos governos de Gaza e da Cisjordânia, em junho de 2007, a questão da anarquia interna era o quarto principal valor para a população. Após a divisão, esse elemento é substituído pela falta de união nacional, na percepção dos palestinos. Optou-se por apresentar esses dois elementos em conjunto, uma vez que a referência a anarquia interna era decorrente do conflito crescente entre Hamas e Fatah, o qual levou à consequente separação dos governos.

Gráfico 2 – Principal problema segundo a percepção da população palestina (2006-2013)



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2013.

Diante da proposta da teoria das privações relativas, percebe-se que, ao indicarem os principais problemas, os palestinos apontam também os principais valores almejados pela sociedade. Isso se dá pelo fato de esses serem os pontos que requerem soluções prioritárias, as quais podem ser consideradas os principais valores desejados pela população. Os problemas em si não correspondem aos valores. Quando se evidencia, por exemplo, que pobreza e desemprego são uma das principais questões, deve-se entender que os valores almejados são boas condições de vida e emprego. Ao mesmo tempo, esses quatro principais problemas demonstram os principais valores que têm o condão de impactar na geração de frustração, justamente por serem os mais almejados. Pode-se considerar que

alterações nesses valores impactam mais do que outros valores percebidos pela população palestina.

Após identificados os principais valores, filtrou-se, a partir das perguntas e respostas selecionadas dos institutos, aquelas que identificavam os valores-capacidade e valores-expectativa de cada um dos quatro elementos.

Apesar da quantidade de informação, a utilização de dados coletados por terceiros traz limitações à pesquisa. Inicialmente, a coleta direta é inviável, como já salientado, em razão de a análise se referir a evento que ocorreu há sete anos. Outra limitação diz respeito aos dados disponíveis. Embora houvesse majoritariamente consistência e repetição das perguntas ao longo do tempo, alguns dos indicadores estão ausentes por certo período de tempo das pesquisas, ou foram alterados com o passar dos anos. Nesse sentido, as avaliações dos elementos da corrupção – no capítulo 2 – e da pobreza e do desemprego – capítulo 3 – apresentaram desafios, mas, na ausência de qualquer dado, se optou sempre pela posição que menos convergisse com a hipótese, de maneira a fortalecer sua comprovação, como será aclarado nas respectivas análises.

Diante disso, os capítulos 2 e 3 se propõem a interpretar a evolução da frustração dos palestinos ao longo do tempo, entre 2006 e 2010, tendo por base as medidas de valores-capacidade e valores-expectativa extraídos das pesquisas. A análise é de cunho qualitativo, baseada em dados estatísticos, e são incorporados dados absolutos e elementos históricos da formação nacional de Israel e Palestina, de forma a estabelecer os antecedentes na análise das privações relativas – vide Diagrama 1. O termo análise aqui adotado se refere ao processo de identificação de dados estatísticos relevantes para a compreensão dos valores utilizados na teoria das privações relativas, seguida da comparação entre expectativas e capacidades e exposição do conseqüente padrão de frustrações. Ao se identificar aumento de frustrações, passa-se a enquadrá-lo em um dos três modelos propostos por Gurr (1970, pp. 46-56) e já aludidos. Adota-se uma abordagem qualitativa em contraste a uma possível análise quantitativa. Esta demandaria elaboração de indicadores específicos, o que se torna inverossímil diante da impossibilidade de coleta direta de dados primários e da diversidade dos dados secundários aqui utilizados.

O capítulo 4, por sua vez, traz uma descrição dos eventos de violência política ocorridos na Palestina em 2011, fazendo correlação com os resultados encontrados em relação ao processo de frustração dos palestinos. É também feita a análise do grau de justificação normativa e do grau de utilidade da violência, de modo a analisar a conversão das frustrações em violência política. Por fim, o capítulo estende a análise aos anos de 2012 e 2013, como forma de comprovar as hipóteses propostas e analisar as reações dos governos. Conclui-se que, de modo geral, as frustrações foram mais acentuadas em relação à união nacional, apesar de Gaza ter mostrado um acúmulo maior de frustrações totais que a Cisjordânia – elemento discutido no capítulo. Ademais, vislumbrou-se que a visão positiva da população em relação à Primavera Árabe atuou como catalisadora dos eventos em 2011, mas ela foi progressivamente se tornando negativa entre 2012 e 2013. As reações dos governos, por meio de cooptação e repressão, também contribuíram para a cessação dos protestos.

3 UNIÃO NACIONAL E CORRUPÇÃO: FRUSTRAÇÕES CRESCENTES EM RELAÇÃO À AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA?

A partir da proposta de análise baseada nas privações relativas, o presente capítulo tem o intuito de elucidar os valores de alcance da união nacional e do fim da corrupção entre 2006 e 2010. Antes de se analisá-los, porém, é preciso esclarecer os antecedentes políticos que levaram ao cenário de 2006 e porque a unificação nacional e a corrupção despontam como principais problemas identificados pelos palestinos. O intuito é demonstrar a relevância da escolha do período inicial de análise em 2006. As seções seguintes, portanto, visam demonstrar a evolução desses valores, em termos de expectativas e capacidades. Primeiramente se analisa a questão da união nacional e, posteriormente, a corrupção interna.

3.1 ANTECEDENTES

Como evidenciado no capítulo inicial, a proposta de análise baseada na violência política entende que os atos antigoverno estão inseridos em um processo crescente de frustração. Dessa forma, apesar de se focar no período de 2006 a 2010 como referência para a elucidação das frustrações que eventualmente levaram aos protestos no contexto da Primavera Árabe, é preciso inserir contextualmente a pesquisa no cenário político israelo-palestino, a fim de compreender a importância dos partidos de maior expressão nacional – Hamas e Fatah – e as expectativas políticas do povo palestino.

O partido Fatah – acrônimo invertido para Movimento de Libertação Nacional da Palestina –, sigla que significa vitória, começo, conquista, em árabe, tem seu embrião ainda em 1957, quando membros de alas nacionalistas de diversos espectros políticos contactaram a Irmandade Muçulmana no Cairo em busca de apoio para o estabelecimento de um braço de resistência armada desse movimento

na Palestina (SAYIGH, 1997, p. 84). Importante ponderar que, à época, nas nações árabes, por influência principalmente dos ideais propagados pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser, prevalecia no imaginário político o anseio de unidade de todos os povos árabes, por meio do pan-arabismo. Da mesma forma, ainda em face da derrota recente para Israel nos confrontos em 1956, o sentimento anti-israelense era bastante aguçado (BANK; VALBJØRN, 2012, pp. 10-11). O território da Cisjordânia estava sob administração da Jordânia e Gaza era ocupada por Israel, após a Guerra do Suez, em 1956.

Apesar do pedido de apoio, a Irmandade Muçulmana estava despendendo todos os esforços para evitar a perseguição interna promovida por Nasser, cujo regime procurava afastar a influência islâmica na política. Um ano depois, em 1958, o Fatah foi estabelecido enquanto movimento pelo mesmo grupo que havia buscado auxílio da Irmandade Muçulmana. Apesar da proximidade ideológica, destaca-se que a prioridade do movimento era organizar o cenário político palestino, em vez de perseguir objetivos unicamente ideológicos⁸ (TUASTAD, 2013, p. 87).

Em 1964, estabeleceu-se a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), após a convocação do Conselho Nacional Palestino, reunindo diversos movimentos políticos nacionais, e das resoluções da Primeira Cúpula da Liga Árabe, em 1964 (HAMID, 1975, p. 93). O movimento majoritário e de maior representatividade na OLP era o Fatah.

Uma década depois, em 1967, a derrota árabe na Guerra dos Seis Dias põe em xeque a supremacia do pan-arabismo como alternativa política e dá azo ao ressurgimento islâmico (LAPIDUS, 1997, pp. 445-446). O ano também marca o início da ocupação militar israelense sobre os territórios palestinos de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental. No âmbito da OLP, as diferenças entre islamistas – representados principalmente pelo braço da Irmandade Muçulmana em Gaza – e seculares era notável.

8 Importante ponderar que o artigo 13 da Carta Constitutiva do Fatah de 1958 assegurava liberdade religiosa como objetivo do movimento: “Artigo 13. Estabelecer um Estado democrático independente com completa soberania sobre todas as terras palestinas, com Jerusalém como capital, e proteger direitos legais e a igualdade dos cidadãos sem discriminação racial ou religiosa” (tradução livre) (FATAH. 1958).

Com o aprofundamento da ocupação militar, mais confrontos e reiterados insucessos diplomáticos, duas décadas depois, em 1987, os palestinos iniciam uma série de manifestações espontâneas de rechaço ao controle israelense. A onda de violência política ficou marcada como a Primeira Intifada – termo que se refere a agitação ou revolta, em árabe. No contexto dos eventos, é fundado o Hamas – acrônimo para Movimento de Resistência Islâmica –, termo que significa zelo em árabe. O partido rejeita a OLP como representante do povo palestino e demanda uma reforma política e cultural na sociedade, baseada em valores islâmicos (TUASTAD, 2013, p. 88).

Com o avanço do processo negociador liderado pela OLP e pelo Fatah, após a Intifada, e a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1995, o Hamas entra em oposição direta à liderança palestina. Os Acordos criaram a Autoridade Palestina, representação do povo palestino reconhecida por Israel, e sua estrutura político-administrativa, incluindo o Conselho Legislativo Palestino, que funcionou como parlamento até 2006⁹.

Yasser Arafat, líder da OLP e do Fatah, acreditava que a oposição ferrenha do Hamas poderia minar os esforços de união nacional para assinatura de um acordo com Israel. Ele procurou de diversas maneiras convencer o partido a ingressar na OLP (TAMIMI, 2007, p. 189). O Hamas, por sua vez, demandava eleições democráticas, o que era impossível no contexto das negociações dos Acordos de Oslo, e, na ausência delas, uma representação do equivalente a 40% dos assentos da OLP – quando o Fatah, grupo majoritário, só detinha em torno de um terço dos assentos. As demandas do Hamas eram impraticáveis e representavam, na realidade, a rejeição do partido em face da OLP enquanto representante do povo palestino e das negociações de Oslo (SAYIGH, 1997, p. 220).

Entre a assinatura dos Acordos de Oslo e as eleições legislativas de 2006, houve um movimento duplo. Ao passo em que a Autoridade Palestina aumentava seu grau de institucionalidade e angariava mais apoio internacional, o processo de

9 A última vez que o CLP se reuniu com quórum foi em 24 de abril de 2007. Após a vitória do Hamas nas eleições legislativas, Israel prendeu mais de um terço dos membros eleitos. Quando Gaza foi tomada pelo Hamas, em 2007, o CLP deixou de atuar e foi substituído por governos indicados pelos líderes do Hamas, em Gaza, e do Fatah, na Cisjordânia (GLOBAL INTEGRITY, 2010).

paz de Oslo falhava em garantir a paz na região. A institucionalização também trouxe desafios de governabilidade ao Fatah, partido que controlava a ANP. A transição de movimento de resistência nacional a partido governante trouxe à tona um aspecto que se tornou central na política palestina: a prática de corrupção. Em 1997, o CLP divulgou relatório da primeira auditoria realizada nas contas públicas, a qual revelou alto grau de corrupção (DANA, 2015, p. 6).

Em 2000, iniciou-se a segunda onda de violência política na região, conhecida como Segunda Intifada, desencadeada pelo descumprimento dos termos de Oslo e aprofundamento da ocupação militar. As manifestações contra Israel também foram acompanhadas de alto descontentamento dos palestinos em face da ANP. Em 2004, uma grande onda de protestos ocorreu, por parte da sociedade, em razão da nomeação de políticos com alta suspeita de corrupção (DANA, 2015, p. 7-8)

Apesar de ter boicotado as eleições desde o estabelecimento da Autoridade Palestina, o Hamas, em deliberação interna, resolveu participar do pleito em 2006. A decisão adveio da crescente insatisfação da população em face das divisões políticas internas. Para muitos e muitas, a falha do processo de Oslo e o aprofundamento da ocupação era parte culpa da energia gasta nas disputas políticas, em vez de se nutrir um movimento nacional unificado. Se referindo à decisão do Hamas, Izzat Al-Rishiq, membro do politburo do partido, disse em entrevista a Azzam Tamimi (2007, p. 210): “A decisão foi em certa medida uma resposta ao sentimento popular e em correspondência ao desejo do povo de ver todas as facções palestinas participando do processo político” (tradução livre).

O Hamas também se aproveitava do alto grau de frustração da população em face da percepção de prática de corrupção na ANP, por parte do Fatah. O discurso do partido era de “limpar” a máquina pública e moralizar a administração (SHIKAKI, 2007, pp. 6-7).

O movimento conciliatório do Hamas abriu caminho para a reaproximação de diferentes partidos palestinos e assinatura da primeira Declaração do Cairo, entre as variadas denominações, em 2005¹⁰. Um elemento de destaque foi a proposta de

10 Para uma análise sobre o acordo e ascensão do Hamas como força política cf.: USHER, Graham. The Calm before the Storm? **Al-Ahram Weekly**, n. 735, 24-30 de março de 2005. Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/Archive/2005/735/re1.htm>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

reforma da OLP, que nunca se concretizou, e a abertura para participação dos movimentos islâmicos (TUASTAD, 2013, p. 89-90).

Apesar do passado de luta armada e negação do reconhecimento de Israel, o Hamas apostou que uma agenda mais moderada poderia render-lhe a legitimidade democrática necessária para garantir maioria no CLP (FARRELL; MILTON-EDWARDS, 2010, p. 248). Em sua plataforma de campanha, o partido adotou um tom conciliador inédito em relação à OLP, reconhecendo-a como legítima representante do povo palestino e pregando sua reforma (HROUB, 2006, p. 21).

Desde a fundação da Autoridade Nacional Palestina, a realização de eleições periódicas e o reiterado boicote do Hamas haviam assegurado hegemonia do Fatah. De fato, o Fatah e, principalmente, seu líder Yasser Arafat foram os representantes da política palestina desde o estabelecimento da OLP. Pela primeira vez se vislumbrava oposição política real com a participação do Hamas e a possibilidade de perda da hegemonia do Fatah (USHER, 2006, p. 22).

Esperava-se que o Hamas tivesse um resultado expressivo nas eleições, conquistando um importante número de assentos no Conselho Legislativo, mas o resultado final espantou os observadores (USHER, 2006, p. 20). O Hamas conquistou 72 dos 132 assentos e havia se tornado a força política majoritária, podendo formar um governo e indicar um primeiro-ministro. O mandato do presidente Mahmoud Abbas, do Fatah, teria que lidar com a oposição do Parlamento.

A resposta internacional que se seguiu foi de boicote e desestabilização do governo recém-eleito. O Quarteto do Oriente Médio, que inclui Estados Unidos, União Europeia (UE), a ONU e a Rússia impôs diversas condições ao reconhecimento do governo e aplicou sanções à ANP. Israel cessou a transferência dos valores referentes a impostos coletados dos cidadãos palestinos e prendeu diversos membros do Hamas na Cisjordânia (EZBIDI, 2014, pp. 106-108). O Fatah se recusou a formar um governo de união com o Hamas e as tensões escalaram rapidamente. O que se seguiu foi uma deterioração acentuada das condições políticas internas na Palestina (SHIKAKI, 2007, pp. 7-10).

No que tange o cenário pré-2006, portanto, a aproximação entre Fatah e Hamas e a realização das eleições apontavam para uma conquista democrática progressiva, incluindo todos os movimentos nacionais mais relevantes no processo político e respeitando a vontade do povo palestino. Do mesmo modo, as promessas de combate à corrupção geravam maior expectativa na população e percepção de progresso. A partir do cenário delineado pelas eleições de 2006, as seções seguintes tratarão dos elementos que indicam os valores-expectativa e os valores-capacidade da população palestina durante o período de 2006 a 2010 – imediatamente antes do início dos protestos na Palestina no âmbito da Primavera Árabe – em relação à ausência de corrupção e à união nacional.

3.2 UNIÃO NACIONAL: FRUSTRAÇÕES CRESCENTES

A análise efetivada para união nacional foi dividida em dois períodos – antes e após a separação dos governos de Gaza e da Cisjordânia –, para facilitar a compreensão. Ao final, observou-se a ocorrência de dois padrões de frustrações, um referente aos anos de 2006 a 2008 e outro em 2009 e 2010.

3.2.1 Conflitos internos crescentes: 2006 e 2007

Inicialmente, entre 2006 e 2007, a situação política, refletida nas pesquisas de opinião, demonstra que houve um processo crescente de frustração em face da instabilidade interna e violência entre os partidos. O período foi marcado por diversos atos de hostilidade entre Fatah e Hamas e por sucessivas tentativas fracassadas de controle do governo por parte dos partidos (MORRO, 2007, p. 3).

Logo após a vitória do Hamas, a expectativa do povo palestino era alta em relação à melhoria das condições de governabilidade. Segundo pesquisas do

PCPSR (2006), 70% das pessoas entrevistadas esperavam que o Hamas tivesse sucesso na administração da ANP. O mesmo foi verificado pelo JMCC (2006), que registrou que 77,3% da população palestina esperava que o CLP eleito tivesse uma performance boa ou muito boa.

O clima de otimismo e as expectativas também se revelaram nos outros dois principais valores almejados pela população palestina: fim da corrupção e fim da anarquia interna. Nesse aspecto, o quesito anarquia interna, que na pesquisa se refere a elementos de governabilidade e à capacidade de implementação da lei e da ordem em âmbito interno, registrou seu menor índice na lista de principais problemas identificados pela população palestina, atingindo 7%, conforme a Tabela 2. Isso dá indícios que a fórmula de união nacional, que naquele momento se mostrava possível, era almejada.

Esses elementos indicam que havia uma crescente expectativa da população em face do novo governo. Mesmo com a imposição de sanções internacionais e com as tentativas de desestabilização da gestão do Hamas (EZBIDI, 2014, pp. 106-108), as pesquisas indicam que a população parecia acreditar que o balanço entre a presidência do Fatah e a legislatura do Hamas seria a melhor alternativa naquele momento. Cabe destacar também que o nível baixo atribuído à anarquia interna não significa que o problema foi resolvido, mas demonstra que, em face da eleição do novo governo, a população não vislumbrava isso como um problema prioritário. Dessa forma, percebe-se que esse quesito aponta uma alta expectativa da população em relação ao desempenho da nova gestão.

Ao contrário das expectativas, o que ocorreu, porém, desde o início da gestão, foi um choque constante entre a presidência e o parlamento e um crescente aumento da frustração e da violência política entre adeptos dos dois partidos (KIFNER; MYRE, 2006). Um dos principais impasses surgiu da disputa pelo controle das forças de segurança. Apesar de o governo do Hamas e o Ministro do Interior terem jurisdição sobre a área de segurança, os principais postos de comando estavam sob controle de oficiais do Fatah, os quais se recusavam a receber ordens do novo governo. Em abril de 2006, o primeiro-ministro, Ismail Haniyeh, do Hamas, criou a Força Executiva, grupo de segurança sob o comando do governo e do

partido, o que gerou ainda mais choques com o presidente Mahmoud Abbas, do Fatah. A instabilidade e disputa de poder interna levou a 345 mortos e mais de 600 feridos no ano de 2006 (HRW, 2008). A medida não foi bem-vista pela população, que a enxergou como mais um passo na divisão nacional. O PCPSR (2006a) registrou que 86% da população era a favor da unificação das forças de segurança ligadas ao Hamas, Jihad Islâmica e Fatah às forças da ANP.

Em 28 de junho desse mesmo ano, um grupo de prisioneiros palestinos representantes das diferentes forças políticas do país, incluindo Hamas e Fatah, emitiu um documento intitulado Documento de Conciliação Nacional dos Prisioneiros Palestinos (JMCC, 2006b). O texto tinha como principal objetivo clamar às lideranças políticas que dialogassem para o fim das diferenças internas, reforçar a necessidade de reforma da OLP com base na Declaração do Cairo e apelar para a formação de um governo de união nacional. O nível de aceitação popular ao documento dos prisioneiros foi alto – 74% (PCPRS, 2006a).

De fato, em 11 de setembro, o presidente Abbas e o primeiro-ministro Haniyeh anunciaram que tinham acordado pontos básicos para a formação de um governo de união nacional, o qual seria baseado nos princípios do Documento de Conciliação supramencionado (ICG, 2006, pp. 2-4 e 27). O impacto imediato do anúncio pode ser observado na Tabela 2, onde se percebe que a identificação da anarquia interna como problema caiu para 11%. A intensidade da redução não foi tão severa quanto imediatamente após as eleições legislativas, o que indica que a população palestina estava mais cética em relação à habilidade dos governantes de alcançar um acordo de união. O contexto de conflitos armados internos também parece ter contribuído para o aumento da frustração, de forma que os valores-capacidade para união nacional tenderam a decrescer.

Ainda em setembro, se confirmou que os valores-expectativa da população palestina para união nacional se mantinham altos. Segundo o PCPSR (2006a), 46% da população acreditava que a melhor maneira para contornar a crise interna seria a formação de um governo de união com igual peso entre Hamas e Fatah – 25% opinaram por um governo de união comandado pelo Hamas e 24% disseram que seria melhor um governo liderado por profissionais independentes. Da mesma

forma, o JMCC (2006a), apontou que 55,9% da população acreditava que a melhor saída para a crise interna era um governo de união – 15,2% opinaram por novas eleições presidenciais e legislativas, 6,5% sugeriram um governo de tecnocratas e 3,5% defendiam a dissolução da ANP.

Em 22 de setembro, o Hamas anunciou que não formaria um governo de união baseado no reconhecimento do Estado de Israel, o que gerou o colapso das negociações (LEYNE, 2006). Em novembro do mesmo ano, nova tentativa de conciliação é frustrada por impasses entre os dois partidos (TAP, 2006).

A disputa continuou e os confrontos entre milícias do Fatah e do Hamas se intensificaram, com vários mortos e feridos, como já mencionado. Em 8 de fevereiro de 2007, após negociações sob os auspícios da Arábia Saudita, Fatah e Hamas chegaram a um novo acordo. A assinatura do Acordo de Meca marcou a formação do primeiro governo de união nacional após as eleições legislativas. O governo se formou em 17 de março. Ismail Haniyeh se manteve como primeiro-ministro e o Hamas indicou nove ministros, ao passo que Mahmoud Abbas continuou na presidência e o Fatah passou a deter seis ministérios (MORRO, 2007, pp. 3-4).

Importante ressaltar que, na Tabela 2, para de março de 2007, se nota que a formação do governo de união não reduziu a percepção da anarquia interna como um problema – registrou-se 20% –, como ocorrera em setembro. Isso provavelmente se deu em razão das sucessivas tentativas frustradas de acordo cumuladas com a continuidade dos confrontos internos entre facções do Hamas e Fatah (DELANEY; NICOLL, 2007, pp. 1-2). A população palestina via o acordo com grandes expectativas, mas seus valores-capacidade decresciam progressivamente.

Pesquisas de opinião realizadas em março esclarecem a percepção da população palestina em relação ao novo governo. Há diversos fatores que demonstram os elevados valores-expectativa relacionados ao desempenho da administração. De acordo com o JMCC (2007), 68,9% dos respondentes afirmaram que o governo teria sucesso em acabar com a crise securitária interna e 61,2% disseram que o Acordo de Meca conseguiria acabar com a divisão política na palestina. O PCPSR (2007) registrou que 88% estavam satisfeitos com o Acordo e 69% esperavam que o governo de união durasse ao menos até o fim do ano. O

instituto também identificou que uma maioria de 65% a 71% esperava que houvesse avanço no pagamento de salários, na aplicação da lei e da ordem, no combate à corrupção, na prevenção de combates entre palestinos, no fim das sanções econômicas e no retorno às negociações com Israel.

A falta de sincronia entre Fatah e Hamas, porém, foi evidente desde o início do governo de união. Hanyeh se negou a cessar o lançamento de mísseis contra Israel, em resposta a ataques a Gaza, como sugerido por Abbas. Somente em maio, 50 palestinos morreram em confrontos internos entre forças dos dois partidos. Apesar dos apelos dos dois líderes por tréguas por parte de seus correligionários, a violência não cessou. As tensões chegaram ao ápice em Gaza em junho de 2007, quando entre os dias 10 e 15, o Hamas conseguiu neutralizar todas as forças aliadas ao Fatah no território e assumir o controle total da região. O partido justificou a medida com base em alegações de que o Fatah planejava tomar o controle de Gaza através da Guarda Presidencial (MELLO, 2007, pp. 1-2).

Em resposta aos acontecimentos, o presidente Abbas declarou estado de emergência, anunciou o fim do governo de união, cessou as atividades do Conselho Legislativo Palestino e nomeou Salam Fayyad como primeiro-ministro, dando-lhe a tarefa de montar um novo governo. A comunidade internacional reagiu apoiando as ações de Abbas, reconhecendo o novo governo e restaurando o apoio internacional financeiro congelado desde a eleição de 2006 (DELANEY; NICOLL, 2007, pp. 1-2). O Hamas, por sua vez, não reconheceu os atos efetivados por Abbas e taxou as medidas de golpe à democracia, estabelecendo que continuaria seu governo em Gaza. Diversas organizações internacionais reportaram que a divisão dos governos acentuou o processo de violação de direitos humanos a opositores políticos na Palestina, com diversos relatos de tortura, prisões arbitrárias, diminuição da liberdade de expressão e execuções extrajudiciais (HRW, 2008). No ano de 2007, registrou-se a morte de 350 pessoas e mais de 2000 feridas em razão das disputas políticas entre os partidos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2007, pp. 4-5).

A reação da população palestina, refletida nas pesquisas de opinião, reforça a interpretação de um progressivo aumento das frustrações em razão do processo de privações relativas. Observando-se a Tabela 2, percebe-se que 56% da população

aponta a anarquia interna como principal problema. Foi o maior registro para o período entre 2006 e 2007 e demonstra o ápice de frustração nesse ínterim em razão das ações dos partidos. Um importante destaque é que, logo após a tomada de Gaza, 59% da população opinou que a divisão efetiva do governo foi culpa conjunta do Hamas e do Fatah e 71% disseram que nenhum dos dois partidos saiu vitorioso com essa ação (PCPSR, 2007a), demonstrando que a atribuição de responsabilidade pela falta de união nacional, nesse momento inicial, afetou de igual modo os dois partidos e reiterando que a unificação é um importante valor almejado.

A tomada de Gaza e a divisão do governo da ANP entre Ismail Hanyeh, em Gaza, e Abbas e Fayyad, na Cisjordânia, marca o primeiro momento identificado nesta análise. Durante esse ínterim, iniciado com a vitória do Hamas nas eleições em 2006, foi demonstrado que a percepção da população palestina em relação às condições internas deteriorou-se (valores-capacidade). A opinião da população é respaldada por dados que mostram a crescente violência política interna entre Fatah e Hamas e um número significativo de fatalidades. Durante o período, também se observou que a percepção palestina para a solução da “anarquia interna” (valores-expectativa) correspondia à formação de um governo de união nacional, cuja ausência é identificada como um dos principais problemas do povo palestino. Ao final do período, portanto, evidencia-se um processo de crescente de valores-expectativa e decrescente de valores-capacidade, representando um processo de aumento das frustrações no modelo de privações relativas progressivas.

3.2.2 Separação e frustração: 2007 a 2010

Diante do exposto, é necessário se analisar o segundo período identificado, composto pelos anos de 2007 a 2010, a fim de identificar se o processo de aumento das frustrações se manteve até os protestos ocorridos na Primavera Árabe. Em termos de administração governamental, esse período é marcado pelo foco de ambos os governos em solucionar os problemas internos afetando a população

palestina, como será analisado no próximo capítulo. Em se tratando de união nacional, porém, a tendência de frustrações crescentes se manteve.

Em agosto e setembro de 2007, pesquisas de opinião registraram a percepção do povo palestino em relação à divisão dos governos. Para 54% dos respondentes, a solução para o impasse deveria vir através do diálogo entre Hamas e Fatah ou da formação de um governo de união nacional. Ao mesmo tempo, 23,5% opinaram por novas eleições e 16,9% disseram que o governo de Hanyeh deveria ser dissolvido em favor do governo formado por Abbas e Fayyad (JMCC, 2007a). O Hamas não foi capaz de assegurar aceitação de seu discurso de que a tomada de Gaza representava uma medida de garantia da democracia e respeito às eleições de 2006, de forma que 73% do público se opôs a essa medida. Em se tratando de expectativas, 29% esperavam que houvesse a unificação das administrações em Gaza e na Cisjordânia no decorrer dos meses seguintes, enquanto 19% acreditavam que seria em um ano ou dois, 20% disseram que não ocorreria antes de dois anos e 22% opinaram que a unificação nunca ocorreria (PCPSR, 2007b).

A próxima tentativa de diálogo para união nacional seria realizada somente em março de 2008, quando as duas partes assinaram a Declaração de Sana, sob os auspícios do governo iemenita. Horas após a assinatura, Hamas e Fatah divergiram sobre a interpretação dos termos e mais uma vez a unificação foi descartada (SUDAM, 2008). O JMCC (2008) registrou que 57,1% dos respondentes acreditavam que as negociações não iriam ter efeito na união nacional, demonstrando o pessimismo da população.

Ainda em 2008, uma nova tentativa de diálogo é patrocinada pelo governo do Egito, em novembro, porém foi logo boicotada pelo Hamas, sob protesto em razão da detenção de membros do partido na Cisjordânia (AL-OMRANI; MORROW, 2008). A opinião da população registrou novo pessimismo, com 52,6% afirmando que não haveria sucesso nas negociações. A parcela de 50,9% dos respondentes afirmou que desejava a formação de um governo de união formado por membros de diferentes partidos políticos, ao passo que 21,4% opinaram pela formação de um governo provisório até a realização de novas eleições e 18,7% queriam um governo formado por tecnocratas independentes (JMCC, 2008a).

Apesar de a percepção majoritária da população ser de que era necessário diálogo para superar a divisão interna, a fórmula adotada até aquele momento pelos dirigentes palestinos parecia não mais surtir efeito. O processo de negociar e assinar declarações ou acordos havia conseguido extrair percepções positivas anteriormente, como no Acordo de Meca supramencionado, mesmo posteriormente não os efetivando. Agora, porém, predominou o pessimismo em face das tentativas de diálogo realizadas pelos governos, indicando que a população está progressivamente descontente com a falta de comprometimento dos partidos e requer medidas mais concretas em direção à reunificação nacional.

Em termos de confrontos entre membros dos braços armados do Fatah e do Hamas, relatórios de organizações internacionais apontam para redução no número de mortes – apenas 18 fatalidades foram identificadas em 2008 por esse motivo –, apesar de ainda se registrar vários casos de prisões, tortura e perseguição política (ODI, 2009, pp. 14-15). Após o ápice de violência em 2007, a separação das duas administrações reduziu o nível de confrontação direta entre os partidários dos dois grupos políticos, uma vez que a disputa pelo controle da ANP não mais existia. Com os territórios definidos, o foco dos partidos foi consolidar seu controle e melhorar os indicadores socioeconômicos em suas áreas.

Após a operação militar *Cast Lead* realizada por Israel em Gaza – entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 –, que será melhor abordada no capítulo seguinte, Hamas e Fatah novamente tentam diálogo. Apesar da destruição e perdas humanas em Gaza, ao serem confrontados com três opções de prioridades para o povo palestino, 46% dos respondentes afirmaram que o mais importante era a unificação nacional, ao passo que 28% opinaram pelo fim do bloqueio imposto a Gaza e 25% disseram que a prioridade era a reconstrução deste território (PCPSR, 2009). O anseio pela unificação, portanto, superava até mesmo a necessidade básica de restabelecimento de infraestrutura para a vida em Gaza, reforçando a importância desse valor nas expectativas da população. Apesar disso, o pessimismo em relação ao sucesso dos diálogos persistia, de modo que 52,1% esperavam seu fracasso e 37% apostavam no sucesso (JMCC, 2009).

Em outubro de 2009 as negociações entre os partidos novamente chegam a um impasse. Ao ser consultada, 61% da população opinou que a culpa pela separação dos governos é conjunta do Hamas e do Fatah (PCPRS, 2009a). O resultado é semelhante ao obtido em 2007 e demonstra que, no processo de politização, a escolha do alvo político para a frustração decorrente da falta de unidade nacional resvala igualmente sobre os dois partidos. Ao serem questionados novamente sobre qual das três prioridades supracitadas era a mais importante, os valores foram de 61%, 22% e 16%, respectivamente, apontando um aumento dos anseios por unificação após mais um fracasso de negociações (PCPRS, 2009a).

A partir de 2009, a estratégia adotada por líderes do Hamas e Fatah parece ser a de negociações contínuas. Nesse modelo, os líderes ou seus representantes se encontram periodicamente no formato de rodadas de negociações. Quando se chega a um impasse, as discussões são adiadas até que as condições se modifiquem. Com efeito, o impacto dessa estratégia na percepção da população pode ser vislumbrado no Gráfico 3, que registra a opinião em relação ao status da reunificação no futuro.

Gráfico 3 – Opinião da população palestina sobre a duração da separação entre os governos de Gaza e da Cisjordânia (2009-2011)



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPRS entre 2009 e 2011.

Até dezembro de 2010, o Gráfico 3 demonstra uma crescente descrença na habilidade do Hamas e do Fatah chegarem a um acordo definitivo e aponta para a gradual piora das expectativas e, portanto, aumento dos valores-expectativa para unificação nacional, uma vez que a percepção é que esse objetivo está cada vez mais distante. É importante ressaltar que o valor mais crítico é registrado em dezembro de 2010, após mais um impasse nas negociações em outubro, quando o presidente Abbas discorda de termos propostos pelo patrocinador das negociações, o presidente da Síria, Bashar Al Assad (MIFTAH, 2017). Aliado a esse fato, observa-se que, na Tabela 2, a percepção da união nacional como um dos principais problemas registra relativa estabilidade até março de 2011, o que aponta constância nos valores-capacidade para esse quesito. Apesar de ter afetado as expectativas, as “negociações permanentes” entre Fatah e Hamas causaram efeito diverso nas capacidades.

Como será esclarecido no capítulo 4, o período de dezembro de 2010 a março de 2011 marca o início de protestos e episódios de violência política na Palestina. Dessa forma, no que cabe à análise ora proposta, para o período anterior à ocorrência dos protestos na Palestina, observou-se a ocorrência de dois padrões de frustrações. O primeiro, o qual compreende o período de 2006 a 2008, é marcado pelo processo de privações relativas progressivas, diante da tendência crescente nos anseios (valores-expectativa) de unificação, combinados com a redução dos valores-capacidade, evidenciada pelos constantes fracassos nas sucessivas negociações. O segundo período abarca 2009 e 2010 e constatou-se privações relativas aspiracionais, quando os partidos mudam o modo de negociação para diálogos contínuos, ao invés da assinatura de sucessivos acordos. Dessa forma, houve um aumento dos valores-expectativa aliado à constância dos valores capacidade.

Para que se avalie o impacto desse valor na frustração geral da população no período anterior à Primavera Árabe, é preciso avaliar os demais elementos identificados como principais valores para a sociedade palestina. Na seção que segue, passa-se a perquirir o aspecto da corrupção no governo.

3.3 CORRUPÇÃO: AUSÊNCIA DE FRUSTRAÇÃO?

A análise das percepções da população palestina em relação ao nível de corrupção na máquina governamental aponta para resultados diferentes dos obtidos para união política nacional. Como já esclarecido, a corrupção não é um valor em si nos termos da teoria das privações relativas, mas o fim dela, ou o alcance de uma boa governança, o é.

No período anterior às eleições de 2006, percebe-se que há indícios de um processo crescente de expectativas e capacidades em relação ao combate à corrupção, como já destacado. Os desejos da população eram de que a renovação política trazida pelo Hamas e o próprio discurso do partido de combate à corrupção (SHIKAKI, 2007, pp. 6-7) trouxessem melhores resultados nessa área.

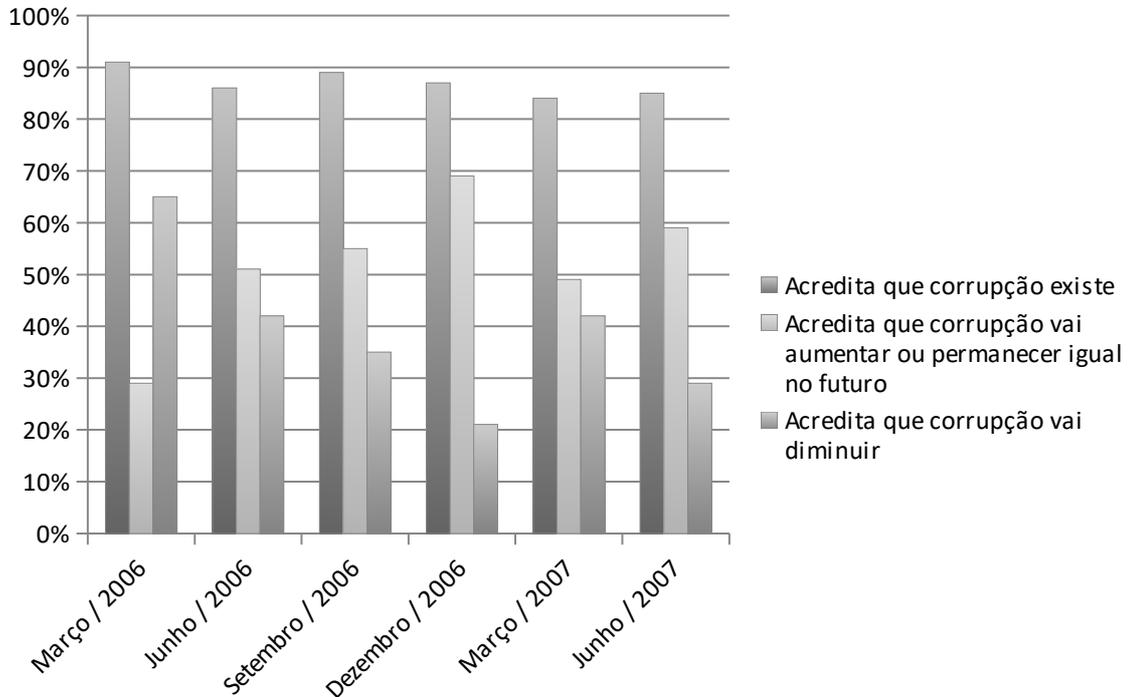
As Tabelas 3, 4 e 5 demonstram os principais dados extraídos das pesquisas de opinião que têm o condão de elucidar a percepção da população palestina em face da corrupção.

Tabela 3 – Percepção da população palestina em relação à corrupção na ANP (2006 – 2007)

Período	Acredita que corrupção existe	Acredita que corrupção vai aumentar ou permanecer igual no futuro	Acredita que corrupção vai diminuir
Março / 2006	91%	29%	65%
Junho / 2006	86%	51%	42%
Setembro / 2006	89%	55%	35%
Dezembro / 2006	87%	69%	21%
Março / 2007	84%	49%	42%
Junho / 2007	85%	59%	29%

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2007.

Gráfico 4 – Percepção da população palestina em relação à corrupção na ANP (2006 – 2007)



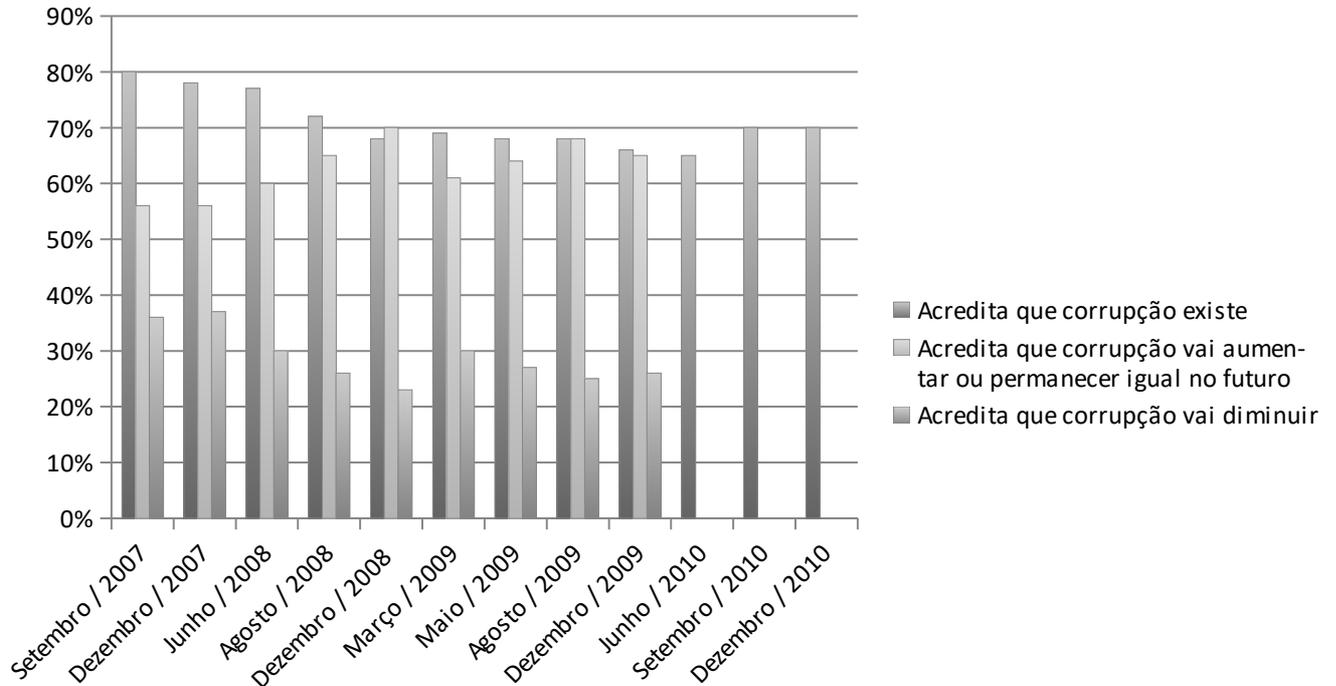
Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2007.

Tabela 4 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Fatah (2007 - 2010)

Período	Acredita que corrupção existe	Acredita que corrupção vai aumentar ou permanecer igual no futuro	Acredita que corrupção vai diminuir
Setembro / 2007	80%	56%	36%
Dezembro / 2007	78%	56%	37%
Junho / 2008	77%	60%	30%
Agosto / 2008	72%	65%	26%
Dezembro / 2008	68%	70%	23%
Março / 2009	69%	61%	30%
Mai / 2009	68%	64%	27%
Agosto / 2009	68%	68%	25%
Dezembro / 2009	66%	65%	26%
Junho / 2010	65%	--	--
Setembro / 2010	70%	--	--
Dezembro / 2010	70%	--	--

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2007 e 2010.

Gráfico 5 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Fatah (2007 – 2010)



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2007 e 2010.

Tabela 5 – Percepção da população palestina em relação à corrupção no governo do Hamas (2007 - 2010)

Período	Acredita que corrupção existe	Acredita que corrupção vai aumentar ou permanecer igual no futuro	Acredita que corrupção vai diminuir
Setembro / 2007	62%	71%	20%
Dezembro / 2007	58%	69%	22%
Setembro / 2010	60%	--	--
Dezembro / 2010	60%	--	--

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2007 e 2010.

Um primeiro destaque a ser feito é que, logo após as eleições legislativas, as pesquisas registraram que 91% dos respondentes acreditavam haver corrupção na ANP – maior número já registrado desde a criação da entidade e maior valor entre 2006 e 2010. Ao mesmo tempo, porém, 65% acreditavam que a corrupção diminuiria no futuro. Esse é o único registro, no período analisado, em que a expectativa de diminuição da corrupção supera a expectativa de aumento.

De fato, as pesquisas também apontaram que a maioria respondentes acreditava que o Fatah havia perdido as eleições principalmente como punição pela corrupção endêmica na ANP. O PCPSR (2006) identificou que 52% pensavam dessa forma. O JMCC (2006) identificou 43%, além de 18,8% que atribuíam a vitória a fatores religiosos, 11,8% que opinaram ser em razão da plataforma política do Hamas e 10,7% que acreditavam ser em razão de expectativas de melhores condições de vida.

Ao se observar as tabelas, nota-se uma clara tendência decrescente em relação à percepção de existência de corrupção na ANP até junho de 2007, quando houve a separação dos governos, o que indica crescimento dos valores-capacidade relativos à ausência de corrupção. A Tabela 2 também não demonstra variação na prioridade da população em relação à percepção da corrupção como problema nacional para esse período, o que aponta para a inexistência de grandes mudanças de percepção acerca da prioridade desse problema, diferentemente do que ocorreu na análise da união nacional – em face das reiteradas negociações fracassadas entre Hamas e Fatah.

Com a tomada de Gaza pelo Hamas e a separação dos governos em junho de 2007, a percepção de existência de corrupção se manteve em decréscimo até 2010 para o governo do Fatah, na Cisjordânia, quando se viu um pequeno aumento e estabilização em 70%. Já para o Hamas, apesar da ausência de vários valores entre 2008 e 2010, percebe-se que não houve mudança de tendência.

Evidentemente, a percepção da população em relação ao governo do primeiro-ministro Hanyeh, até junho de 2007, indica uma tendência de estabilização a decréscimo da frustração em face da corrupção. Em setembro de 2006, o PCPRS (2006b) registrou que 46% da população indicava que o melhor aspecto do governo

do Hamas era o combate à corrupção. Em 2008, após a separação dos governos, o JMCC (2008) observou que 29,8% dos respondentes acreditava que a corrupção havia aumentado durante o governo de Hanyeh (até junho de 2007), enquanto 30,1% afirmaram que havia diminuído e 31,8% disseram que não havia se alterado. Desse modo, percebe-se que as expectativas estavam sendo acompanhadas pela percepção de melhoria da situação (ou estabilidade).

Apesar da violência política, confrontos e falta de união nacional – fatores que afetaram a percepção de corrupção futura, como será analisado a seguir –, a população possuía uma avaliação de neutra a positiva, o que aponta um forte indício de que não houve aumento da frustração nesse período em relação à corrupção. Não se pode distinguir com precisão se houve estabilização ou decréscimo da frustração. Apesar disso, para a análise aqui proposta, o que mais importa é identificar a exclusão da possibilidade de aumento da frustração, uma vez que esta leva à violência política, nos termos da teoria das privações relativas. Excluída a possibilidade de aumento, conclui-se que esse fator não contribuiu para aumento da frustração, nesse período entre 2006 e junho de 2007.

A análise da performance do governo Hamas em Gaza é prejudicada pela falta de dados para o período pós-2007. Porém, considerando-se os dados de 2007 e 2010 disponíveis, pode-se indicar que houve manutenção dos valores-capacidade para o período, uma vez que eles apresentaram valores similares. Essa conclusão é reforçada pela ausência de indícios de mudança, como escândalos de corrupção, e ao se observar que a percepção de existência de corrupção é consideravelmente menor no governo Hamas em comparação ao governo Fatah, para todo o período. Já em se tratando dos valores-expectativa, a ausência de quaisquer dados indica que se deve optar pela situação que menos converge com a hipótese proposta, de modo a fortalecer sua comprovação e evitar possível viés de pesquisa. Por essa razão, considerou-se que houve aumento dos valores-expectativa e conseqüente ocorrência de privações relativas aspiracionais para o período de junho de 2007 a 2010.

Um importante destaque, antes de se passar à análise do governo Fayyad, é que quando se avalia a percepção sobre aumento ou diminuição da corrupção no

futuro, nota-se que esse elemento tem correspondência com as perspectivas de unificação nacional. A análise dos picos e vales desses valores corrobora essa hipótese. Esse entendimento pode ser extraído a partir do destaque de alguns dos valores.

O pico de pessimismo em relação ao aumento ou manutenção da corrupção, na Tabela 3, para dezembro de 2006, coincide com uma série de tentativas fracassadas de negociações ocorridas ao final de setembro e em novembro desse ano entre Hamas e Fatah. Já em março de 2007, sob as perspectivas positivas do Acordo de Meca, como já analisado (MORRO, 2007, pp. 3-4), nota-se um pico em relação à percepção de diminuição da corrupção. Em junho de 2007, o pessimismo retorna severamente com o aumento da violência política e a tomada de Gaza. O maior valor para a percepção de piora ou manutenção do nível de corrupção é registrado em dezembro de 2008, coincidindo com o fracasso das negociações patrocinadas pelo Egito em face do boicote do Hamas. Por fim, em março de 2009 há um leve incremento do otimismo, concomitante ao início de novo processo de negociação, após a operação militar israelense *Cast Lead* realizada em Gaza.

Diante dessa correspondência entre as percepções de melhoria ou piora da corrupção no futuro e os processos de negociação para unificação nacional, pode-se propor que quanto maior a probabilidade de unificação, melhor a percepção da população em relação à redução da corrupção no futuro.

Em síntese, a percepção sobre a corrupção futura indica a expectativa da população na capacidade do governo em combater a corrupção no futuro. Essa percepção é mais positiva quando há possibilidade maior de formação de um governo de união e vice-versa, o que aponta para o fato de que a população palestina acredita que um governo de união é mais eficaz nesse aspecto.

Apesar do pessimismo em relação aos valores-capacidade futuros – os quais não devem ser confundidos com valores-expectativa (anseios) –, ao se avaliar a percepção atual em relação a um momento passado para a situação da corrupção no governo Fayyad, dados do JMCC (2010) referentes a abril de 2010, momento anterior ao início da violência política durante a Primavera Árabe na Palestina, indicam uma tendência de ascensão dos valores-capacidade. Em pesquisa de

opinião, 20,4% afirmaram que a corrupção havia aumentado durante o governo do primeiro-ministro Fayyad, ao passo que 40,8% perceberam decréscimo e 29% indicaram não alteração.

A percepção de redução da corrupção durante o governo Fayyad surpreende quando se nota que em março de 2010, um mês antes de se realizar a pesquisa, houve um escândalo de corrupção no governo envolvendo um político do alto escalão. Nessa ocasião, 50% dos respondentes de pesquisa de opinião indicaram não confiar no comitê estabelecido para investigar o caso (PCPRS, 2010). Esse episódio, aliado ao início dos protestos no âmbito da Primavera Árabe, podem ter influenciado na estabilização da percepção de existência de corrupção em 70%.

Apesar disso, a comparação entre 2006 e 2010 demonstra uma diminuição gradativa na percepção de corrupção. Aliando esse dado à pesquisa de abril de 2010 supramencionada, pode-se descartar a possibilidade de aumento da frustração em razão da corrupção para o período entre 2006 e 2010 para o governo do Fatah. O aumento dos valores-capacidade não coincide com nenhum modelo de aumento da frustração e consequente violência política, nos termos propostos por Ted Gurr (1970, pp. 46-56). Em relação ao Hamas, a falta de dados prejudicou a avaliação dos valores-expectativa, mas optou-se por considerar seu crescimento, uma vez que essa opção é a que menos converge com a hipótese defendida. O período, portanto, registra acréscimo de frustração por privações relativas aspiracionais em relação ao governo do Hamas entre junho de 2007 e 2010.

Até o momento, portanto, a união nacional apresentou aumento de frustração mais intenso e prolongado, comparando-se com a questão da corrupção. Esse cenário se coaduna com a proposição de que os protestos na palestina em 2011 optaram pelo clamor em prol da união nacional por conta do processo de frustração mais intenso nesse quesito, ao se comparar com os demais valores analisados. O próximo capítulo tratará da análise dos valores remanescentes, a questão da ocupação e a pobreza e desemprego.

4 POBREZA E DESEMPREGO E A OCUPAÇÃO: ANP E ISRAEL COMO ALVO

Dentro da proposta de análise da presente pesquisa, para que se evidencie o processo que levou aos protestos em 2011 na Palestina ainda é preciso avaliar a evolução do processo de frustração em relação aos dois outros valores prioritários para o povo palestino: o fim da ocupação militar israelense e a melhoria da pobreza e do desemprego. O intuito desse capítulo é evidenciar a tendência de frustração em relação a eles e verificar se eles impactaram o processo de frustração que levou aos protestos.

Em relação à extinção da ocupação militar israelense, evidencia-se uma situação complexa. A ocupação militar em si compreende um regime sociojurídico diferenciado imposto à parte perdedora em conflito armado. Ela deve ter caráter temporário e, nos termos da Quarta Convenção de Genebra, de 1949, o poder ocupante possui obrigações em relação ao povo ocupado em aspectos econômicos, sociais e políticos. Ao se analisar a situação atual na Palestina, entretanto, o cenário se torna diferente após a aprovação dos Acordos de Oslo, em 1994, os quais criaram a Autoridade Palestina. Algumas das responsabilidades do poder ocupante, no caso Israel, previstas no direito internacional foram transferidas para a ANP, mesmo a ocupação ainda persistindo. Foge ao escopo central deste trabalho lidar com aspectos específicos da ocupação israelense, porém é imprescindível o entendimento do panorama geral desse instituto no caso israelo-palestino, a fim de compreender as escolhas realizadas no âmbito das pesquisas de opinião e que permitiram a evidenciação do processo de valores-expectativa e valores-capacidade em relação ao fim da ocupação, no período 2006 a 2010.

Destaca-se, também, que o fim da pobreza e do desemprego são elementos que impactam a percepção econômica da população. O alcance desses valores está associado a um melhor desempenho econômico, promovido por políticas públicas de incentivo ao crescimento e correlacionado ao desenvolvimento nacional. Importante ressaltar que, mesmo que a economia do país em geral esteja prosperando, isso não significa que a percepção da população será positiva. De acordo com Orla

Doyle (2010), a população em geral tem pouco conhecimento de aspectos macroeconômicos e sua avaliação sobre a situação econômica nacional envolve suas percepções pessoais, principalmente elementos como emprego e poder aquisitivo. Dessa forma, pode-se compreender que o anseio da população em relação à melhoria da situação de desemprego e pobreza condiz à expectativa de melhora da economia, traduzida na percepção cotidiana da população em relação a suas necessidades mais imperiosas.

O contexto socioeconômico israelo-palestino, derivado da persistência da ocupação militar por 50 anos, também é importante para avaliar o processo de escolha dos alvos da frustração. No âmbito da união nacional e da corrupção, ficou claro que o processo levou à identificação dos partidos Hamas e Fatah como alvos políticos. Quando se trata dos valores relativos ao fim da ocupação e à melhoria da pobreza e desemprego, entretanto, a elucidação do processo de politização requer um entendimento maior do contexto da ocupação militar israelense iniciada em 1967.

Dessa forma, o capítulo é estruturado de forma a trazer, inicialmente, uma descrição do contexto no qual Israel e Palestina estão inseridos, em face da ocupação militar iniciada em 1967. Posteriormente, serão analisadas as privações relativas do povo palestino referentes ao período de 2006 a 2010 em relação aos valores de fim da ocupação e de redução da pobreza e desemprego, de modo a aclarar se há evidências de aumento da frustração.

4.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: A OCUPAÇÃO MILITAR ISRAELENSE

Com a derrota dos exércitos árabes na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel passou a ocupar as áreas das colinas de Golã (Síria), da península do Sinai (Egito), da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. À época, Gaza estava sob administração egípcia, ao passo que a Cisjordânia encontrava-se sob comando jordaniano. Esse evento marcou o início da ocupação militar israelense

sob os territórios palestinos de Gaza e da Cisjordânia, a qual persiste 50 anos após seu início. Apesar das reiteradas determinações de diversos organismos internacionais, principalmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Israel nunca se retirou dos territórios palestinos ocupados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

A ocupação militar estruturou-se enquanto sistema de governo na Palestina e passou a reger diversos aspectos da vida da população local. As normas e restrições impostas ao longo dos anos deram azo a diversos processos de violência política no âmbito do conflito israelo-palestino. No centro da *rationale* da ocupação está o controle da terra, o qual desencadeou processos de segregação e opressão ao longo dos anos. Demolições, expansão de assentamentos ilegais, construção do muro de separação e controle dos recursos naturais, são alguns dos pontos nevrálgicos que causam impasses nas negociações, levam a constantes processos de frustração e conseqüente demonstrações de violência política (NRC, 2012, pp. 8-11).

Desde a imposição da ocupação militar, as competências legislativa, judiciária e executiva foram transferidas ao Comandante Militar da Judeia e Samaria¹¹, líder do exército israelense na região, quem efetivamente exerce o poder. Essa competência se estende não só em matérias de segurança e ordem, mas também em matérias criminal, cível, disputas de terras, impostos, recursos naturais e matérias fiscais. A população palestina está sujeita a tribunais militares para a análise de qualquer aspecto de sua vida sob ocupação. Desde 1967, foram mais de 2500 ordens militares publicadas, além de muitas outras secretas, que emendam leis preexistentes ou criam novas normas aplicáveis à região (ISLAH; WOODCRAFT, 2004, p. 114-115).

Apesar de as normas internacionais restringirem a alteração de legislação preexistente no território ocupado¹², paulatinamente as ordens militares expedidas

11 Judeia e Samaria é o termo de origem bíblica utilizado oficialmente pelo governo de Israel para se referir aos territórios ocupados palestinos (NRC, 2012, p. 12).

12 O artigo 43 do Anexo à Convenção para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais, de 1907, estabelece o respeito à legislação preexistente no território ocupado. De acordo com o direito costumeiro internacional aplicável, há somente duas exceções que permitem emendas ou introdução de novas normas: (1) em caso de necessidade militar urgente ou (2) em face de necessidades humanitárias da população sujeita à ocupação (DINSTEIN, 1972, pp. 502-512).

pelo comando israelense criaram dois sistemas normativos, que segregam os palestinos dos demais indivíduos (cidadãos israelenses e estrangeiros). As normas preexistentes à ocupação israelense compreendem leis do Império Otomano, do mandato britânico e da ocupação jordaniana, criando um complexo sistema normativo. Como dito, o controle da terra e do território é a base para a segregação e está na raiz do contínuo processo de violência política por trás da ocupação (NRC, 2012, pp. 12-15).

O principal exemplo desse processo é a expansão dos assentamentos israelenses ilegais no território ocupado. Apesar de a transferência de população civil do poder ocupante ao território ocupado ser vedada, nos termos do artigo 49(6) da Quarta Convenção de Genebra, de 1949, esse processo é recorrente no contexto israelo-palestino. Embora ilegal do ponto de vista internacional¹³, a constante expansão dos assentamentos foi respaldada pelo comando militar israelense.

Uma das primeiras ordens militares expedidas após a efetivação da ocupação israelense foi a suspensão do registro de terras na Palestina¹⁴. Em meio a um contexto rural, a propriedade de terra na Palestina era tradicionalmente comunal e pouco menos de 30% possuía registro individual. A partir da suspensão do registro de terras e da aplicação de uma série de dispositivos legais emendados e alterados, o comando militar israelense passou a considerar as terras não registradas como terras estatais, à disposição do governo israelense. Desde 1967, essas terras vêm sendo ofertadas a fundações e entidades israelenses que promovem a construção de assentamentos ilegais (NRC, 2012, pp. 34-36). Segundo dados de 2015, a população de colonos israelenses vivendo em 250 assentamentos alcançava aproximadamente 600.000 pessoas¹⁵ – sendo que a população palestina é de pouco mais de 2 milhões na Cisjordânia.

A persistência da política de assentamentos prejudica o alcance de uma solução baseada em dois Estados, uma vez que inviabiliza a criação de um Estado

13 A Resolução 2334 (2016) do CSNU reitera a ilegalidade dos assentamentos israelenses no território palestino ocupado e declara que eles são um obstáculo ao alcance da paz na região e ao fim da ocupação militar (CSNU, 2016).

14 Ordem nº 291 relativa a Terra e Água, 1968.

15 Cf.: Dados da ONG B'Tselem, a qual monitora os assentamentos ilegais: <http://www.btselem.org/settlements/statistics>

palestino independente e territorialmente contíguo. Para além disso, os assentamentos geram um impacto negativo nas condições de vida dos palestinos, aumentando as restrições de locomoção, causando confisco e destruição de propriedades, demolições, violência física, dentre outras violações (UNSCO, 2011).

A política de expansão dos assentamentos é um dos principais aspectos para efetivação do controle da terra e do território. Para respaldar essa política, foi necessária a segregação normativa e social entre palestinos e israelenses (incluindo colonos que habitam os assentamentos ilegais). Essa segregação, efetivada por meio de ordens militares e leis do parlamento israelense, possui quatro aspectos principais. Primeiramente, a administração urbana e municipal dos blocos de assentamentos na Cisjordânia é realizada com base em leis e diretrizes israelenses¹⁶. Apesar de estarem em território ocupado sob lei marcial, as restrições oriundas do controle militar são aplicadas somente às vilas e cidades palestinas. Na prática, isso implica que os assentamentos podem construir, planejar e expandir sem maiores burocracias, inclusive sobre terra de propriedade palestina, ao passo que as cidades palestinas dependem de autorização militar (B'TESELEM, 2002, pp. 56-58).

O segundo aspecto é que, por meio de leis especiais aprovadas no parlamento israelense, aos colonos vivendo na Cisjordânia são aplicadas as leis israelenses de modo extraterritorial, não sendo eles sujeitos à lei marcial ou submetidos a tribunais ou jurisdição militares. Isso significa que, para questões criminais, por exemplo, para a mesma ofensa, os colonos serão julgados por um tribunal civil israelense, ao passo que palestinos são sujeitos a cortes militares. Em termos práticos, a lei marcial é muito mais restritiva e prevê penas e punições muito mais severas, além de, por exemplo, a detenção de crianças, a proibição total de protestos, restrição à defesa legal, ocupação de propriedades para fins militares e privação de comunicação durante a detenção (NRC, 2012).

O terceiro ponto é que em diversas ordens expedidas pelo comando militar, as restrições previstas em seu texto tem aplicação somente à população palestina. Por exemplo, é comum a criação de zonas militares restritas em áreas onde há propriedade palestina reconhecida. Nesses casos, a população é expulsa da área

¹⁶ Ordem nº 783 relativa à Administração de Conselhos Regionais (Judeia e Samaria), 1979; Ordem nº 892 relativa à Administração de Conselhos Locais (Judeia e Samaria), 1981.

por tempo indeterminado e, em muitas ocasiões, a terra é ocupada por assentamentos ilegais. O texto das ordens especifica que a zona militar não é aplicável a “cidadãos israelenses ou seus residentes, aqueles elegíveis a imigrar a Israel com base na lei do retorno e turistas com vistos válidos” (NRC, 2012, p. 20). Na prática, somente palestinos estão proibidos de adentrar a zona militar.

O último elemento que denota o processo de segregação é a barreira de separação, também denominada muro de separação, que vem sendo construída por Israel desde 2002, em meio ao processo de violência política da Segunda Intifada. Iniciada sob justificativa securitária, a barreira teve sua construção anunciada em meio à onda de ataques terroristas suicidas palestinos em Israel que marcou a Intifada (MAKOVSKY, 2004). Logo após, porém, vislumbrou-se que a barreira também se tornou um elemento na disputa pela terra e no aumento da segregação entre palestinos e israelenses. Isso se deu principalmente em razão de o traçado da barreira não corresponder às fronteiras reconhecidas internacionalmente entre Cisjordânia e Israel. O muro passou a incorporar grandes porções de terra do território ocupado e inclusive anexou de fato assentamentos inteiros ao lado israelense. Outra consequência destacada desse projeto foi a diminuição do contato humano entre os dois lados do conflito, reduzindo as iniciativas de diálogo entre a sociedade civil. Ao ser instigada sobre a legalidade da construção do muro, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) ressaltou que a construção de barreiras físicas ao longo da fronteira é faculdade soberana das nações, porém, no caso israelo-palestino, as porções da barreira que adentram o território ocupado representam clara violação ao direito internacional humanitário e às normas que regem ocupações beligerantes (CIJ, 2004).

Esses são alguns dos exemplos que oferecem um panorama do processo de segregação estabelecido pela ocupação militar. Seus impactos não se restringem à esfera social, há também graves consequências econômicas em razão do controle israelense. No que pertine à presente análise, um panorama geral pode esclarecer o potencial alvo político da população em face de frustrações econômicas.

As constantes demolições, restrições de movimento de pessoas e bens, confisco de terras e impossibilidade de acesso às fontes de água acabam por

desestruturar a produção palestina. Desde 1967, a economia palestina foi forçadamente integrada à economia israelense, em uma espécie de união aduaneira impositiva. A Palestina não possui portos ou aeroportos, de modo que todas as fronteiras e, conseqüentemente, as importações e exportações passam pelo controle israelense (SHOUKAIR, 2013, pp. 7-8). Até os Acordos de Oslo, o setor bancário formal era proibido de funcionar e até hoje a moeda utilizada na Palestina é o shekel israelense, fazendo com que a ANP não tenha controle sobre sua política monetária (HAMED, 2004, pp. 93-96).

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), entre os principais impactos visíveis da ocupação à economia palestina destacam-se: destruição de mais de 2,5 milhões de árvores produtivas – incluindo 800.000 oliveiras; proibição de reparar ou construir poços para captação de água; confisco de 82% das reservas do lençol freático para irrigação dos assentamentos; perda de acesso a 60% das terras aráveis na Cisjordânia e 50% em Gaza; 85% dos estoques de peixes em Gaza não são acessíveis; 10% das terras mais férteis na Cisjordânia foram incorporadas a Israel pela construção da barreira de separação; regressão tecnológica e diminuição da produtividade; e permanente desindustrialização, dependência econômica de ajuda externa e impacto permanente no PIB per capita e na taxa de desemprego (UNCTAD, 2016, pp. 6-13).

O mesmo estudo supracitado ponderou que, em condições normais, o PIB per capita palestino poderia ser incrementado em 24% e o desemprego cairia em 19% – alcançando o pleno emprego (UNCTAD, 2016, p. 13). Dessa forma, ao se vislumbrar nas pesquisas de opinião que um dos principais anseios do povo é a melhoria da situação de pobreza e desemprego, esse dado está intimamente ligado aos impactos da ocupação e das políticas israelenses. Mesmo se identificando que Israel é um potencial alvo político para a frustração relativa a esse elemento, não se deve descartar o impacto da frustração direcionada às representações políticas palestinas, diante de sua falha em incrementar a situação do país.

Desde os Acordos de Oslo e a fundação da ANP, o povo palestino se defronta com um proto-Estado, o qual possui representações políticas eleitas, incluindo as

três esferas de poder – executivo, legislativo e judiciário –, mas com competências e capacidade política extremamente limitadas em razão das restrições previstas nos Acordos e da própria natureza da ocupação. A previsão inicial era de que gradativamente Israel se retiraria da Cisjordânia e Gaza e, conseqüentemente, a ANP se tornaria efetivamente o Estado palestino (SHOUKAIR, 2013, pp. 9-10).

O fracasso de Oslo levou a uma onda de violência política na Palestina conhecida como Segunda Intifada – entre 2000 e 2005 –, na qual a população demonstrou sua insatisfação em face da continuidade da ocupação e diante da incapacidade da ANP em melhorar a situação socioeconômica no território ocupado. A representação palestina, principalmente o Fatah, passou a ser vista com ceticismo em razão da crescente cooperação em segurança com Israel e de suas políticas ineficazes para promoção econômica do país (SHIKAKI, 2007, pp. 4-5).

Nesse sentido, não só Israel, mas também a ANP passaram a ser alvos políticos em face da situação econômica precária. No que diz respeito a Israel, o aspecto econômico se insere no contexto geral de fim da ocupação.

O período inicial de análise deste trabalho está situado no contexto pós-Segunda Intifada. Em termos socioeconômicos, o ano de 2005 marcou uma fase de otimismo na Palestina. Para além das aproximações políticas e a formação de um governo de união nacional, como mencionado no capítulo anterior, o fim da Intifada dava maior fôlego à economia destroçada da Palestina. A Segunda Intifada afetou profundamente o contexto político, social e econômico da Palestina. A violenta resposta israelense intensificou a ocupação. Medidas como restrições de movimento, prisões, assassinatos, demolições, incursões militares e postos de checagem foram ampliadas para responder à onda de protestos e ataques suicidas a bomba (ALLEN, 2008, pp. 453-455). Do ponto de vista econômico, entre 2000 e 2005, a Palestina perdeu o equivalente a US\$ 8.4 bilhões em seu PIB – o que corresponde ao dobro de sua economia – e um terço de todo o capital físico foi destruído (UNCTAD, 2016, p. 13). O PIB per capita decresceu 40%, a maior queda já registrada, atingido valores de 1974, e as exportações per capita despencaram 50%. Um impacto destacável foi a renda de trabalhadores fora da Palestina, que caiu 71% (SHOUKAIR, 2013, p. 7). A maior parte dessa renda advinha de

trabalhadores palestinos trabalhando em Israel. Com o aumento das tensões durante a Segunda Intifada, novas restrições foram impostas aos trabalhadores palestinos e a maior parte perdeu o emprego e a autorização para trabalhar em Israel. A fim de evitar uma crise humanitária e econômica de grandes proporções, a Palestina passou então a contar em grande parcela com doações internacionais para sustentar a expansão de empregos na máquina pública, uma forma de suprir o déficit de empregos (HØIGILT, 2013, p. 347).

Ao fim dessa fase profunda de violência política, com consequências severas em diversas esferas da sociedade, o processo de recuperação atraía otimismo. A morte de Yasser Arafat, líder do Fatah, abriu caminho para uma parcial renovação dentro do partido. A ANP, apesar de alvo de protestos, demonstrava sinais de solidez. O Hamas também sofreu modificações internas e passou a adotar uma vertente mais moderada, de modo a procurar uma relação proveitosa com a ANP e possivelmente encerrar a divisão política interna – como foi abordado no capítulo anterior. Do ponto de vista socioeconômico, as restrições impostas durante a Intifada, no contexto da ocupação, foram paulatinamente sendo relativizadas; o desemprego foi reduzido em 10% somente no primeiro semestre de 2005 e o PIB per capita vislumbrou incremento acentuado de 9% durante esse ano (SHIKAKI, 2013, pp. 5-6).

Além de todos esses fatores, o otimismo foi exacerbado pelo fato de que em setembro de 2005, Israel retirou unilateralmente todos os 21 assentamentos ilegais localizados na faixa de Gaza, onde habitavam aproximadamente 8000 colonos. A retirada representou um passo pequeno se comparado ao número total de colonos no território ocupado, mas gerou otimismo na população e foi visto como uma vitória da estratégia de confronto e violência promovida pelo Hamas (RIVLIN, 2010, p. 245). De fato, a evacuação unilateral por parte de Israel, sem coordenação com a ANP, gerou críticas internacionais de que se tratava de um golpe midiático, sem consequências concretas duradouras para o fim da ocupação, e de que havia contribuído para a popularidade e vitória do Hamas nas eleições de 2006 (SHIKAKI, 2013, p. 13).

Isso não significa que a situação interna, em termos absolutos, tornou-se positiva. De fato, diante do profundo dano causado pelos confrontos da Segunda Intifada, qualquer incremento sociopolítico tem destacado impacto positivo relativo. Os sinais de cessação da violência política e recuperação socioeconômica traziam, portanto, otimismo. Diante do exposto nessa seção é de se concluir que, para o valor relativo ao fim da ocupação, o alvo das frustrações da população é o governo israelense, responsável pelas normativas e ações que concretizam as políticas de expansão dos assentamentos e aumento da segregação socioeconômica.

Ao se avaliar a questão da pobreza e desemprego, percebe-se que, principalmente após os Acordos de Oslo e a criação da ANP, a representação palestina passou a ter competências restritas, porém relevantes do ponto de vista da promoção de serviços básicos e fomento à economia. A pretensão de ser reconhecido como Estado soberano leva a ANP a se tornar alvo político das insatisfações da população em relação a suas políticas econômicas a altas taxas de desemprego, para além do tradicional alvo israelense.

Em virtude do exposto, passa-se agora a analisar o comportamento da percepção da população palestina em face dos valores de redução da pobreza e desemprego e fim da ocupação militar israelense. A elucidação dos valores-capacidade e valores-expectativa referentes ao período de 2006 a 2010 ajudará a esclarecer se houve processo de frustração em face de Israel ou da ANP e porquê esse processo não levou a protestos contra esses alvos no âmbito da Primavera Árabe na Palestina.

4.2 O FIM DA OCUPAÇÃO: EXPECTATIVAS E CAPACIDADES

Como aclarado nas seções anteriores, o fim da ocupação militar israelense no território ocupado é um dos principais anseios da população palestina. Esse anseio é compreensível, diante do contexto de segregação imposto desde 1967. A frustração gerada pela disparidade entre expectativas e capacidades, no âmbito da

ocupação, gerou e ainda gera diversos episódios de violência política no âmbito do conflito israelo-palestino. A título de exemplo, citou-se a Segunda Intifada, período no qual se constatou um dos mais acentuados índices de violência e destruição no transcorrer de 50 anos de ocupação.

Logo após a vitória do Hamas, o apoio da população a uma retirada negociada de Israel do território ocupado estava em níveis historicamente altos, alcançando 73%, ao passo que 23% opinaram que o fim da ocupação deveria vir de medida unilateral da Palestina. A mesma pesquisa identificou que 68% da população temia pelos efeitos da retirada de assistência financeira oferecida por parte de doadores internacionais em razão da formação do governo do Hamas (PCPRS, 2006).

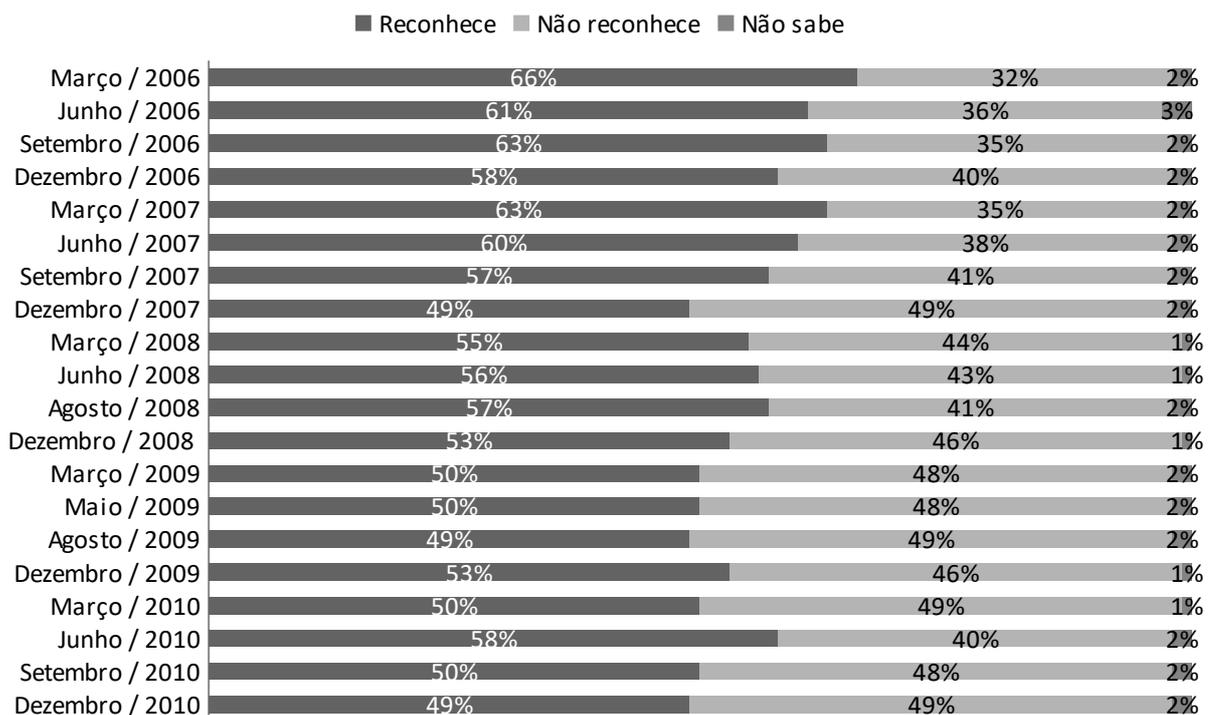
A reação israelense e internacional à vitória do Hamas foi de choque e, posteriormente, de rejeição. O Quarteto do Oriente Médio e Israel demandaram três condições para reconhecimento do novo governo e prosseguimento das negociações: mudança da Carta Constitutiva do Hamas para reconhecer o direito de existir de Israel como Estado judeu; a aceitação de todos os acordos prévios assinados pela ANP com Israel; e a abdicação da luta armada. Em contrapartida, o Hamas indicou que aceitava a realidade dos Acordos de Oslo e estava preparado para estender um cessar-fogo com Israel, mas que não faria concessões a seus princípios políticos sem indicação do comprometimento israelense com o fim da ocupação (USHER, 2006, p. 11-12).

Como aclarado no capítulo anterior, o período de 2006 a 2007 foi marcado por intensa violência política interna em face das disputas de poder entre Hamas e Fatah. Durante esse ínterim, o processo de paz e as negociações com Israel tiveram um congelamento abrupto e o foco da violência se transferiu da ocupação para a questão interna. Como se pode observar na Tabela 2, os valores relativos à prioridade da ocupação como principal problema palestino não variaram nesse período – oscilando entre 24% e 26% –, à exceção do momento imediatamente posterior à tomada de Gaza pelo Hamas – registrando 12% –, quando o elemento anarquia interna disparou nas prioridades e reduziu a preponderância dos demais elementos. Dessa forma, pode-se denotar uma estabilização dos valores-

capacidade para a questão da ocupação, diante da percepção constante da população em relação à relevância desse valor.

Essa conclusão é reforçada pelos elementos trazidos no Gráfico 6, o qual esclarece o nível de aceitação da população Palestina em relação a Israel como Estado para o povo judeu, no contexto do alcance de uma solução em que a Palestina também seja reconhecida como Estado. Por ser um tema que revolve aspectos profundos da nacionalidade palestina e da narrativa de construção do povo, a aceitação de Israel como Estado do povo judeu parece ser um importante indicador da percepção do povo palestino em relação a esse Estado e suas ações, incluindo as políticas da ocupação. Como se verifica, os valores referentes ao período 2006 a 2007 não apresentam variações relevantes, o que reforça a estabilidade dos valores-capacidade. A exceção seria o período de dezembro, o que provavelmente está associado à ocorrência da Conferência de Paz de Anápolis, organizada pelos EUA para propor uma solução ao conflito israelo-palestino (MIGDALOVITZ, 2007).

Gráfico 6 – Reconhecimento de Israel como Estado do povo judeu no contexto de uma solução de dois Estados



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2010.

Em se tratando dos valores-expectativa, o Gráfico 7 traz dados importantes sobre a percepção da população em face da possibilidade de negociações e cessação dos confrontos entre Israel e Palestina. Essas expectativas estão diretamente relacionadas à questão da ocupação, uma vez que uma solução final requer a criação de dois Estados e o fim da violência importa a finalização da ocupação. Em relação ao período entre 2006 e 2007, é importante salientar que a expectativa de cessação dos confrontos se manteve constante. Com as negociações congeladas e o foco na situação interna, a ocupação parece ter se tornado um elemento do cotidiano. Apesar da continuidade das violações, não há nenhum episódio de grande relevância para o período que possa ter gerado alteração na percepção de diminuição da violência. Há, porém, três variações importantes relacionadas ao aspecto das negociações.

Gráfico 7 – Expectativa da população palestina em relação ao desenvolvimento do conflito israelo-palestino (2006 - 2010)



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2006 e 2010.

Inicialmente, em setembro de 2006, ainda em face dos confrontos entre Hamas e Fatah, o primeiro-ministro Ismail Haniyeh propôs cessar-fogo mútuo a Israel, após escalada na violência decorrente do sequestro de um soldado israelense por parte de militantes do Hamas. A atitude do primeiro-ministro trouxe expectativas de retomada das negociações por parte da população, mas Israel logo rejeitou a proposta em face da não libertação do soldado¹⁷.

Em março de 2007, as expectativas de negociações têm novo incremento, diante da formação do governo de união entre Fatah e Hamas. Apesar das expectativas, Israel manteve o embargo às negociações em face da presença do Hamas no governo e do não atendimento das exigências realizadas ainda em 2006 (MORRO, 2007, p. 6). Esse parâmetro demonstra que há uma provável relação entre a possibilidade de formação de um governo de união e melhores expectativas nas negociações com Israel.

Essa relação é reforçada quando se constata que, quando perguntados sobre as expectativas futuras, após a formação do governo de união, em face do aumento de assentamentos ilegais na Cisjordânia, 48% afirmaram que eles diminuiriam ou permaneceriam estáveis, ao passo que 48% disseram que haveria aumento. As mesmas porcentagens foram verificadas em relação à expectativa de continuidade na construção da barreira de separação entre Israel e Cisjordânia (PCPSR, 2007). A equiparação das expectativas positivas e negativas representou um grande incremento nas percepções em face da ocupação, consequência da possibilidade de união nacional.

17 Para maiores detalhes cf.: **ABC NEWS**. Israel rejects Palestinian ceasefire call. 09 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.abc.net.au/news/2006-07-09/israel-rejects-palestinian-ceasefire-call/1796766>. Acessado em 16 de outubro de 2017.

O terceiro momento, já após a tomada de Gaza e a separação das administrações do Hamas e do Fatah, foi marcado pelo anúncio dos Estados Unidos de que realizariam uma conferência de paz entre palestinos e israelenses. A conferência teria o governo do Fatah representando a Palestina, o qual foi considerado internacionalmente legítimo para gerir a ANP após a separação e tomada de Gaza (MIGDALOVITZ, 2007). Dessa forma, em setembro de 2007 viu-se incremento na expectativa de negociações. O impacto imediato da separação, vislumbrado em junho daquele ano, causou o pior registro para a percepção de negociações entre 2006 e 2007. Essa tendência se reverteu com o anúncio da conferência de paz que, nesse caso, foi positivo para as expectativas da população palestina de negociações com Israel, mesmo que conduzidas por um governo que não fosse de união nacional.

Assim sendo, se vê que as frustrações da população não foram incrementadas no aspecto de fim da ocupação entre 2006 e 2007, período marcado por enfoque nos conflitos internos e pouco espaço para negociação com Israel. Apesar das oscilações, as expectativas se mantiveram estáveis comparando-se o início e o final do período, após o anúncio da conferência de paz. Essa constatação surpreende, principalmente se se considerar que em junho de 2007, após a tomada de Gaza, foi imposto um severo bloqueio ao território por parte de Israel e do Egito, agravando o acesso a mercadorias e suprimentos básicos e dificultando a saída ou entrada na área (USHER, 2006, p. 13-16). Apesar disso, não houve alteração considerável ou duradoura nesse elemento.

Quando se passa à análise do período entre 2008 e 2009, em termos de valores-capacidade, percebe-se que a aceitação de Israel como Estado do povo judeu sofreu um leve declínio desde meados de 2008, conforme se observa no Gráfico 6. Há dois principais fatores que podem explicar esse declínio: a eleição do governo de coalizão do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, formado por partidos de extrema-direita, e a investida israelense contra Gaza, no contexto da Operação *Cast Lead*.

Em março de 2009, a percepção da população palestina em relação à vitória de Netanyahu era extremamente negativa. A maior proporção – 62% – respondeu

que esperava aumento nos assentamentos ilegais e falha no processo de negociação para paz duradoura (PCPSR, 2009).

O fato de o declínio dos valores-capacidade não ter sido mais acentuado surpreende, uma vez que o ataque a Gaza foi a mais intensa operação militar desde a ocorrência da Segunda Intifada, no âmbito do conflito israelo-palestino. Entre 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009, foram reportadas 1398 mortes de palestinos – sendo mais da metade civis não combatentes – e 9 mortes de israelenses – sendo 3 civis não combatentes – em razão das hostilidades (B'TSELEM, 2009). Israel iniciou a operação na intenção de desmantelar o Hamas e reagir aos constantes lançamentos de mísseis em cidades israelenses. A operação foi condenada internacionalmente pela desproporcionalidade no uso da força, pelo alto número de fatalidades civis e pela suspeita de utilização de armamentos e munições proibidos internacionalmente ou de alto potencial destrutivo, como fósforo branco e urânio empobrecido (ESPOSITO, 2009).

Ao se analisar os valores-expectativa relativos ao período entre 2008 e 2009, evidencia-se no Gráfico 7 que, após uma elevação de otimismo em junho de 2008, no contexto das negociações de cessar-fogo entre Hamas e Israel, os valores decrescem logo após a operação militar em Gaza e voltam a se estabilizar ao final de 2009. A melhora nas expectativas de negociações está provavelmente relacionada ao anúncio de novembro de 2009 do governo israelense de que efetivaria um congelamento nas autorizações de construção e expansão dos assentamentos ilegais por dez meses, a fim de permitir renovação no processo de negociação de paz (RAVID, 2009).

A partir desses dados, pode-se vislumbrar que a redução das capacidades e a estabilização das expectativas remontam a um processo de privações relativas descendentes, causando um aumento não acentuado na frustração da população, uma vez que a queda dos valores-capacidade não foi tão impactante. O principal fator que parece ter influenciado o aumento da frustração foi a operação militar israelense em Gaza.

No período final alvo da presente análise, em 2010, percebe-se novamente uma tendência de estabilização dos valores-capacidade e dos valores-expectativa.

Ao se observar a Tabela 2, vê-se que a prioridade da ocupação tem leve aumento se comparado com o período 2006 a 2007, o que provavelmente reflete o impacto do bloqueio a Gaza, estabelecido desde junho de 2007, e da Operação *Cast Lead*, ao final de 2008. Apesar dos impactos absolutos devastadores desses eventos, as percepções não foram drasticamente alteradas. Da mesma forma, as variações que se observam em 2010 nos valores dessa Tabela são reflexo do impacto das alterações no elemento “falta de união nacional”.

Os dados do Gráfico 6 também corroboram a afirmação de que os valores-capacidade se mantiveram constantes durante o período, uma vez que não houve variações consideráveis. Além disso, outro elemento para o período é a percepção da população palestina em relação à preocupação de serem atacados ou terem um membro da família atacado, terem sua terra confiscada ou sua casa demolida em decorrência de ações israelenses. A Tabela 6 demonstra que, apesar de uma leve variação, esse elemento não foi profundamente impactado pelos protestos iniciados no contexto da Primavera Árabe.

Tabela 6 – Preocupação de ser atacado ou ter um membro da família atacado, ter sua terra confiscada ou casa demolida por Israel

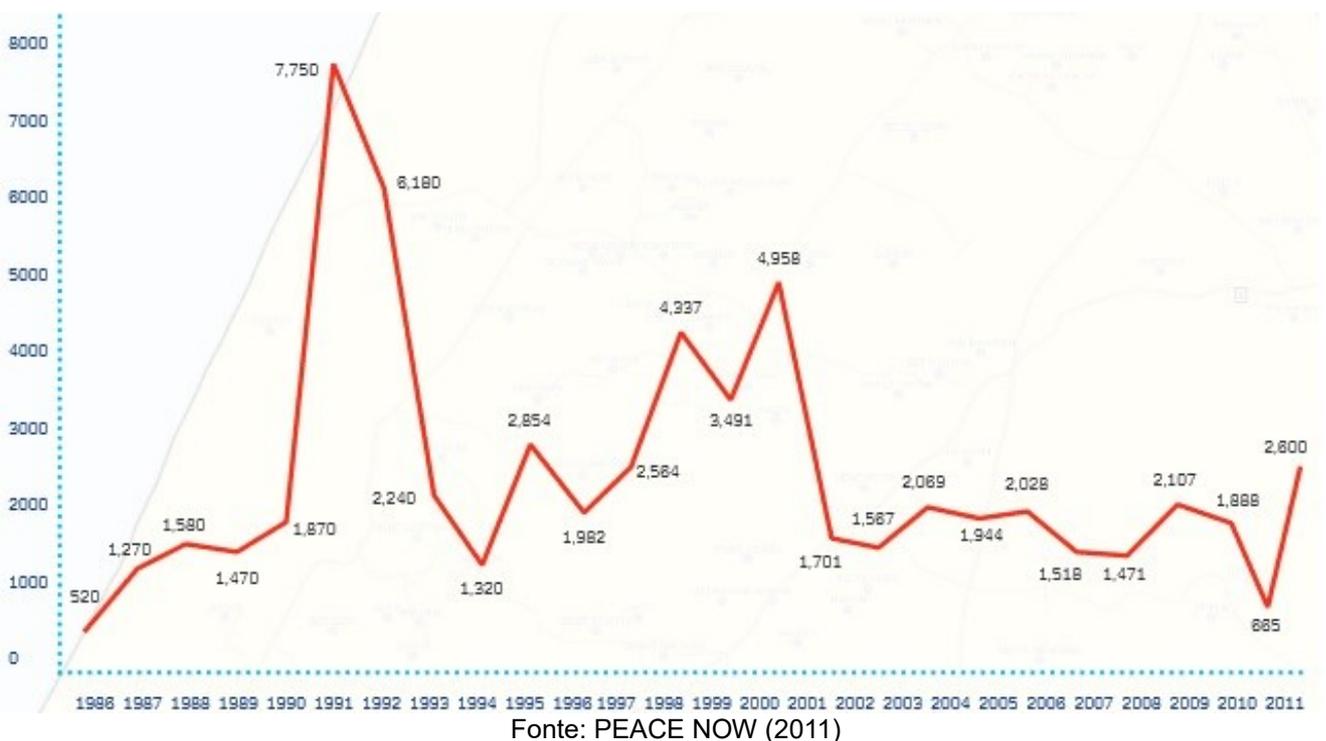
Período	Preocupado	Não preocupado
Dezembro / 2009	77%	23%
Março / 2010	77%	23%
Junho / 2010	74%	26%
Setembro / 2010	76%	24%
Dezembro / 2010	75%	25%

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2009 e 2010.

Como mencionado no início deste capítulo, a ocupação militar do território palestino se alonga por 50 anos e um de seus aspectos preponderantes é o controle da terra. O não aumento significativo da frustração nesse período, dessa forma,

deriva das percepções estáveis da população em relação a essas políticas de controle da terra. Quando se verificam os dados absolutos da construção e expansão de assentamentos, no Gráfico 8, nota-se que o período entre 2006 e 2010 está inserido em um momento de baixa histórica, o que respalda a ausência de aumento expressivo da frustração da população.

Gráfico 8 – Construção de habitações em assentamentos (1986-2011)



Como demonstrado nessa seção, à parte alguns momentos pontuais de variação nos indicadores – mesmo assim alterações não severas –, o padrão dos valores-expectativa e dos valores-capacidade se manteve constante para o período entre 2006 e 2010, denotando também um não aumento acentuado das frustrações em relação ao anseio de fim da ocupação militar israelense do povo palestino. A exceção pode ser identificada no intervalo entre 2008 e 2009, quando se verifica um leve aumento nas frustrações através de privações relativas descendentes. Esse aumento, porém, não parece ter tido impacto significativo na violência política vivenciada durante na Palestina em 2011, como será avaliado no capítulo seguinte.

Diante do que foi elucidado nessa seção, percebe-se que para o período entre 2006 e 2010, imediatamente anterior aos protestos e violência política que abalaram vários países na região do Oriente Médio e norte da África, os dados coletados em pesquisas de opinião realizadas com a população palestina demonstram que a percepção de valores-expectativa referentes ao fim da ocupação se mantiveram constantes, enquanto que os valores-capacidade vivenciaram um pequeno declínio entre 2008 e 2009 e, posteriormente, se mantiveram constantes. Dessa forma, no âmbito das privações relativas, conclui-se que houve leve aumento da frustração nesse quesito.

Dessa forma, até o momento, a questão da união política foi a que apresentou padrão mais acentuado de frustrações dentre os valores analisados. Após a avaliação da ocupação israelense nas percepções da população para o período em análise, resta ainda aclarar o impacto da questão do desemprego e da pobreza, de modo a elucidar o processo de privações relativas que levou aos episódios de violência política na Palestina em 2011, em meio aos protestos da Primavera Árabe.

4.3 POBREZA E DESEMPREGO: O ASPECTO ECONÔMICO

Como aclarado nas seções anteriores, as percepções sobre pobreza e desemprego são indicadores da avaliação da população em relação às condições macroeconômicas do país. Desde o início da ocupação militar israelense sob o território palestino, as constantes restrições e violência política têm causado severos impactos no desempenho econômico e no processo de desenvolvimento palestino. A presente seção busca avaliar se, durante o período entre 2006 e 2010, foi possível se verificar indícios de aumento da frustração em razão da situação econômica. Como já destacado, tanto Israel como a ANP – com suas administrações em Gaza e na Cisjordânia – são alvos potenciais da frustração nesse quesito, uma vez que ambos detêm competências e responsabilidades na seara econômica.

Diante disso, é importante salientar, a priori, que uma das dificuldades da pesquisa foi a disponibilidade de dados sobre a percepção progressiva da população palestina em relação ao aspecto econômico, à pobreza e ao desemprego. As pesquisas utilizadas foram efetivadas principalmente após o período de gestão de governos específicos ou diante da ocorrência de fatos relevantes que mudaram o contexto local. Dessa forma, não há um registro contínuo como nos demais elementos trazidos a essa pesquisa. Apesar disso, crê-se que há dados suficientes para avaliar o desempenho das privações relativas para o período em destaque, mesmo que sem o detalhamento disponível semelhante aos outros valores analisados. Ao se considerar os dados disponíveis, percebe-se que no ínterim entre 2006 e 2010 são identificados dois períodos distintos no comportamento das percepções em face dos valores-expectativa e dos valores-capacidade.

4.3.1 Eleição do Hamas e instabilidade: 2006 e 2007

O primeiro período compreende desde a formação do governo do Hamas, após as eleições em 2006, até a tomada de Gaza pelo partido e consequente separação das administrações da Autoridade Nacional Palestina, em junho de 2007. As sanções e embargo impostos pelo Quarteto do Oriente Médio e o bloqueio do repasse dos impostos arrecadados na Palestina por parte de Israel reverteram o cenário de otimismo vivenciado durante 2005, ano no qual o orçamento palestino foi sustentado por subvenções de mais de US\$ 1 bilhão providas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Mesmo assim, em 2006, o déficit nas contas públicas alcançava US\$ 900 milhões. A folha de pagamento mensal dos 135.000 funcionários públicos – os quais sustentavam 942.000 familiares e dependentes – consumia US\$ 116 milhões, cujo adimplemento dependia em grande parte dos valores remetidos por Israel referentes aos impostos recolhidos pela ANP. Não bastasse o embargo internacional, os bancos palestinos também se negaram a oferecer empréstimos à máquina pública após a formação do governo do Hamas. O único apoio encontrado

pelo partido adveio do Irã, que prometeu ajuda financeira equivalente a US\$ 250 milhões por ano, que se mostrava insuficiente diante das amplas necessidades econômicas (USHER, 2006, p. 13-16).

O impacto macroeconômico levou a uma acentuada regressão do PIB palestino no ano de 2006, equivalente a 5,2%. O orçamento foi em parte sustentado pela manutenção de doações de outros países, como Arábia Saudita – principal doador do governo palestino (SHOUKAIR, 2013, pp. 91-92). De fato, ao se vislumbrar a Tabela 2, observa-se que em março de 2006, o principal problema para o povo palestino residia na questão da pobreza e do desemprego, uma avaliação que mistura elementos de valores-capacidade – diante da situação precária da economia – e de valores-expectativa – em face da ausência de indícios de melhora do embargo econômico imposto ao novo governo. No mesmo período, 68% afirmaram, em pesquisa de opinião, temer pelas consequências do embargo econômico internacional à ANP, demonstrando que esse ponto afetava bastante a percepção da população (PCPRS, 2006).

Em setembro de 2006, após seis meses do estabelecimento do governo liderado pelo primeiro-ministro Ismail Hanyieh, pesquisa de opinião realizada pelo PCPSR (2006b) sobre a opinião da população em relação ao desempenho do governo demonstrou que o elemento econômico era o pior avaliado. Dentre vários elementos, como combate à ocupação, reformas institucionais e combate à corrupção, somente 26% demonstraram estarem satisfeitos com o desempenho na área econômica. A mesma pergunta foi repetida em pesquisa realizada em dezembro de 2006 pelo PCPSR (2006c). Na ocasião, a percepção da população havia se deteriorado: somente 22% demonstravam satisfação com o desempenho do Hamas na seara econômica.

Dessa maneira, se constata que há um progressivo processo de decréscimo dos valores-capacidade para o período. Ao mesmo tempo, após o otimismo de 2005, as perspectivas econômicas que se seguiram à vitória do Hamas indicam que houve um processo de frustração em relação à discrepância entre as capacidades decrescentes e as expectativas até então em ascensão. A população almejava melhora na situação de pobreza e desemprego, e se esperava que as eleições

marcassem uma guinada no processo democrático e na melhora da situação interna e no conflito israelo-palestino.

Em março de 2007, após o anúncio de formação do primeiro governo de união entre Hamas e Fatah, as pesquisas demonstram que as expectativas estavam altas em relação à melhora da situação econômica. Verificou-se que 64% dos respondentes afirmaram que o novo governo seria capaz de acabar com o embargo econômico imposto à ANP, o que demonstra que a população valorizava a união nacional como melhor opção econômica, naquele momento (JMCC, 2007). Ainda em março, quando perguntados sobre quem seria responsável pelo desempenho econômico insatisfatório do governo do Hamas, as pesquisas esclareceram a percepção da população acerca de quem seria o alvo político para as frustrações naquele momento. De acordo com os dados coletados, 13% culpavam o Hamas, 12,5% acreditavam que outros partidos palestinos eram os culpados, 25,3% responsabilizaram atores internacionais e 36,9% disseram que Israel havia sido o principal causador da situação econômica ruim (PCPSR, 2007).

As pesquisas clareiam a situação vivenciada no período até a tomada de Gaza por parte do Hamas. A constante perspectiva de formação de um governo de união nacional trazia um processo de ascensão das expectativas também em relação à melhoria da pobreza e do desemprego. A questão econômica se manteve como o principal problema palestino, na percepção da população, à exceção do momento imediatamente posterior à tomada de Gaza, quando às preocupações se voltaram para a divisão interna. Combinando isso à redução dos valores-capacidade, como demonstrado, verifica-se um processo de aumento das frustrações por privações relativas progressivas. O alvo político das insatisfações, segundo percepção da população, foi identificado majoritariamente como Israel, apesar de o Hamas e o Fatah também figurarem na lista.

4.3.2 Duas trajetórias: Gaza e Cisjordânia entre 2007 e 2010

Com a cisão entre Hamas em Gaza e Fatah na Cisjordânia, as questões econômicas passam a outra fase. Nesse segundo momento, entre junho de 2007 e 2010, observa-se que os dois territórios vivenciam processos distintos de privações relativas. Dessa forma, em dezembro de 2007, já após a separação, quando questionados sobre sua percepção em relação à situação econômica em Gaza e na Cisjordânia, 5% dos palestinos afirmaram ser ela boa em Gaza, ao passo que 95% disseram ser ruim. Para a Cisjordânia, 48% afirmaram que a situação econômica era boa e 51% acreditavam que estava ruim (PCPSR, 2007c).

Em relação à Cisjordânia, o governo de Fayyad rapidamente recupera o apoio internacional perdido com a eleição do Hamas. O novo governo palestino assume com a promessa de melhorar a situação econômica frágil. O próprio Fayyad, formado em economia, se encarrega de desempenhar essa tarefa. A partir daí, foram implementadas uma série de reformas institucionais para garantir maior transparência nas contas pública e gerar mais empregos no setor privado (BROM, 2011, pp. 3-4). É preciso ressaltar que a margem de manobra para as políticas implementadas pela ANP é restrita, uma vez que a ocupação restringe vários aspectos do desenvolvimento econômico, como já salientado.

Do ponto de vista macroeconômico e tendo em vista as percepções da população, o desempenho de Fayyad foi positivo. Essa conclusão pode ser aferida ao se constatarem as pesquisas de opinião realizadas em 2011, que questionaram a avaliação do desempenho do primeiro-ministro. Na seara econômica, a pesquisa realizada pela FAFO apontou que 53% da população avaliava que a situação econômica estava melhor que há três anos (LIU; PEDERSEN; SØNSTERUDBRÅTEN; TILTNES, 2011, pp. 9-10). De maneira semelhante, o JMCC (2011b) indagou sobre a percepção das pessoas em face do desempenho econômico de Fayyad desde o início de seu governo, em junho de 2007. O resultado demonstrou que 35% dos entrevistados verificaram melhora, 31% não perceberam alteração e 30% apontaram piora¹⁸. A partir da Tabela 2, também se percebe que a

18 Apesar de não haver disponibilidade de dados para realizar uma avaliação ao longo do tempo, a constatação de aumento dos valores-capacidade não corresponde a nenhuma hipótese de aumento das frustrações, de modo que não há padrão de frustrações a ser identificado para o período.

pobreza e o desemprego deixaram de ocupar o primeiro lugar como principal problema na percepção do povo palestino. A média dos valores se reduziu em comparação com o período entre 2006 e junho de 2007 e as alterações verificadas ocorreram por influência nas variações do elemento “falta de união nacional”.

Diante desses resultados, é possível excluir a hipótese de redução dos valores capacidade. De fato, houve percepção majoritária de melhoria da situação econômica e avaliação majoritária positiva em face do governo Fayyad. O que se verifica, portanto, é que não houve aumento de frustração em face do quesito pobreza e desemprego na Cisjordânia entre o período compreendido de junho de 2007 a 2011.

Ao se passar à análise desse mesmo período no que diz respeito às frustrações econômicas em Gaza, chega-se a outra conclusão. Desde a tomada do território, o Hamas passou a sofrer forte embargo internacional. As hostilidades entre o partido e Israel foram uma constante, com o pico de violência sendo atingido durante a Operação *Cast Lead* realizada entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Os danos causados à economia ao longo desse período são vastos.

Não é de se estranhar que, em novembro de 2011, 42% da população palestina tenha opinado que a economia durante a gestão do primeiro-ministro Hanyieh em Gaza tenha piorado – ao passo que 21% indicaram melhora e 25% apontaram não ter havido mudança (JMCC, 2011b). Corroborando esses dados, a FAFO identificou que somente 20% da população sentia que a situação econômica havia melhorado nos últimos três anos em Gaza (LIU; PEDERSEN; SØNSTERUDBRÅTEN; TILTNES, 2011, pp. 9-10).

As pesquisas apontam para a clara redução nos valores-capacidade da população em Gaza, fruto de severas condições econômicas. Em termos de valores-expectativa, infelizmente não há dados suficientes para aferir se houve um processo de crescimento ou estagnação. É possível que as constantes negociações para efetivação de governos de união tenham impactado no aumento das expectativas, como ocorreu em março de 2007. Nesse caso, se vislumbraria um cenário de privações relativas progressivas. Entretanto, é possível também que as expectativas tenham se mantido estáveis em razão da falta de sinais de progresso econômico em

Gaza para o período. Nessa hipótese, falar-se-ia de privações relativas descendentes. De modo a evitar viés de pesquisa, adota-se a ocorrência de privações relativas progressivas, uma vez que esta opção é a que menos converge com a hipótese do trabalho.

Ademais, diante do afirmado, conclui-se que para o período em questão houve um aumento da frustração referente às privações relativas econômicas para as percepções da população Palestina em relação à situação em Gaza. Esse aumento da frustração se deu através de privações relativas progressivas. O alvo político das frustrações, seguindo a tendência verificada em 2007, é prioritariamente Israel, mas também há incidência em relação ao Hamas e ao Fatah.

Apesar do aumento da frustração em relação à situação econômica em Gaza, observa-se, principalmente diante dos dados na Tabela 2, que o impacto da melhoria na Cisjordânia prevaleceu na percepção geral da população. Essa conclusão é factível também diante do fato de que a população na Cisjordânia representa o dobro da população de Gaza. Embora se verifique isso, não se pode descartar o impacto dessa frustração acentuada em Gaza. Em face do demonstrado, ficou evidente que o processo de privações vivenciado em Gaza para a pobreza e o desemprego se mostrou mais intenso que a frustração em face da união nacional. A hipótese principal de que as frustrações em razão da união nacional seriam mais acentuadas não vislumbrava diferenciação entre os dados da Cisjordânia e de Gaza. Os impactos desse elemento e das demais frustrações nos protestos de 2011 são analisados no capítulo seguinte.

5 OS PROTESTOS NA PALESTINA EM 2011: BALANÇO DAS FRUSTRAÇÕES E O INCENTIVO DA PRIMAVERA ÁRABE

Até o momento evidenciou-se o processo de frustração relativo aos quatro valores mais relevantes para a população palestina, entre 2006 e 2010. Serão analisados agora os eventos de violência política ocorridos na Palestina oriundos desse processo de frustração, destacadamente a partir da influência das variáveis propostas na teoria das privações relativas (INTAL, 1991, p. 31): o grau de justificção normativa da violência e o grau de crença na utilidade da violência como meio de aplacar a frustração. O capítulo também estende a análise do processo de privações relativas relacionado à união nacional até 2013, de forma a reforçar a correlação entre o processo de frustração e a ocorrência de violência política.

5.1 OS PROTESTOS NA PALESTINA EM 2011

Os episódios de violência política clamando pela união entre Fatah e Hamas, na Palestina, tiveram seu embrião ainda ao final de 2010. Com o incentivo advindo das manifestações em massa realizadas na Tunísia, no Egito e, posteriormente, no Iêmen, diversas marchas de solidariedade foram organizadas na Palestina em suporte às revoltas nesses países. Apesar de não serem diretamente contra a ANP, houve confrontos com forças de segurança palestinas na Cisjordânia e consequente prisão de manifestantes (BURTON, 2017, p. 6) (HRW, 2011).

Em Gaza, o governo liderado pelo Hamas organizou, inicialmente, manifestações em apoio às revoltas na Tunísia, celebrando a luta do povo. O Ministro das Relações Exteriores do governo, Fathi Hammad, chegou a afirmar: “estamos com os tunisinos na escolha de seus líderes, independentemente dos sacrifícios que sejam necessários” (tradução livre) (BAILEY, 2011).

Uma das características marcantes desses protestos era que a maior parte dos integrantes era jovem – entre 18 e 35 anos –, semelhante ao que ocorria nos demais países imersos no que se denominou de Primavera Árabe (BURTON, 2017, p. 7). À medida que o movimento ia crescendo nos demais países, grupos com dezenas de milhares de membros foram se formando nas mídias sociais para discutir quais ações deveriam ser tomadas, no âmbito da Palestina, e quais seriam as prioridades do movimento. A questão da união nacional entre Fatah e Hamas passou a dominar a pauta de reivindicações e logo se iniciaram protestos com essa demanda (ALSAAFIN, 2012). Philip Leech (2015, p. 1022) analisou relatos de protestos na mídia local e identificou pelo menos seis ocorrências¹⁹, entre janeiro e março de 2011, relacionadas ao clamor por união nacional.

Em fevereiro de 2011, os principais grupos envolvidos nos protestos – localizados em Ramala e Cidade de Gaza –, até então sem nenhuma estrutura organizacional, resolveram coordenar suas ações pela primeira vez, por meio de conversações pela internet (BURTON, 2017, p. 7). O slogan escolhido pelos participantes como mote principal dos atos foi *al-sha'b yurid inha al-inqisam* (“o povo quer que a divisão [entre Hamas e Fatah] termine”), inspirado no slogan *ash-shab yurid isqat an-nizam* (“o povo quer a queda do regime”) dos protestos da Primavera Árabe (HØIGILT, 2013, p. 343). Ainda em fevereiro, um comunicado oriundo de uma coalizão de 81 ONGs palestinas, tanto da Cisjordânia quanto de Gaza, demandou das autoridades esforços reais para alcance da união política (PRATT, 2012, p. 13).

Além do slogan, foi convocado um grande protesto nacional a ocorrer no dia 15 de março, o que conseqüentemente levou o grupo a ser chamado de Movimento 15 de Março. Apesar do nome, não se pode dizer que o Movimento tivesse uma estrutura formal. Sua descentralização e ausência de liderança era proposital, uma vez que seus membros rejeitavam a fórmula de institucionalização que deu origem aos movimentos que dominam a política palestina. É o que se alcunhou de “resistência popular”, movimentos horizontalizados, apartidários e que rejeitam o *status quo* (HØIGILT, 2013, p. 352). Apesar de seus ideais, na prática o movimento era caótico, sendo difícil distinguir quem eram os membros e tornando o processo de

19 Quando vários protestos foram registrados em diversas cidades no mesmo dia e com a mesma reivindicação, o autor contabilizou uma ocorrência.

decisão demorado e incerto (BROWN, 2011). Um dos ativistas chegou a afirmar a um veículo de mídia que: “nós não tínhamos um processo claro para a tomada de decisão, elas recaíam sobre aqueles que eram capazes de fazer avançar suas ideias. [...] eu não diria que era liderança mas sim tirania, infelizmente - algo com o que estou aprendendo” (tradução livre) (ALSAAFIN, 2012).

As pesquisas de opinião reiteraram que a escolha dos manifestantes pela união nacional possui sintonia com o sentimento geral da população. Em março de 2011, em um questionamento de resposta livre, 51% dos respondentes afirmaram que o melhor slogan para os protestos na Palestina deveria ser “o povo quer o fim da divisão”, seguido por 24% que optaram por “o povo quer o fim da ocupação” e 14% por “o povo quer o fim da corrupção” (PCPSR, 2011).

No dia 13 de março, circulou o rumor de que as lideranças da ANP tentariam cooptar o protesto do dia 15. Diante disso, tendas foram instaladas nos centros de Nablus, Belém, Jenin e Gaza e diversos manifestantes iniciaram greves de fome, que perduraram além do dia 15. Isso gerou confrontos com as forças de segurança palestinas, as quais prenderam manifestantes e incendiaram tendas (ALSAAFIN, 2012). Já no dia 15, ocorreu o principal protesto, com estimativas de mais de 100.000 participantes, em Jaffa, Haifa, Gaza, Ramala e Jerusalém (BURTON, 2017, p. 6). Apesar de ter população menor, mais pessoas participaram dos protestos em Gaza que nas outras localidades (HØIGILT, 2013, p. 356). Um dia antes, Rawan Abu-Shahla, jovem envolvida na organização do protesto, divulgou manifesto estabelecendo que a prioridade era o fim da divisão, pois “[ela] afetou todos os aspectos de nossas vidas: social, econômica, educacional e intelectual. São os palestinos comuns que pagaram o preço da divisão de quatro anos que não serve senão o ocupante israelense” (tradução livre) (ABU-SHAHLA, 2011). Os protestos foram duramente reprimidos pelo Hamas e pelo Fatah (DESSI, 2012, pp. 8-9).

Apesar do ímpeto inicial, a mobilização não se sustentou por muito tempo. O protesto de 15 de março marcou o ápice do movimento, que ainda organizou alguns atos nos dias 30 de março – Dia da Terra – e 17 de abril – Dia dos Prisioneiros –, mas sem a participação representativa dos outros protestos (ALSAAFIN, 2012). Duas possíveis justificativas explicam essa tendência e serão analisadas ao longo

deste capítulo: a reação dos governos do Hamas e do Fatah e o fim do impacto positivo da Primavera Árabe.

5.2 AS FRUSTRAÇÕES NA PALESTINA ENTRE 2006 E 2010 E A CONVERSÃO EM VIOLÊNCIA POLÍTICA

A partir das proposições da teoria das privações relativas, principalmente no que tange à correspondência entre frustrações mais acentuadas e maior probabilidade de violência política (GEARY; NEWTON; MANN, 1980, p. 385), o intuito desta seção é apresentar uma discussão dos resultados dos capítulos 2 e 3 acerca do processo de frustrações na Palestina e correlacioná-los com o processo de violência política descrito na seção anterior (5.1).

A partir da análise, foi possível evidenciar o seguinte padrão de privações relativas, expostos na Tabela 7, seguindo os modelos propostos por Gurr (1970, pp. 46-56). É importante destacar que para todo o período foi possível detectar a ocorrência de aumento das frustrações em relação à união nacional, tanto para Gaza quanto para a Cisjordânia. A maior parte do período foi marcada pela ocorrência de privações relativas progressivas. Esse modelo de privações é o que gera frustrações mais acentuadas – ver Gráfico e Tabela 1 –, já que corresponde a um processo de queda dos valores-capacidade e aumento dos valores-expectativa. Já em relação ao combate à corrupção, identificou-se que para todo o período houve uma melhora progressiva nas percepções da população na Cisjordânia, o que indica que não houve frustração para esse elemento. Em se tratando de Gaza, a escassez de dados sobre os valores-expectativa prejudicou a análise para o período entre 2007 e 2010. Dessa forma, optou-se pela situação que menos converge com a hipótese proposta, como visto na seção 3.3, de modo a fortalecer sua comprovação e evitar possível viés de pesquisa. Por essa razão, superestimaram-se os valores-expectativa, de modo a considerar a ocorrência de privações relativas aspiracionais.

Tabela 7 – Frustrações da população palestina entre 2006 e 2010

Valor	Alvo	População	2006	2007	2008	2009	2010
União Nacional	F / H	Cisjordânia e Gaza	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes
Redução da Corrupção	H	Cisjordânia e Gaza	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes
	H	Gaza	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes
	F	Cisjordânia	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração
Fim da ocupação	I	Cisjordânia e Gaza	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes	Não aumento da frustração
Redução da pobreza e desemprego	I / AI / H / F*	Cisjordânia e Gaza	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas
	I / H	Gaza	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas
	I / F	Cisjordânia	Privações Relativas Progressivas	Privações Relativas Progressivas	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração	Não aumento da frustração

LEGENDA: H – Hamas F – Fatah
 I – Israel AI – Atores Internacionais

 Privações Relativas Progressivas
  Privações Relativas Aspiracionais ou Descendentes
  Não aumento da frustração

* Segundo a percepção da população, Israel foi mais culpado, seguido de AI, Hamas e Fatah (PCPSR, 2007)

Fonte: Autor, elaboração própria

Em face do valor relacionado ao fim da ocupação, à exceção de um aumento entre 2008 e 2009 – pelo processo de privações relativas descendentes –, houve uma tendência majoritária de estagnação das frustrações para o período analisado. O aumento verificado foi o resultado das ações israelenses durante a Operação *Cast Lead*, em Gaza. A percepção palestina também parece ter sido influenciada positivamente pela redução histórica na construção de assentamentos ilegais durante esse íterim.

A análise dos valores supracitados indica uma convergência com a hipótese de que os protestos na palestina em 2011 ocorreram em meio a um processo anterior de acúmulo mais acentuado de frustrações relativamente à falta de união nacional. Aqui, cabe ponderar que a evidência empírica aponta correlação entre a frustração em prol da união nacional e a consequente violência política. Também foi possível esclarecer que os elementos que impactaram a percepção da população contra Israel ou contra a ANP não foram tão severos se comparados à união nacional.

Do ponto de vista da redução da pobreza e do desemprego, porém, há que se avaliar mais detidamente o impacto dos resultados encontrados. Foi possível evidenciar que, em se tratando da Cisjordânia, a partir da separação dos governos em 2007 não se constatou mais frustrações para esse quesito, diante dos avanços efetivados pelas políticas econômicas do governo do Fatah. O mesmo não pode ser dito de Gaza. Para todo o período – 2006 a 2010 –, essa população vivenciou um processo de privações relativas progressivas, o que aparentemente se choca com a proposição inicial de que a maior intensidade das frustrações seria para a união nacional. Aqui cabem alguns esclarecimentos.

Primeiramente, a questão da redução da pobreza e do desemprego foi o único dos valores analisados que apresentou múltiplos alvos para a frustração²⁰. Israel foi o principal alvo com uma porcentagem três vezes maior – 36,9% – que o Hamas – 13% – ou mesmo o Fatah e demais partidos – 12,5%, além de atores internacionais terem sido alvo também – 25,3% (PCPSR, 2007). Apesar de a frustração ter sido mais intensa, ela foi fracionada em diferentes direções, o que indica que não havia

20 Apesar de a união nacional também registrar mais de um alvo, esclareceu-se que o Hamas e o Fatah eram igualmente culpados pela separação, de acordo com a percepção da população – vide capítulo 1.

clareza na população para que ator canalizar possível violência política. Esse fator diminuiu a probabilidade de conversão dessa frustração em ação, tendo em vista que se torna mais difícil para o grupo encontrar um alvo comum consensual a quem direcionar a violência política (BISCHOF, 2012, pp. 22-25). Apesar de a intensidade da questão da união política ter sido menor, ela possuía alvos claros e igualmente responsáveis pelo problema.

Em segundo lugar, a conclusão sobre privações relativas progressivas para o período de 2007 a 2010 em Gaza foi alcançada de modo a se evitar viés de pesquisa, uma vez que dados em relação aos valores-expectativa não puderam ser extraídos das pesquisas de opinião. Esse padrão de frustrações, portanto, pode estar superestimado na avaliação ora realizada.

Ademais, caso se efetive a análise da população palestina considerada como um todo, viu-se que o impacto da redução da pobreza e do desemprego foi positiva, uma vez que a melhora na Cisjordânia – que possui população maior – sobrepujou a piora em Gaza. Como se busca avaliar o nível de frustração geral, essa consideração não se mostra inadequada, pois representaria a soma das frustrações de todos os grupos da sociedade.

Em quarto lugar, ao se analisar os dados das pesquisas de opinião somente em relação a Gaza, evidencia-se que em março de 2011, 61% afirmaram que o melhor slogan para os protestos na Palestina era “o povo quer o fim da divisão”, 16% optaram por “o povo quer o fim da ocupação” e 13% por “o povo quer o fim da corrupção” (PCPSR, 2011). A porcentagem em apoio ao slogan de união é superior à da média do total da população – vide tópico 5.1 –, o que aponta que a frustração excedente vivenciada por Gaza foi canalizada no apelo pela união. Dessa forma, é provável que a população tenha optado pela união dos partidos para externar a violência política por esse ser um valor mais concreto, com um alvo definido e que envolve expectativas de melhor governança, o que afetaria a economia e o fim da corrupção. Aliado a isso, ao se interpretar os dados da Tabela 7 separados por alvos, percebe-se que a ordem decrescente de frustração é: Hamas, Fatah, Israel e atores internacionais. Isso parece indicar a razão pela qual a participação nos protestos em 2011 foi mais intensa em Gaza, uma vez que a frustração geral era maior.

Diante de tudo o que foi referido, acredita-se que os resultados trazem novos elementos não previstos inicialmente na análise, mas que não chegam a refutar a hipótese. A evidência empírica e os esclarecimentos efetivados parecem apontar para uma maior influência da questão da união nacional na ocorrência dos protestos. Ademais, além de avaliar o processo de frustração, a teoria das privações relativas prevê que outras duas variáveis intermedeiam a conversão da frustração em violência política: o grau de justificação normativa da violência e o grau de crença na utilidade da violência como meio de aplacar a frustração (INTAL, 1991, pp. 30-31). Essas variáveis desempenharam um papel importante para que a violência política se manifestasse em 2011, de modo que devem ser analisadas.

5.2.1 Justificação e utilidade da violência

Ao lidar sobre a justificação normativa da violência, Gurr (1970, p. 229-230) demonstra que há condições sociais observáveis que indicam o grau desse elemento. Primeiramente, deve-se atentar para o histórico de conflitos naquela sociedade. Se conflitos violentos são comuns, é provável que tradições surjam para justificar a ocorrência de violência. Dessa forma, quando há frustração a população recorre mais facilmente à violência política. O segundo elemento diz respeito à presença de símbolos ou elementos culturais que normatizem a prática violenta – por exemplo, sistemas criminais que implementam punições violentas e de exposição pública, como açoitamento ou apedrejamento.

Uma das tradições de resistência mais relevantes na análise da sociedade palestina é a da “Intifada”. Ela foi uma reação popular que ocorreu pela primeira vez no início da década de 1990, em resposta às pressões da ocupação israelense. Constituiu-se por uma revolta popular generalizada, com a mobilização de todos os setores da sociedade palestina, incluindo mulheres, jovens e idosos, que participaram de manifestações públicas, incluindo desobediência civil e confrontos com forças israelenses. A ideia subjacente era que simplesmente sobreviver e

permanecer na terra era uma vitória nacionalista (ALLEN, 2008, p. 454). Durante a Segunda Intifada, no início dos anos 2000, o cenário de confrontos e violência política foi mais exacerbado. Diversas milícias armadas foram formadas para combater as forças da ocupação israelense e os ataques suicidas a alvos civis em Israel se tornaram comuns (HØIGILT, 2013, p. 349-350). A perspectiva da Intifada é acompanhada dessa ideia nostálgica de união da sociedade em prol da causa comum (BROWN, 2011), quando a violência é empregada como meio de resistência em busca da *hayattabi'yyah* (“vida natural”) sem as limitações e violações inerentes à ocupação (TAMARI, 2013, p. 48, 58-59). Não é à toa que ao visitar a Palestina para avaliar o ambiente de mobilização e protestos em 2011, Nathan Brown (2011) tenha ouvido relatos de ativistas indicando que aquilo se tratava da Terceira Intifada, mas que o esforço era mobilizar a população na luta por uma representação palestina unificada. Também em março de 2011, foi criada uma página na rede social Facebook intitulada “Terceira Intifada Palestina”, a qual atraiu centenas de milhares de seguidores, sendo retirada do ar por incitação à violência (PRATT, 2013, p. 29-30).

Levando a análise ao nível do indivíduo, Paul Boxer et al. (2013) analisaram a hipótese de que violência etnopolítica, no contexto do conflito israelo-palestino, influenciava o comportamento agressivo de crianças. Através de comparação entre dois grupos de crianças, um de palestinas e um de israelenses, os autores demonstraram que as primeiras eram mais expostas a eventos de violência política e também apresentavam comportamento mais agressivo em seu meio local – comunidade, escola ou família (BOXER et al., 2013, p. 172). No nível individual, o estudo comprova que a violência política torna mais provável o recurso à violência como resposta às frustrações. Além disso, a violência passa a se tornar um elemento do cotidiano.

A violência política não se restringe aos momentos de Intifada ou de conflitos abertos, mas passa a permear a sociedade, normatizada e justificada como resistência (TAMARI, 2013, p. 57-59), e pode ser vista em aspectos como o simbolismo da juventude palestina combatendo tanques israelenses com pedras ou na vivência da cultura do martírio (ALLEN, 2008). Em seu estudo etnográfico sobre o

papel da violência na sociedade palestina pós-Segunda Intifada, Allen (2008) esclarece como a violência se torna parte do cotidiano, uma maneira de fazer com que a ocupação não afete o dia a dia dos palestinos. A violência é incorporada por meio da cultura (ALLEN, 2008, pp. 467-468) – estendida a datas comemorativas, poemas, nomes de ruas e praças –, incorporada no cotidiano e celebrada no martírio, através de símbolos nacionalistas. A autora menciona a saturação visual da violência, com pôsteres de mártires – pessoas que morreram ou se mataram em confrontos com a força da ocupação – espalhados pelas cidades, incluindo imagens de mortes explícitas e a realização de marchas comemorativas (ALLEN, 2008, pp. 462-463). Essa é a forma encontrada de fazer com que a violência sofrida pela ocupação não se torne intolerável. A violência é apropriada para que ela não destrua, se tornando mais resistência que sofrimento.

Diante disso, é possível propor que há um alto grau de justificção normativa da violência na sociedade palestina, restando avaliar o grau de utilidade da violência como meio de sanar a frustração da população. Nesse ponto, Gurr (1970, pp. 231) considera que “se os membros [de determinado grupo] veem outros grupos similares tendo ganhos pelo uso de violência política, eles provavelmente verão justificativas utilitárias para o uso de táticas violentas também”. Como foi demonstrado, os protestos ocorridos na Palestina ao final de 2010 e início de 2011 se iniciaram como demonstrações de solidariedade com os movimentos da Primavera Árabe em outros países. Os participantes dos protestos na Palestina viam similaridades na luta realizada nos outros países e os problemas vivenciados por eles. Muayed Elmishal, um líder da juventude em Gaza afirmou que:

“O povo tunisino sofreu a ditadura por longos anos, e promessas de democracia e liberdade nunca foram entregues. O povo palestino está experimentando o mesmo: após as eleições democráticas em 2006, nunca repetidas até o momento, temos dois governos separados – um na Faixa de Gaza e o outro na Cisjordânia. Isso causou uma profunda frustração entre os palestinos e os fez sentir desesperados para fazer alguma coisa” (BAILEY, 2011) (tradução livre).

Diante dessa comparação entre frustrações, é provável que a população palestina também visse os sucessos do emprego da violência política nesses outros países com bons olhos, como um incentivo. A melhor forma de confirmar essa proposição é através da observação da percepção direta dos indivíduos. Dessa forma, pesquisa de opinião realizada pelo PCPSR (2011) no ápice dos protestos em prol da união nacional traz elementos importantes. Inicialmente, constatou-se que 92% dos respondentes simpatizavam com os protestos nos demais países árabes e 64% esperavam que os eventos trouxessem efeitos positivos para a Palestina. Ao serem questionados sobre a necessidade de protestos similares na Palestina, 46% disseram que eles eram necessários na Cisjordânia e 52% disseram o mesmo para Gaza. As populações também foram questionadas separadamente sobre sua intenção de participar em protestos dessa natureza, de modo que 24% na Cisjordânia e 50% em Gaza disseram que participariam.

Esses dados trazem três esclarecimentos importantes. Primeiro, em maior ou menor grau, os sucessos com o emprego da violência política em outros países, no âmbito da Primavera Árabe, agiram como catalisador dos protestos na Palestina. A população palestina enxergou a utilidade da violência política para alcance de seus objetivos. Em segundo lugar, constataram-se graus diferentes de justificação utilitária dessa estratégia, sendo a população de Gaza quase duas vezes mais disposta a protestar que seus pares na Cisjordânia. Essa diferença considerável está provavelmente relacionada ao grau de frustração vivenciado pelas populações. De fato, como demonstrado, Gaza apresentou padrões de aumento de frustração em mais valores que a Cisjordânia – ver Tabela 7. Ademais, houve maior participação no protesto do dia 15 de março em Gaza que nas outras localidades (HØIGILT, 2013, p. 356). Em terceiro lugar, ainda que a disponibilidade para participação em protestos na Cisjordânia seja menor, sua população é quase o dobro da de Gaza.

Pode-se perceber, a partir da análise proposta, que as variáveis previstas no capítulo 1 – ver Diagrama 2 –, no âmbito da teoria das privações relativas, estavam presentes e influenciaram os eventos de violência política ocorridos em 2011 na Palestina. Verificou-se que os episódios de violência política tiveram seu ápice em

março de 2011 e logo cessaram. A fim de garantir a capacidade explicativa das hipóteses propostas – de que os protestos na Palestina no início de 2011 ocorreram em face do maior acúmulo de frustrações pela falta de união nacional e que a Primavera Árabe atuou como catalisadora desses protestos –, é preciso estender a análise. Caso se verifique que nenhuma das variáveis apresentou alteração, mas mesmo assim os eventos de violência política cessaram, as hipóteses não restariam comprovadas.

5.3 CESSAÇÃO DOS PROTESTOS EM PROL DA UNIÃO NACIONAL NA PALESTINA

Ao se ampliar a análise para além de março de 2011 até 2013, foi possível evidenciar dois movimentos: as reações dos governos do Hamas e do Fatah – que impactaram nas frustrações referentes à união nacional – e o fim da influência positiva da Primavera Árabe como catalisador dos protestos. Inicialmente, para embasar a análise em relação à reação dos governos, a Tabela 8 e o Gráfico 9, além da Tabela 2 já mostrada, elucidam a percepção da população palestina.

Tabela 8 – Opinião sobre o sucesso do acordo de unificação entre Hamas e Fatah (2011 – 2012)

Período	Haverá unificação	Não haverá unificação
Junho / 2011	59%	37%
Setembro / 2011	48%	46%
Dezembro / 2011	50%	46%
Março / 2012	46%	49%
Junho / 2012	35%	57%

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2011 e 2012.

Gráfico 9 – Opinião sobre a duração da separação entre os governos (2012 – 2013)



Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo PCPSR entre 2012 e 2013.

Após os protestos em 15 de março, o alerta foi soado em meio à elite administrativa palestina, tanto do Fatah quanto do Hamas, em relação ao potencial disruptivo das demandas por união nacional (DESSI, 2012, p. 8). Apenas um dia depois dos protestos, o presidente Abbas anunciou sua intenção de viajar a Gaza, a fim de iniciar o diálogo para a união. Nesse mesmo dia, o Hamas saudou o anúncio, afirmando que iniciaria os preparativos para a visita (ODEH, 2011), e dispersou violentamente um protesto convocado em Gaza para comemorá-lo (ERAKAT, 2011). Posteriormente ao anúncio, Abbas convidou cinco ativistas membros do Movimento 15 de Março para discutir suas demandas e garantiu que houvesse ampla divulgação na mídia (ALSAAFIN, 2012).

Um novo acordo de conciliação entre Hamas e Fatah, o Acordo do Cairo, foi assinado em 4 de maio, ficando acertada a realização de novas eleições em 2012 e

o ingresso do Hamas na OLP. As negociações foram facilitadas pelo governo de transição do Egito (ISSACHAROFF; KHOURY, 2011). Para representantes do Hamas, o Fatah tinha pressa em alcançar um consenso em razão da perda de apoio do Egito, após a queda de Mubarak, um importante apoiador. O Fatah, por sua vez, temia que o Hamas tivesse nova vitória eleitoral e suplantasse o partido como representante do povo palestino (TUASTAD, 2013, p. 92).

A assinatura do acordo foi vista como uma vitória do movimento das ruas em prol da união nacional (ODEH, 2011) (ERAKAT, 2011). Segundo entrevistas realizadas com ativistas à época, o acordo retirou o ímpeto das manifestações (CHRISTOPHERSEN; HØIGILT; TILTNES, 2012, p. 15). A Tabela 8 e a Tabela 2 refletem essa situação, de modo que os registros de junho de 2011 apontam para as melhores expectativas e capacidades para o período. A visão de que a falta de união era um problema atingiu o menor índice até então registrado (2%), o que demonstra que a reação dos governos do Hamas e Fatah favoreceu na redução das frustrações naquele momento.

As reações governamentais parecem ter seguido uma estratégia dupla. Ao mesmo tempo em que havia tolerância mínima às demonstrações de violência política por parte da população, as quais eram reprimidas duramente, principalmente em Gaza, os governos iniciaram tentativas de cooptar o movimento (CHRISTOPHERSEN; HØIGILT; TILTNES, 2012, p. 15). De fato, um ano após os protestos, ativistas em Gaza reportavam que ameaças, cerceamento de expressão e condução forçada para depoimentos não eram incomuns (BURTON, 2017, p. 9). Já a cooptação se dava pela promessa de união por meio de negociações, aliada à investida internacional da ANP na tentativa de obter reconhecimento como Estado da ONU (BROWN, 2011).

Em julho de 2011, Abbas proferiu discurso conclamando a população a se inspirar nos protestos da Primavera Árabe para se mobilizar em prol do reconhecimento da Palestina como Estado-membro da ONU (STEVENSON, 2014, pp. 23-24). A ANP enviou solicitação para reconhecimento em setembro, a qual foi vetada pelos Estados Unidos, e, em outubro do mesmo ano, foi reconhecida como membro pleno da UNESCO (RÓZSA, 2013, p. 20). Os paralelos com a Primavera

Árabe foram repetidos em diversos discursos de Abbas na Palestina e na ONU, tentando enquadrar a busca por um assento nesta organização como mais um passo na libertação do povo palestino (LEECH, 2015, pp. 1011-1013). Essa estratégia se manteve até o final de 2012, quando, em novembro, a Palestina foi reconhecida como Estado observador não membro da ONU, pela Assembleia Geral (SAMSON, 2013, pp. 453-455).

Até o fim de 2011, a Tabela 2 demonstra oscilação na percepção dos valores-capacidade da população em relação à união nacional, alimentada pelos reveses e avanços das negociações entre Hamas e Fatah. O período é, entretanto, dominado pela percepção positiva da população. A Tabela 8, por sua vez, excluindo a percepção logo após os acordos, em junho, demonstra estabilidade dos valores-expectativa. Durante esse período, portanto, não se pode falar em aumento da frustração, mas sim incerteza alimentada pelas reações governamentais.

A primeira metade de 2012 registra uma piora. Apesar da manutenção dos valores-capacidade constantes – vide Tabela 2 –, houve uma piora considerável da expectativa de união – vide Tabela 8. Nesse ínterim, as negociações foram barradas principalmente pela divisão interna no Hamas (DESSI, 2012, pp. 10-11). Em fevereiro de 2012, Khaled Mashal, líder do Hamas baseado em Damasco, e Abbas assinaram o Acordo de Doha, estipulando novamente eleições, porém retirando a inclusão do Hamas na OLP. A liderança do Hamas em Gaza foi crítica ao acordo e o declarou “morto” apenas um mês após sua assinatura. Em maio, novo acordo foi alcançado no Cairo prevendo a reforma da OLP (TUASTAD, 2013, pp. 93-95). Esse cenário se refletiu nas frustrações dos palestinos, apresentando um aumento por privações relativas aspiracionais – manutenção dos valores-capacidade e piora dos valores-expectativa.

Apesar desse aumento de frustração, observou-se que o ano de 2012 também coincide com o período no qual os protestos da Primavera Árabe deixam de representar um modelo de resistência. A maioria havia sido suprimida pelos regimes, enquanto outra parte se converteu em guerras civis. Aparte o sucesso da Tunísia, e o aparente sucesso no Egito – que teve seu primeiro governo democraticamente eleito derrubado pelos militares em 2013 –, a situação dos demais países não

inspirava ação (TAFFAL, 2015, p. 140). Essa tendência pode ser atestada através da observação da opinião pública palestina, conforme exposta na Tabela 9.

Tabela 9 – Impacto dos protestos do mundo árabe para a causa palestina (2011 – 2013)

Período	Positivo	Negativo	Indiferente
Abril / 2011	41%	22%	35%
Novembro / 2012	36%	34%	27%
Novembro / 2013	17%	50%	28%

Fonte: Compilado pelo autor, baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo JMCC entre 2011 e 2013.

A Primavera Árabe deixa de representar, portanto, um exemplo de utilidade da violência política, elemento que segundo Gurr (1970, p. 231-233) interfere na conversão da frustração em ação. Dessa forma, apesar de se ter constatado padrão de aumento da frustração, a ausência do incentivo da Primavera Árabe parece ter atuado como impeditivo para a continuação da violência política, a partir de 2011. O mesmo pode ser dito em relação ao início dos protestos em 2011. Apesar do padrão de aumento da frustração entre 2006 e 2010, os protestos somente se iniciaram em 2011, concomitante às demais demonstrações em outros países árabes. Assim, a evidência aponta que a Primavera Árabe desempenhou papel crucial tanto no começo como na cessação dos protestos em prol da união nacional na Palestina. Retirado esse elemento de incentivo, possivelmente não haveria violência política.

A partir da metade de 2012, as Tabelas 2 e 8 e o Gráfico 9 demonstram o maior período de estabilidade relativa dos valores-capacidade e dos valores-expectativa da população palestina dentro da análise ora efetivada. Ao mesmo tempo em que a unificação não se concretizou, isso não gerou aumento da frustração na população. O período de meados de 2012 e 2013 foi marcado pela consolidação da liderança de Khaled Mashal no Hamas e pelo ritmo constante de negociações entre os dois partidos (TUASTAD, 2013, pp. 88-95). Um novo acordo só seria alcançado no início

de 2014, quando efetivamente houve a formação de um governo de união (BBC, 2014).

Diante da análise evidenciada, foi possível comprovar a segunda hipótese de que a Primavera Árabe atuou como catalisadora dos protestos ocorridos na Palestina em 2011. Foi possível também compreender a curta vida dos protestos em prol da união nacional na palestina. As reações dos governos, que afetaram positivamente as frustrações da população, e os insucessos da Primavera Árabe em outros países influenciaram a incoerência de mais atos de violência política.

6 CONCLUSÃO

Os protestos no início de 2011 na Palestina, em meio à emergência da Primavera Árabe na região, surpreenderam a maior parte dos observadores externos. A expectativa de grandes protestos, e até mesmo da ocorrência de uma Terceira Intifada, não se concretizou (DESSI, 2012, p. 8) (HØIGILT, 2013, p. 343). Ainda assim, foi possível se vislumbrar processos de violência política originados de frustração ao longo dos anos. Esses processos, entretanto, foram marcados pelo clamor de união nacional, em vez de terem como principais alvos Israel ou a ANP (ASSEBURG, 2012, p. 87).

Partindo desse ponto, a pesquisa ora efetivada aplicou o conceito de privações relativas para explicar o processo de frustrações que levou à ocorrência dos protestos na Palestina. Foi possível elaborar o estado da arte em relação ao conceito e aclarar seu potencial explicativo em relação a ações coletivas cometidas por grupos frustrados.

A análise demonstrou que, através da aplicação da teoria das privações relativas, tal qual proposta por Ted Gurr (1970) e adaptada segundo as perspectivas propostas por Bialosiewicz et al. (2012), foi possível identificar o comportamento dos valores-expectativa e dos valores-capacidade referentes aos principais valores almejados pela sociedade palestina: redução da pobreza e do desemprego, fim da ocupação militar israelense, redução da corrupção governamental e fim da divisão política interna (anarquia interna). A fonte dessas percepções foi extraída de pesquisas de opinião realizadas por diferentes institutos de pesquisa.

As duas hipóteses propostas foram analisadas e respaldadas pelos resultados. Inicialmente, propôs-se que as frustrações seriam mais intensas em relação ao quesito da união nacional. Os resultados demonstraram processo anterior de acúmulo mais acentuado de frustrações em relação a este elemento. Também foi possível esclarecer que os elementos que impactaram a percepção da população contra Israel ou contra a ANP não foram tão severos se comparados à união nacional.

No decorrer da pesquisa, um elemento não inicialmente previsto se destacou: os comportamentos das frustrações em Gaza e na Cisjordânia destoaram em diversos quesitos. Identificou-se que Gaza apresentou frustrações totais maiores que a Cisjordânia, o que provavelmente levou também a uma maior mobilização e participação dessa população nos protestos em 2011 (PCPSR, 2011) (HØIGILT, 2013, p. 356).

A segunda hipótese envolvia o papel de catalisador da Primavera Árabe em relação aos protestos ocorridos na Palestina em 2011. Nesse ponto, também se demonstrou que a população palestina enxergou a utilidade da violência política para alcance de seus objetivos, a partir do exemplo dos sucessos da Primavera Árabe. Ao se estender a análise a 2013, observou-se que as reações dos governos do Hamas e do Fatah, aliado aos insucessos das revoltas árabes na região, influenciaram a curta duração dos protestos de 2011. Identificou-se o papel crucial da Primavera Árabe como catalisadora dos protestos na Palestina, de modo que sua ausência provavelmente representaria a não ocorrência de violência política em 2011 neste país.

Ademais, a pesquisa efetivada abre novas frentes de análise para futuras indagações. Apesar de a Primavera Árabe ter atuado como catalisadora dos protestos na Palestina, o presente trabalho não analisou a possibilidade de incluir esses protestos como eventos da própria Primavera Árabe. Para isso, seria necessária uma análise comparativa com os protestos ocorridos nos demais países para evidenciar se há semelhanças suficientes. Outro ponto é que, apesar de ter se atestado a diferença entre as frustrações de Gaza e da Cisjordânia, futuras pesquisas podem avaliar quais grupos dentro da própria sociedade palestina se mostraram comparativamente mais frustrados. Os indícios indicam que a juventude se mostrava mais disposta à mobilização. Essa análise esbarraria na disponibilidade de dados sobre as percepções de diferentes grupos.

Ressalta-se que a análise efetivada no trabalho se refere às variações de frustração para o período entre 2006 e 2011. Dessa forma, futuras pesquisas podem também comparar a mudança de valores prioritários para a população palestina ao

longo do tempo, de modo a identificar a variação na preponderância da união nacional.

Diante de todo o exposto, é compreensível que o processo de violência política vivenciado na Palestina em 2011, no contexto da Primavera Árabe, tenha sido em menor escala que em outros países árabes e, através da análise ora efetivada, foi possível demonstrar que a escolha da união nacional como objetivo político nos protestos correspondeu ao processo de privações relativas e frustrações referente ao período anterior, de 2006 a 2010, e que a Primavera Árabe atuou como catalisadora dos protestos em 2011.

REFERÊNCIAS

ABC NEWS. Israel rejects Palestinian ceasefire call. 09 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.abc.net.au/news/2006-07-09/israel-rejects-palestinian-ceasefire-call/1796766>. Acessado em 16 de outubro de 2017.

ABERLE, David F. A Note on Relative Deprivation Theory. In: Sylvia L. Thrupp (ed.). **Millennial Dreams in Action: Essays in Comparative Study.** The Hague: Mouton, 1962.

ABU-SHAHLA, Rawan. Why Palestinians will protest on 15 March. 14 de março de 2011. **The Electronic Intifada.** Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/why-palestinians-will-protest-15-march/9823>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.

ADLER, N. E.; EPEL, E. S.; CASTELLAZZO, G.; ICKOVICS, J. R. Relationship of subjective and objective social status with psychological and physiological functioning: Preliminary data in healthy White women. **Health Psychology**, 19, 2000, pp. 586-592.

ALBERT, Stuart. Temporal Comparison Theory. **Psychological Review**, v 84, n 6, nov. 1977, pp. 485-503.

ALLEN, Lori. Getting by the occupation: how violence became normal during the second palestinian intifada. **Cultural Anthropology**, v 23, n 3, 2008, pp. 453-487. Disponível em: <https://www.ames.cam.ac.uk/faculty/publications/allen/allen>. Acessado em 02 de fevereiro de 2018.

ALSAAFIN, Linah. Imperfect revolution: Palestine's 15 March movement one year on. 23 de março de 2012. **The Electronic Intifada.** Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/imperfect-revolution-palestines-15-march-movement-one-year/11092>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

AL-OMRANI, Khaled Moussa; MORROW, Adam. Hamas-Fatah split deepens. 19 de novembro de 2008. **The Electronic Intifada.** Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/hamas-fatah-split-deepens/7818>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Israel's occupation: 50 years of dispossession.** Campanhas. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/06/israel-occupation-50-years-of-dispossession/>. Acessado em 12 de janeiro de 2018.

_____. **Occupied Palestinian Territories: Torn apart by factional strife.** 24 de outubro de 2007, MDE 21/020/2007. Disponível em:

<http://www.refworld.org/docid/47203f9d2.html>. Acessado em 23 de setembro de 2017.

ASSEBURG, Muriel. The Arab Spring and the Arab-Israeli Conflict: A Vicious Circle of Mutually Reinforcing Negative Repercussions. In: BALFOUR, Rosa; BISCOP, Sven; EMERSON, Michael (Ed.). **An Arab Springboard for EU Foreign Policy?**. Brussels: Egmont Papers, 2012. pp. 83-90.

B'TESELEM. Land Grab: Israel's settlement policy in the West Bank. Maio de 2002. Disponível em: https://www.btselem.org/download/200205_land_grab_eng.pdf. Acessado em 20 de setembro de 2017.

_____. Fatalities during Operation Cast Lead. Statistics, 2009. Disponível em: <http://www.btselem.org/statistics/fatalities/during-cast-lead/by-date-of-event>. Acessado em 19 de outubro de 2017.

BAILEY, Pam. Palestinians in Gaza react to Egypt, Tunisia uprisings. 29 de janeiro de 2011. **The Electronic Intifada**. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/palestinians-gaza-react-egypt-tunisia-uprisings/9202>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

BANK, André; VALBJØRN, Morten. The New Arab Cold War: Rediscovering the Arab dimension of Middle East regional politics. **Review of International Studies**, vol. 38, n. 1, 2012, pp. 3-24.

BBC. Palestinian unity government sworn in by Mahmoud Abbas. 04 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-27660218>. Acessado em 10 de fevereiro de 2018.

BEATON, A. M.; TOUGAS, F. Personal and Group Relative Deprivation: Connecting the 'I' to the 'We'. In: SMITH, Heather J.; WALKER, Iain (ed.). **Relative deprivation: specification, development, and integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. pp. 119-135.

_____. The representation of women in management: The more, the merrier? **Personality and Social Psychology Bulletin**, v 23, 1997. pp. 773-782.

BIALOSIEWICZ, Silvana; PETTIGREW, Thomas F.; PIPPIN, Gina M.; SMITH, Heather J. Relative Deprivation: A Theoretical and Meta-Analytic Review. **Personality and Social Psychology Review**, v 16, n 3, 2012. pp. 203-232.

BEININ, Joel. Editor's Bookshelf: Rethinking Palestinian Politics. **Middle East Report**, n 183, Political Islam, jul. - ago. 1993, pp. 41-42. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3012578?seq=1#page_scan_tab_contents. Acessado em 27 de janeiro de 2018.

BISCHOF, Daniel. **Why Arabs Rebel: Relative Deprivation Revisited**. Dissertação (Mestrado) – University of Bamberg, 2012.

BOXER, Paul; DUBOW, Eric F.; GINGES, Jeremy; GVISSMAN, Shira Dvir; HUESMANN, L. Rowell; LANDAU, Simha F.; SHIKAKI, Khalil. Exposure to Violence Across the Social Ecosystem and the Development of Aggression: A Test of Ecological Theory in the Israeli–Palestinian Conflict. **Child Development**, v 84, n 1, 2013, pp. 163–177.

BROM, Shlomo. Quiet in the Palestinian Arena: The Eye of the Storm. **Strategic Assessment**, vol. 14, n. 1, abril de 2011, pp. 1-9.

BROWN, Nathan. Palestine: The Fire Next Time? 6 de julho de 2011. **Carnegie Endowment for International Peace**. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2011/07/06/palestine-fire-next-time-pub-44948>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

BURTON, Guy. Building ties across the Green Line: the Palestinian 15 March youth movement in Israel and occupied Palestinian territory in 2011. **Third World Quarterly**, v 38, n 1, 2017, pp. 169-184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1135398>. Acessado em 12 de janeiro de 2018.

CHRIST, O.; MEERTENS, R. W.; PETTIGREW, T. F.; VAN DICK, R.; WAGNER, U.; ZICK, A. Relative deprivation and intergroup prejudice. **Journal of Social Issues**, 64, 2008, pp. 385-401.

CHRISTOPHERSEN, Mona; HØIGILT, Jacob; TILTNES, Age A. Palestinian Youth and the Arab Spring. NOREF report, **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**, fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.fafo.no/index.php/nb/zoo-publikasjoner/fafo-rapporter/item/palestinian-youth-and-the-arab-spring>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.

CIJ – CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Advisory Opinion on the Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory. I.C.J. 131, 9 de julho de 2004.

CSNU. Resolução 2334 (2016). 23 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.un.org/webcast/pdfs/SRES2334-2016.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

DANA, Tariq. Corruption in Palestine: a self-enforcing system. **Al-Shabaka Policy Brief**, 19 de ago. De 2015.

DAVIES, James C. Toward a Theory of Revolution. **American Sociological Review**, XXVII, fev. 1962. pp. 5-19.

DE LA SABLONNIÈRE, Roxane; PEROZZO, Cristina; SADYKOVA, Nazgul; TAYLOR, Donald M. Reconceptualizing relative deprivation in the context of dramatic social change: the challenge confronting the people of Kyrgyzstan. **European Journal of Social Psychology**, v 39, 2009, pp. 325-345.

DELANEY, Jessica; NICOLL, Alexander. Hamas coup in Gaza: Fundamental shift in Palestinian politics. **IISS Strategic Comments**, vol. 3, n. 5, junho de 2007.

DESSI, Andrea. Israel and the Palestinians after the Arab Spring: No Time for Peace. **Instituto Affari Internazionali**, IA Working Papers 12, maio 2012. pp. 1 – 16.

DUESENBERY, J. S. **Income, saving, and the theory of consumer behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

DUBÉ, L.; GUIMOND, S. Relative deprivation and social protest: The personal–group issue. In: HERMAN, C. P.; OLSON, J. M.; ZANNA, M. P. (eds.). **Relative deprivation and social comparison: The Ontario symposium**, v 4, 1986, pp. 201–216. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

DUBÉ-SIMARD, L.; GUIMOND, S. Relative deprivation theory and the Quebec nationalist movement: The cognition-emotion distinction and the personal-group deprivation issue. **Journal of Personality and Social Psychology**, v 44, 1983, pp. 526–535.

DINSTEIN, Yoram. Judgment Review: The Power of Legislation in the Occupied Territories. Iyunei Mishpat, **Tel Aviv University Law Review**, Vol. 2, 1972, pp. 502-512.

DOYLE, Orla. **Unravelling voters' perceptions of the economy** (Discussion Paper). Dublin: Geary Institute, University College Dublin, 2010. Disponível em: <http://www.ucd.ie/geary/static/publications/workingpapers/gearywp201012.pdf>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

DYBVIK, P. H. Duesenberry's ratcheting of consumption: Optimal dynamic consumption and investment given intolerance for any decline in standard of living. **Review of Economic Studies**, v 63, 1995, pp. 287–313.

EILAND, Giora. The upheavals in the Middle East and israel's security. **Strategic Assessment**, vol. 14, n. 2, jul. 2011, pp. 7-14.

ERAKAT, Noura. Palestinian youth: New movement, new borders. 04 de maio de 2011. **Al-Jazeera**. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/05/201153101231834961.html>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

ESPOSITO, Michelle K. The Israeli Arsenal Deployed against Gaza during Operation Cast Lead. **Journal of Palestine Studies**, vol. 38, n. 3, 2009, pp. 175-191.

EZBIDI, Basem. "Arab Spring": Weather Forecast for Palestine. **Middle East Policy**, vol. XX, n. 3, outono 2013, pp. 99-110.

FARRELL, Stephen; MILTON-EDWARDS, Beverley. **Hamas: The Islamic Resistance Movement**. Polity, 2010.

FATAH. **Constituição do Movimento de Liberação Nacional da Palestina**. 1958. Disponível em: http://www.camera.org/index.asp?x_context=7&x_issue=68&x_article=1704. Acessado em 10 de agosto de 2017.

FESHBACH, S. The function of aggression and the regulation of aggressive drive. **Psychological Review**, LXXI, jul. 1964, pp. 257-272.

FESTINGER, L. A theory of social comparison processes. **Human Relations**, v 7, 1954, pp. 117-140.

GASKELL, G.; SMITH, P. Relative deprivation in Black and White youth: An empirical investigation. **British Journal of Social Psychology**, v 23, 1984, pp. 121-131.

GLOBAL INTEGRITY. West Bank Report. 2010. Disponível em: <http://www.globalintegrity.org/report/West-Bank/2010/scorecard>. Acessado em 13 de agosto de 2017.

GURR, Ted Robert. **Why men rebel**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1970.

HAMED, Osama. The role of the financial sector. In: COBHAM, David; KANAFANI, Nu'man (ed.). **The Economics of Palestine: economic policy and institutional reform for a viable Palestinian state**. Nova York: Routledge, 2004, pp. 93-106.

HAMID, Rashid. What Is the PLO? **Journal of Palestine Studies**, vol. 4, n. 4, 1975. pp. 90-109.

HROUB, Khaled. A "New Hamas" through Its New Documents. **Journal of Palestine Studies**, v. 35, n. 4, 2006, pp. 6-27.

HRW - HUMAN RIGHTS WATCH. Internal Fight: Palestinian Abuses in Gaza and the West Bank. Julho de 2008. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/07/29/internal-fight/palestinian-abuses-gaza-and-west-bank#page>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Authority Disrupts Egypt Solidarity Protest in Ramallah. 30 de janeiro de 2011. Disponível em:

<https://www.hrw.org/news/2011/01/30/palestinian-authority-disrupts-egypt-solidarity-protest-ramallah>. Acessado em 23 de janeiro de 2018.

HØIGILT, Jacob. The Palestinian Spring that Was Not: The Youth and Political Activism in the Occupied Palestinian Territories. **Arab Studies Quarterly**, v 35, n 4, outono 2013, pp. 343-359.

ICG - INTERNATIONAL CRISIS GROUP. The Arab-Israeli Conflict: To Reach a Lasting Peace. Middle East Report N°58., 5 de outubro de 2006. pp. 2-4 e 27. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160413235627/http://www.crisisgroup.org/~media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Israel%20Palestine/58_the_arab_israeli_conflict_to_reach_a_lasting_peace.pdf. Acessado em 20 de setembro de 2017.

INTAL, A. Miren Gonzales. Relative Deprivation Theory and Collective Political Violence in the Philippines. **Philippine Journal of Psychology**, v 24, n 1, 1991, pp. 22-38. Disponível em: <http://116.50.242.171/PSSC/index.php/pjp01/issue/view/181>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

ISLAIH, Khaled; WOODCRAFT, Clare. Company law and corporate governance. In: COBHAM, David; KANAFANI, Nu'man (ed.). **The Economics of Palestine: economic policy and institutional reform for a viable Palestinian state**. Nova York: Routledge, 2004, pp. 111-137.

ISSACHAROFF, Avi; KHOURY, Jack. Hamas Chief at Reconciliation Ceremony: Palestinians' Only Battle Is Against Israel. 04 de maio de 2011. **Haaretz**. Disponível em: <https://www.haaretz.com/1.5007909>. Acessado em 30 de janeiro de 2018.

JMCC. Poll No. 57, February 2006 - on Palestinian Attitudes towards the results of the PLC elections held on January 25, 2006. Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=443>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 60, Sept. 2006 - 6 months on the Formation of the 10th Palestinian Government. Setembro de 2006a. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=440>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

_____. The full text of the National Conciliation Document of the Prisoners. 28 de junho de 2006b. Disponível em: <http://www.palestinianbasiclaw.org/downloads/The-National-Conciliation-Document-of-the-Prisoners-28-June-2006.pdf>. Acessado em 9 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 61 Part I, March 2007 - A poll conducted after the formation of the national unity government. Março de 2007. Disponível em:

<http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=438>. Acessado em 9 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 62, August 2007 - Palestinian Attitudes after Hamas control over the Gaza Strip. Agosto de 2007a. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=437>. Acessado em 11 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 64, April 2008 - Palestinian's opinions towards the current political situation. Abril de 2008. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=435>. Acessado em 11 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 66 Part 1, November 2008 - A public opinion poll on the 20th anniversary of the Independence Declaration. Novembro de 2008a. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=432>. Acessado em: 12 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 68, June 2009 - Palestinian opinions towards the national dialogue in Cairo between Fateh and Hamas Movements. Junho de 2009. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=708>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 69 Part 1, October 2009 - Palestinian opinions on the Goldstone report and the upcoming elections. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=718>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 69 Part 2, October 2009 - Palestinian opinions towards social issues. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=719>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 70, April 2010 - Governance and US policy. Abril de 2010. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=749>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 71, September 2010 - Peace and negotiations. Setembro de 2010a. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=808>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 72, November 2010 - Governance and security. Novembro de 2010b. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=817>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 73, April 2011 - Governance and reconciliation. Abril de 2011. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=827>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 74, June 2011 - Governance and politics. Junho de 2011a. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=832>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

_____. Poll No. 75, November 2011 - Perpetuation of the Palestinian Authority and US policy. Novembro de 2011b. Disponível em: <http://www.jmcc.org/documentsandmaps.aspx?id=848>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

KIFNER, John; MYRE, Greg. Alone and Broke, Hamas Struggles to Rule. 7 de abril de 2006. **New York Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/04/07/world/middleeast/07hamas.html>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

KRETZSCHMAR, Kerry; WALKER Iain; WONG Ngai Kin. Relative Deprivation and Attribution: From Grievance to Action. In: SMITH, Heather J.; WALKER, Iain (ed.). **Relative deprivation**: specification, development, and integration. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. pp. 288-312.

LAPIDUS, Ira M. Islamic Revival and Modernity: The Contemporary Movements and the Historical Paradigms. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 40, n. 4, 1997, pp. 444-460.

LEYNE, Jon. Analysis: Unity government troubles. **BBC News**. 22 de setembro de 2006. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/5370830.stm. Acessado em 15 de setembro de 2017.

LEECH, Philip. Who owns “the spring” in Palestine? Rethinking popular consent and resistance in the context of the “Palestinian State” and the “Arab Spring”. **Democratization**, v 22, n 6, 2015, pp. 1011-1029. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13510347.2014.899584>. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

LYNCH, Marc. A Barometer for Arab Democracy. 16 de outubro de 2012. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/10/16/a-barometer-for-arab-democracy/>. Acessado em 28 de janeiro de 2018.

MAAN NEWS. 81 NGOs urge rival factions to reconcile. 21 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.maannews.com/Content.aspx?id=361995>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

MAKOVSKY, David. How to Build a Fence. **Foreign Affairs**, março/abril 2004. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/2004-03-01/how-build-fence>. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

MANN, L.; WALKER, I. Unemployment, relative deprivation and social protest. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v 13, 1987, pp. 275-283.

MARTIN, J.; MURRAY, A. Catalysts for collective violence: The importance of a psychological approach. In: FOLGER, R. (ed.). **The sense of injustice: Social psychological perspectives**, 1984, pp. 95–139. New York: Plenum.

MCKAY, A. The Arab Spring of Discontent. **E-International Relations**, 2011, pp. 4-51. Disponível em: <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/arab-spring-collection-e-IR.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

MCPHAIL, C. Civil disorder participation: A critical examination of recent research. **American Sociological Review**, v 36, 1971, pp. 1058–1073.

MEEN, J.; OLSON, J. M.; ROBERTSON, D. J.; ROESE, N. J. The preconditions and consequences of relative deprivation: Two field studies. **Journal of Applied Social Psychology**, v 25, 1995, pp. 944–964.

MELLO, Lúgia Franco Prados. O conflito interno entre palestinos: Hamas e Fatah. **Conjuntura Internacional**, Resenha, ano 4, n. 25, julho de 2017.

MIFTAH. Fateh-Hamas Reconciliation Efforts. 17 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.miftah.org/Display.cfm?DocId=23330&CategoryId=4>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

MIGDALOVITZ, Carol. Israeli-Palestinian Peace Process: The Annapolis Conference. 07 de dezembro de 2007 **CRS Report for Congress**. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/RS22768.pdf>. Acessado em 10 de fevereiro de 2018.

MOGHADDAM, F. M. The staircase to terrorism: A psychological explanation. **American Psychologist**, v 60, 2005, pp. 161-169.

MORRO, Paul. **CRS Report for Congress: International Reaction to the Palestinian Unity Government**. Washington: Library of Congress, 2007.

NEWTON, J. W.; MANN, L.; GEARY, D. Relative deprivation, dissatisfaction and militancy: A field study in a protest crowd. **Journal of Applied Social Psychology**, v 10, 1980, pp. 384-397.

NRC - NORWEGIAN REFUGEE COUNCIL. A guide to housing, land and property law in Area C of the West Bank. Fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.nrc.no/globalassets/pdf/reports/a-guide-to-housing-land-and-property-law-in-area-c-of-the-west-bank.pdf>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

ODEH, Nour. Palestine's Youth Revolt. 23 de março de 2011. **Foreign Policy**. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/03/23/palestines-youth-revolt-2/>. Acessado em 24 de janeiro de 2018.

ODI - OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE. Losing ground: Protection and livelihoods in the Occupied Palestinian Territory. Julho de 2009. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4a5b118b2.html>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PCPSR. Palestinian Public Opinion Poll No. (19). 16-18 de março de 2006. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/236>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (20). 15-18 de junho de 2006a. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/235>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (21). 14-16 de setembro de 2006b. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/234>. Acessado em 16 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (22). 14-16 de dezembro de 2006c. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/233>. Acessado em 16 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (23). 22-24 de março de 2007. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/232>. Acessado em 17 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (24). 14-20 de junho de 2007a. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/231>. Acessado em 17 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No. (25). 6-8 de setembro de 2007b. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/230>. Acessado em 17 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll (26). 11-16 de dezembro de 2007c. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/349>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No (31). 5-7 de março de 2009. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/222>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No (34). 10-12 de dezembro de 2009a. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/219>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No (35). 4-6 de março de 2010. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/218>. Acessado em 22 de setembro de 2017.

_____. Palestinian Public Opinion Poll No (39). 17-19 de março de 2011. Disponível em: <http://www.pcpsr.org/en/node/214>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

PEACE NOW. West Bank and Jerusalem Map. Novembro de 2011. Disponível em: https://settlementwatcheastjerusalem.files.wordpress.com/2012/04/settlements_map_eng.pdf. Acessado em 12 de setembro de 2017.

PETTIGREW, T. F. **Social evaluation theory**: Convergences and applications. In D. Levine (Ed.), *Nebraska symposium on motivation*, v. 15. Lincoln: University of Nebraska Press, 1967. pp. 241–311.

_____. Summing Up: Relative Deprivation as a key social psychological concept. In: SMITH, Heather J.; WALKER, Iain (ed.). **Relative deprivation**: specification, development, and integration. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. pp. 351-374.

PRATT, Nicola. The “Arab Spring” and the Israel-Palestine Conflict: Settler Colonialism and Resistance in the Midst of Geopolitical Upheavals. **Ortadoğu Etütleri**, Volume 5, No 1, jul. 2013, pp. 9-40.

RAVID, Barak. Netanyahu Declares 10-month Settlement Freeze 'To Restart Peace Talks'. **Haaretz**. 25 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.haaretz.com/news/netanyahu-declares-10-month-settlement-freeze-to-restart-peace-talks-1.3435>. Acessado em 19 de outubro de 2017.

RIVLIN, Paul. **The Israeli Economy from the Foundation of the State through the 21st Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RÓZSA, Erzsébet N. Geo-Strategic Consequences of the Arab Spring. **European Institute of the Mediterranean**, junho de 2013.

RUNCIMAN, W. G. (1966). **Relative deprivation and social justice**. London, UK: Routledge Kegan Paul.

SAMSON, Ivo. Impact of the “Arab Spring” on the Palestinian-Israeli Peace Process. In: MAJER, M., ONDREJCSÁK, R.; TARASOVIČ, V. (eds.). **Panorama of global security environment**. Bratislava: CENAA, 2013. pp. 453-466.

SAYIGH, Yezid. **Armed Struggle and the Search for State**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

SHIKAKI, Khalil. With Hamas in Power: Impact of Palestinian Domestic Developments on Options for the Peace Process. **Crown Center for Middle East Studies**, Working Paper 1, fev. 2007. pp. 1-21.

SHOUKAIR, Sharbel. **The Impact of Foreign Aid and Donations to Palestine on Development of its Economy under Alternative Israeli-Palestinian Economic Interaction Regimes**. Tese (Doutorado), Universidade de Portsmouth, dez. 2013.

SMITH, Heather J.; ORTIZ, Daniel J. Is It Just Me?: The Different Consequences of Personal and Group Relative Deprivation. In: SMITH, Heather J.; WALKER, Iain (ed.). **Relative deprivation: specification, development, and integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. pp. 91-118.

_____; WALKER, Iain. Fifty Years of Relative Deprivation Research. In: SMITH, Heather J.; WALKER, Iain (ed.). **Relative deprivation: specification, development, and integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. pp. 1-12.

STEVENSON, Ben. The Arab Spring and Israeli-Palestinian Peace. In: **Trajectories of Change: Challenge And Transformation In The Wake Of The Arab Spring**. Houston: Baker Institute for Public Policy, abril 2014, pp. 19-28.

STOUFFER, Samuel A. et al. **The American Soldier: Adjustment During Army Life**. Princeton: Princeton University Press, 1949.

SUDAM, Mohamed. Fatah and Hamas sign reconciliation deal. **Reuters**, 23 de março de 2008. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/uk-palestinians-yemen-deal/fatah-and-hamas-sign-reconciliation-deal-idUKL23831120080323>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

TAFFAL, Asad. The impact of the Arab Spring on the Palestinian question. **Przegląd Strategiczny**, n 8, 2015, pp. 135-146. Disponível em: <https://staff-old.najah.edu/sites/default/files/5269-10288-1-SM.pdf>. Acessado em 02 de fevereiro de 2018.

TAMARI, Salim. Normalcy and Violence: The Yearning for the Ordinary in Discourse of the Palestinian-Israeli Conflict. **Journal of Palestine Studies**, v 42, n 4, 2013, pp. 48-60. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/jps.2013.42.4.48>. Acessado em 28 de janeiro de 2018.

TAMIMI, Azzam. **Hamas: Unwritten Chapters**. Hurst & Company, 2007.

THE ASSOCIATED PRESS - TAP. Hamas, Fatah parties halt talks on unity government. 20 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.denverpost.com/2006/11/20/hamas-fatah-parties-halt-talks-on-unity-government/>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

THOMPSON, J. L. Deprivation and political violence in Northern Ireland, 1922–1985. **Journal of Conflict Resolution**, v 33, 1989, pp. 676–699.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **The Old Regime and the Revolution**. Translated by John Bonner, New York, Harper & Brothers, 1856.

TUASTAD, Dag. Hamas-PLO Relations Before and After the Arab Spring. **Middle East Policy**, vol. XX, n. 3, outono 2013, pp. 86-98.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Economic costs of the Israeli occupation for the Palestinian people. A/71/174. 21 de julho de 2016. Disponível em: http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/a71d74_en.pdf. Acessado em 20 de setembro de 2017.

UNSCO - UNITED NATIONS SPECIAL COORDINATOR FOR THE MIDDLE EAST PEACE PROCESS. Palestinian state-building: a decisive period. 13 de abril de 2011. Disponível em: <https://unsco.unmissions.org/ahlc-reports>. Acessado em 21 de janeiro de 2018.

USHER, Graham. The Calm before the Storm? **Al-Ahram Weekly**, n. 735, 24-30 de março de 2005. Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/Archive/2005/735/re1.htm>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

_____. The Democratic Resistance: Hamas, Fatah, and the Palestinian Elections. **Journal of Palestine Studies**, vol. 35, n. 3, 2006. pp. 20-36.